



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO
UNIDADE ACADÊMICA DE EDUCAÇÃO DO CAMPO
CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO
CONTEXTUALIZADA PARA A CONVIVÊNCIA COM O SEMIÁRIDO**

IRIS BARBOSA CARNEIRO

**“DE NOITE A CERCA ANDA”:
A *GRILAGEM DE TERRAS* NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E SUA RELAÇÃO COM
O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE UMA ESCOLA DO CAMPO**

**SUMÉ - PB
2021**

IRIS BARBOSA CARNEIRO

**“DE NOITE A CERCA ANDA”:
A *GRILAGEM DE TERRAS* NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E SUA RELAÇÃO COM
O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE UMA ESCOLA DO CAMPO**

**Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido Brasileiro da Universidade
Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para a obtenção do título
de especialista em Educação
Contextualizada.**

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

**SUMÉ - PB
2021**



C289d Carneiro, Iris Barbosa.

“De noite a cerca anda” : a grilagem de terras no município de Sumé-PB e sua relação com o ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo. / Iris Barbosa Carneiro. - 2021.

135 f.

Orientador: Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) - Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Especialização em Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido.

1. Ciências Humanas e Sociais - ensino. 2. Educação contextualizada. 3. Educação do Campo. 4. Grilagem de terras - Sumé - PB. 5. Questão agrária. 6. Fazenda Pedra Cumprida - Sumé - PB. 7. Escola do campo. 8. Escola Municipal José Bonifácio Barbosa de Andrade - Sumé - PB. I. Título. II. Cavalcante Neto, Faustino Teatino

CDU: 37.018(043.1)

Elaboração da Ficha Catalográfica:

Johnny Rodrigues Barbosa
Bibliotecário-Documentalista
CRB-15/626

IRIS BARBOSA CARNEIRO

**“DE NOITE A CERCA ANDA”:
A *GRILAGEM DE TERRAS* NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E SUA RELAÇÃO COM
O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE UMA ESCOLA DO CAMPO**

**Monografia apresentada ao curso de
Especialização em Educação
Contextualizada para a Convivência com
o Semiárido Brasileiro da Universidade
Federal de Campina Grande, como
requisito parcial para a obtenção do título
de especialista em Educação
Contextualizada.**

BANCA EXAMINADORA:

**Professor Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto.
Orientador - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professor Dr. Isaac Alexandre da Silva.
Examinador I - UAEDUC/CDSA/UFCG**

**Professora Dra. Carolina Figueiredo de Sá.
Examinador II - UAEDUC/CDSA/UFCG**

Trabalho aprovado em: 06 de setembro de 2021.

SUMÉ - PB

Dedico este trabalho a todos os que me ajudaram ao longo desta caminhada. Aos meus filhos, minha razão de viver.

AGRADECIMENTOS

Neste momento de reconhecimento é, sobretudo, um momento de agradecimento a cada pessoa que de alguma forma me incentivou e acompanhou o desenvolvimento desse trabalho, o qual venci os inúmeros obstáculos e que, de alguma forma, deixaram suas marcas.

Aos meus pais (in memoriam), que souberam passar os ensinamentos devidos para que eu pudesse perseverar.

Aos meus irmãos, irmãs, netos e sobrinhos, a estas pessoas, o meu reconhecimento e os meus verdadeiros agradecimentos a cada um de vocês, pelo companheirismo e união da família.

Aos meus filhos que me apoiam em tudo, neste momento não seria diferente, minha eterna gratidão.

As pessoas que busquei informações e que fui bem recepcionada, obrigada pela dedicação junto a mim.

Ao meu Orientador, Prof. Dr. Faustino Teatino Cavalcante Neto, pela parceria, pelas contribuições para a realização desse trabalho, pelos momentos de aprendizagem e pelos caminhos desbravados durante o processo de construção e elaboração desta pesquisa. A você, professor, orientador e amigo, eterna gratidão e admiração.

RESUMO

O objetivo deste trabalho foi o de analisarmos de que maneira o tema *grilagem de terras* no município de Sumé-PB é abordado (ou não) no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo. Foram nossos interesses específicos: problematizarmos, do ponto de vista histórico, como se conformou a *questão agrária* no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé - PB; estudarmos os conflitos por terra ocorridos no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB, especificamente os que envolveram a *grilagem de terras*; e analisarmos de que maneira a *grilagem de terras* ocorrida no município de Sumé-PB é tomada no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo. Como aporte teórico-metodológico para compreensão das problemáticas levantadas sobre a *questão agrária* faremos uso do Materialismo Histórico Dialético, onde iremos investigar as relações diretas entre as *lutas de classes* que de modo específico se expressam nos conflitos dos grandes proprietários/latifundiários com os camponeses que possuem, em sua grande maioria, pequenas propriedades/posses rurais. A coleta de dados se deu através de consulta a uma bibliografia geral e específica e a um conjunto de fontes diretas, tais como: sesmarias, dados do IBGE, do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) e do Cadastro Ambiental Rural (CAR), Leis brasileiras, literatura de cordel, entrevistas e questionários semiestruturados e Planos de Cursos. Os estudos realizados permitiram compreendermos a realidade agrária no município de Sumé-PB, um tema que, até o presente momento, foi muito pouco estudado e analisado academicamente. Buscar entender a realidade deste município em que residimos, portanto, enquanto docente em formação, significa, também, se propor a intervir em suas contradições em favor das classes marginalizadas. As conclusões permitiram, por fim, entendermos que esta realidade agrária brasileira e local, particularmente, a *grilagem de terras* não é abordada como conteúdo didático no ensino das Ciências Humanas e Sociais da escola do campo UMEIF “José Bonifácio Barbosa de Andrade” do município de Sumé-PB que se propõe como referência de Educação do Campo.

Palavras – chaves: questão agrária; grilagem de terras; educação do campo em Sumé-PB.

RESUMEN

El objetivo de este trabajo fue analizar cómo se aborda (o no) el tema del acaparamiento de tierras en el municipio de Sumé-PB en la enseñanza de las Ciencias Humanas y Sociales en una escuela rural. Nuestros intereses específicos fueron: problematizar, desde un punto de vista histórico, cómo se plasmó la cuestión agraria en Brasil, Paraíba y en el municipio de Sumé - PB; estudiar los conflictos territoriales en Brasil, Paraíba y el municipio de Sumé-PB, específicamente los relacionados con el acaparamiento de tierras; y analizar cómo se utiliza el acaparamiento de tierras que tuvo lugar en el municipio de Sumé-PB en la enseñanza de Ciencias Humanas y Sociales en una escuela rural. Como aporte teórico-metodológico para comprender las cuestiones planteadas sobre la cuestión agraria, utilizaremos el Materialismo Histórico Dialéctico, donde investigaremos las relaciones directas entre las luchas de clases que se expresan específicamente en los conflictos de los latifundistas / terratenientes con los campesinos propietarios, en su mayor parte, pequeñas propiedades / posesiones rurales. La recolección de datos se realizó a través de la consulta de una bibliografía general y específica y un conjunto de fuentes directas, tales como: sesmarias, datos del IBGE, el Sistema Nacional de Registro Rural (SNCR) y el Registro Ambiental Rural (CAR), leyes brasileñas, cadena literaria, entrevistas y cuestionarios semiestructurados y Planes de Curso. Los estudios realizados permitieron comprender la realidad agraria en la ciudad de Sumé-PB, un tema que, hasta ahora, ha sido muy poco estudiado y analizado académicamente. Buscar comprender la realidad de este municipio en el que vivimos, por tanto, como docente en formación, significa también proponer intervenir en sus contradicciones a favor de las clases marginadas. Finalmente, las conclusiones permitieron comprender que esta realidad agraria brasileña y local, en particular el acaparamiento de tierras, no se aborda como contenido didáctico en la enseñanza de las Ciencias Humanas y Sociales en la escuela de campo de la UMEIF “José Bonifácio Barbosa de Andrade” en el municipio. de Sumé-PB que se propone como referente para la Educación Rural.

Palabras clave: cuestión agraria; el acaparamiento de tierras; educación del campo en Sumé-PB.

LISTA DE FOTOGRAFIAS

Fotografia 1	Pedra comprida com inscrições rupestres.....	29
Fotografia 2	Casa sede da fazenda pedra comprida.....	30
Fotografia 3	Heretiano Zenaide e Maria Elvídia – Segundo casal proprietário da fazenda Bananeiras em Sumé-PB.....	67
Fotografia 4	Casa sede da Fazenda Bananeiras.....	67
Fotografia 5	UMEIF “José Bonifácio Barbosa de Andrade”.....	70
Fotografia 6	Alunos da UMEIF “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE”	73

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Sesmarias referentes ao município de Sumé-PB.....	25
Quadro 2	Tipos de propriedades segundo o módulo fiscal no município de Sumé-PB.....	26
Quadro 3	Distribuição do número de imóveis rurais por área no município de Sumé-PB.....	26
Quadro 4	Sítio Pedra Comprida e declarantes como proprietários das suas terras (2019).....	31
Quadro 5	Áreas griladas no Brasil (1999).....	41
Quadro 6	Legislação Brasileira que favorece a <i>grilagem de terras</i> (1964-2021).....	44
Quadro 7	Fazenda Bananeiras e declarantes como proprietários das suas terras (2019).....	69
Quadro 8	Modalidades de ensino, ciclos e números de professores e alunos da U.M.E.I.E.F “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE” EM 2021.....	73

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1	Conflitos no campo do Brasil (2019 e 2020).....	44
Gráfico 2	Número de imóveis rurais do Brasil por Módulos Fiscais (MF).....	47
Gráfico 3	Área dos imóveis rurais do Brasil (milhões de ha).....	47

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Limites territoriais do município de Sumé-PB.....	27
Mapa 2	Localização da fazenda Pedra Comprida no Município de Sumé-PB.....	33
Mapa 3	Povos Sucurus no período Colonial.....	55
Mapa 4	Localização da fazenda bananeiras no município de Sumé-PB.....	66

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAR - Cadastro Ambiental Rural

CDSA - Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido

DAP - Declaração de Aptidão ao PRONAF

ECSAB - Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	13
2	A <i>QUESTÃO AGRÁRIA</i> COMO PRINCIPAL CONTRADIÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA.....	18
2.1	A <i>QUESTÃO AGRÁRIA</i> NO BRASIL, NA PARAÍBA E EM SUMÉ-PB.....	18
2.2	A FAZENDA PEDRA COMPRIDA COMO EXPRESSÃO DA <i>QUESTÃO AGRÁRIA</i> EM SUMÉ-PB.....	29
3	A <i>GRILAGEM DE TERRAS</i> COMO EXPRESSÃO DA <i>LUTA DE CLASSES</i> NO BRASIL.....	37
3.1	A <i>GRILAGEM DE TERRAS</i> NO BRASIL.....	37
3.2	A <i>GRILAGEM DE TERRAS</i> NA PARAÍBA E NO CARIRI PARAIBANO.....	48
3.3	A <i>GRILAGEM DE TERRAS</i> EM SUMÉ-PB.....	54
4	A <i>GRILAGEM DE TERRAS</i> NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE UMA ESCOLA DO CAMPO....	65
4.1	A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SUMÉ-PB: O CASO DE UMA ESCOLA DO CAMPO.....	65
4.2	OS PLANOS DE CONTEÚDOS E OS DOCENTES DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA ESCOLA DO CAMPO “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE”.....	74
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	88
	REFERÊNCIAS.....	90
	APÊNDICES.....	96

1 INTRODUÇÃO

É muito comum escutarmos de nossos pais e avós camponeses a expressão “de noite a cerca anda” para se referirem ao processo de tomada de suas terras pelos fazendeiros possuidores da grande propriedade rural, o que sempre nos gerou uma curiosidade em procurarmos entender melhor como essa *questão agrária* se deu em nosso município. O conceito de *questão agrária* diz respeito às formas como as pessoas vão se apropriando da terra enquanto *meio de produção*, ao desenvolvimento das *relações de produção* advindas da concentração da propriedade da terra e, por consequência, às *lutas de classes* travadas entre os explorados e os que conseguiram o domínio e o controle da terra. (SODRÉ, 1962; GUIMARÃES, 1964).

De acordo com a nossa proposta de trabalho, abordamos a temática da *grilagem de terras*, que na concepção das pessoas de mais idade, principalmente nos rincões do Brasil, é caracterizado como um processo de envelhecimento de documentos, para que determinadas pessoas tenham posse de propriedades que em tese não lhes pertence. Sendo tal prática mais utilizada por grandes fazendeiros, que nesta pesquisa denominamos de latifundiários.

A referida prática (*grilagem*) se caracteriza por colocar determinados documentos em gavetas ou caixas e nestes espaços inserir grilos, onde a partir do momento em que os insetos entram em contato com o material, deterioram o papel e fazem seus excrementos no material, assim, o documento recebe uma tonalidade amarelada com tonalidades de envelhecimento, passando a impressão de antiguidade e legitimidade dos documentos. (VASCONCELLOS, 2018).

Diante dessa inquietação, o nosso problema investigado foi o processo de *grilagem de terras* ocorrido no município de Sumé-PB, e, especificamente, se esse fato histórico é presente (ou não) no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo.

O nosso TCC será organizado em três momentos: no *Capítulo I* problematizamos sobre a *questão agrária* no município de Sumé-PB; no *Capítulo II* estudamos os conflitos por terras ocorridos no município de Sumé-PB; e no *Capítulo III* analisamos se a *grilagem de terras* ocorrida no município de Sumé-PB é tomada no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo.

A relevância de estudarmos um objeto como esse tem a ver com a nossa inquietação em compreendermos a realidade agrária no nosso município, um tema que, até o presente momento, foi muito pouco estudado e analisado academicamente. Buscar entender a realidade de nosso município enquanto docente em formação significa, também, se propor a intervir em suas

contradições em favor das massas marginalizadas.

O objetivo geral de nossa pesquisa foi o de analisarmos de que maneira o tema *grilagem de terras* no município de Sumé-PB é abordado (ou não) no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo. Especificamente, foram nossos objetivos: problematizarmos, do ponto de vista histórico, como se conformou a *questão agrária* no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB; estudarmos os conflitos por terra ocorridos no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB, nas últimas décadas do século XX, especialmente os que envolveram a *grilagem de terras*; e analisarmos de que maneira a *grilagem de terras* ocorrida no município de Sumé-PB é tomada como conteúdo escolar nos Planos de Conteúdos (Proposta Pedagógica/Proposta Curricular) e pelos seus respectivos docentes que lecionam Ciências Humanas e Sociais no Ensino Fundamental II em uma escola do campo no município de Sumé-PB.

A temática da *grilagem* de terras será abordada dentro do contexto da *questão agrária* e territorial no município de Sumé, Cariri ocidental paraibano¹. Neste território os conflitos por terra fazem-se presente na realidade e no imaginário do povo caririzeiro.

Como aporte teórico-metodológico para compreensão das problemáticas levantadas sobre a *questão agrária* faremos uso do materialismo histórico dialético (MARX, 2008, p. 47), através do qual investigamos as relações diretas entre as *lutas de classes* que de modo específico se expressam nos conflitos dos grandes proprietários/latifundiários com os camponeses que possuem, em sua grande maioria, pequenas propriedades/posses rurais. Segundo as palavras de Marx e Engels no *Manifesto do Partido Comunista* (MARX, ENGELS; 1848), “a história de todas as sociedades existentes até hoje é a história da luta de classe”.²

Sobre o conceito de camponês, é importante destacarmos que o compreendemos a partir das lições do próprio Marx. Este autor, em *O Dezoito de Brumário de Luís Bonaparte* (2011), analisando a sociedade francesa, expõe uma complexa estrutura de classes sociais na qual o campesinato é apresentado como uma classe que desempenha a atividade agrícola e vive diretamente da sua produção, da qual fazem parte o camponês servo da gleba, submetido aos

¹ De acordo com a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, a população estimada do município de Sumé foi de 16.966 habitantes. Sua área territorial é de 838,070 km². O município está incluído na área geográfica de abrangência do semiárido brasileiro, definida pelo Ministério da Integração Nacional em 2005. Esta delimitação tem como critérios o índice pluviométrico, o índice de aridez e o risco de seca. Cf. IBGE, 2019.

² “A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história das lutas de classes. Homem livre e escravo, patrício e plebeu, senhor feudal e servo mestre de corporação e companheiros, em resumo, opressores e oprimidos, em constante oposição, têm vivido numa guerra ininterrupta, ora franca ora disfarçada; uma guerra que terminou sempre ou por uma transformação revolucionária da sociedade inteiro ou pela destruição das duas classes em conflito.” (MARX e ENGELS, 2010, p. 40).

laços da servidão, e o camponês parcelário, pequeno proprietário rural. Para Marx (2011), o campesinato é a imensa massa de pequenos camponeses que tem uma condição de vida semelhante. Seu campo de produção não permite a divisão de trabalho para o cultivo, as famílias camponesas são quase autossuficientes, produzindo a maior parte do que consome, assim, adquirindo os seus meios de subsistência em grande parte realizando trocas com a natureza do que com a sociedade.

Também destacamos dois autores brasileiros marxistas que estuaram a realidade do Brasil e refletiram sobre o conceito de camponês. O primeiro deles é Sodré (1962), para quem o campesinato representa um dos grupos da estrutura social brasileira e é o maior contingente da nossa população, tendo sido originado da desintegração do escravismo, sendo composto hoje de parceiros, arrendatários, médios e pequenos proprietários de terras, são compostos também pelos posseiros, pelos agregados, pelos vaqueiros, entre outros. São pressionados pelo poder do latifúndio no avanço das relações capitalistas no campo enquanto a maior parte deste grupo está sujeita as condições semifeudais³.

O segundo autor é Cardoso (1987, p. 55), que diz que, do ponto de vista econômico, uma estrutura camponesa se define por quatro características:

- 1) acesso estável à terra, seja em forma de propriedade, seja mediante algum tipo de usufruto;
- 2) trabalho predominantemente familiar – o que não exclui, em certos casos e circunstâncias o recurso a uma força de trabalho adicional, externa ao núcleo familiar;
- 3) economia fundamentalmente autossubsistência, sem excluir por isto a circulação (eventual ou permanente) ao mercado; e
- 4) certo grau de autonomia na gestão das atividades agrícolas, ou seja, nas divisões sobre plantar e quando, de que maneira, sobre a disposição dos excedentes eventuais etc.

Este estudo aponta perspectivas e reflexões que ultrapassam o fenômeno da *grilagem* de terra que está associada diretamente a *questão agrária*. Evidenciamos, portanto, que dentro do território investigado, os camponeses necessitavam ter seus direitos assegurados, e na maioria das vezes, tal ação só se materializava através dos conflitos. Nos escritos de Carvalho (2003) ressalta-se que eles lutavam

³ A semifeudalidade é identificada no desenvolvimento econômico, político e social do Brasil, sendo refletida nas relações de trabalho, político-ideológicas e socioculturais. São expressas na semiservidão dentro das fazendas, com altas jornadas e precarização da condição humana, em que, o pagamento não supre as necessidades humanas básicas.

Pelo direito de serem homens iguais, fazer-se humanamente homens, pela conquista dos direitos humanos, direito a terra, à saúde, e educação... em luta constante para romper com as “cercas do latifúndio da ignorância e do capital”. Luta que não se restringe apenas ao plano da produção, também ao plano das relações sociais por disputas de projetos de interesses opostos, diversos e antagônicos (camponeses e proprietários têm significados bem diferentes na história). (CARVALHO, 2003, p. 41).

Destacamos que o fator *Terra* possui concepções antagônicas, no que concerne aos entendimentos do camponês e do latifundiário, haja visto que, para este *Terra* associa-se diretamente à uma condição de poder e para o pequeno produtor ou camponês a posse da *Terra* está relacionada a um direito humano e meio fundante de sua condição de sobrevivência. No que diz respeito ao Cariri paraibano,

Terra, nesta região, é sinônimo de “status” e de poder - consequência normal do processo de colonização, onde o valor de um homem dependia do tamanho de sua sesmaria, fazenda ou engenho. Por outro lado, a luta dos pequenos para não perderem um palmo de terra - tudo isso criou uma ambição desmedida e uma resistência incontrolada na posse e defesa da terra. (SOBRINHO, 1996, p. 195).

Nessa concepção de pensamento e de realidade, historicamente, as questões envolvendo a terra estão associadas a conflitos entre latifundiários e camponeses. Como já dito, Marx (2005, p. 40) discorre que "A história de todas as sociedades até hoje existentes é a história da luta de classe.". No território do Cariri, tal característica, não podia ser diferente.

Portanto, a pesquisa foi fundamentada nos preceitos do materialismo histórico dialético, que aborda como uma de suas concepções a necessidade de analisar e avaliar o fenômeno estudado através do viés de uma pesquisa onde parte-se do caráter interno do fenômeno. Assim sendo, faz-se necessário compreender as relações estruturais existentes do fenômeno analisado, através dos seus movimentos e de suas relações em múltiplas escalas e contextos, favorecendo, assim, a uma compreensão ampla do objeto de pesquisa, onde se interligam características sociais, temporais, espaciais e de produção entre fenômenos e sujeitos num determinado território.

Para respondermos ao nosso primeiro objetivo específico, identificar a *questão agrária* no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB, fizemos uso das seguintes fontes: historiografia paraibana, dados do IBGE, do SNCR e do CAR. Já para investigarmos o segundo objetivo, estudarmos os conflitos por terras ocorridos no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB, recorreremos a historiografia local, a literatura de cordel e as entrevistas semiestruturadas com os indivíduos envolvidos nos conflitos de terra. E, por fim, foram nossas fontes do último objetivo, ao analisarmos se a *grilagem de terras* ocorrida no município de

Sumé-PB é tomada no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo, os Planos de Cursos de dois professores que lecionam esta Área de Conhecimento nos anos finais do Ensino Fundamental da UMEIF “José Bonifácio Barbosa De Andrade”, e os questionários semiestruturados que aplicamos individualmente com ambos os docentes com questões abertas que eles puderam responder livremente.

Em suma, realizamos uma análise bibliográfica e documental e a aplicação de entrevistas e questionários semiestruturados, onde analisamos sistematicamente os materiais bibliográficos e as respostas obtidas dos entrevistados com o intuito de estabelecer as devidas relações com o nosso objeto de estudo a partir do materialismo histórico-dialético (MARX, 1983).

2 A *QUESTÃO AGRÁRIA* COMO PRINCIPAL CONTRADIÇÃO DA REALIDADE BRASILEIRA

O objetivo desse capítulo foi o de identificarmos como se apresenta a *questão agrária* no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB, buscando exemplificar esse processo da má distribuição da terra com o caso da Fazenda Pedra Comprida.

2.1 A *QUESTÃO AGRÁRIA* NO BRASIL, NA PARAÍBA E EM SUMÉ-PB

A *questão agrária* no Brasil é bastante complexa, pois está relacionada com a concentração fundiária, a desigualdade, a violência, a pobreza no meio rural, a produção agrícola, o êxodo rural que gera impactos de variados tipos, os movimentos sociais, etc. Os camponeses, conseguindo na tentativa de romperem este cerco, têm colocado a questão em evidência, tornando pano de fundo de inúmeros conflitos que nos últimos anos se intensificaram. A intervenção do Estado, segundo Mesquita (2008), que deveria ser de “administrar” ou resolver os conflitos, acaba transformando-os em caso de polícia. “E o que era um simples conflito, transforma-se em brutais massacres como aconteceu em Corumbiara e Eldorado do Carajás” (MESQUITA, 2008).

No Brasil, o monopólio da terra tem suas origens ainda no século XVI, com as Capitânicas Hereditárias, que foram doadas pelo Rei Dom João III a nobres de sua confiança que tinham a tarefa de colonização e exploração de determinadas áreas da colônia. Estas capitânicas dividiram o Brasil em 15 (quinze) extensões de terras que se tornaram propriedades de fidalgos portugueses por meio do estatuto das sesmarias⁴, cujos grandes latifúndios escravistas da atualidade são resultado desta distribuição desigual de terra iniciada com a colonização brasileira.

Para Coggiola (2007), o latifúndio é uma grande extensão de terra que tem como principal objetivo a valorização de suas terras e a especulação imobiliária. Ainda de acordo esse autor, o sistema colonial de distribuição de terra foi o responsável pela formação do latifúndio e não favoreceu a pequena propriedade. Constituiu-se através da escravidão a *priore* de indígenas e posteriormente de africanos, principalmente, no Nordeste do Brasil, com a exploração da cana de açúcar que teve seu auge no século XVI e início do século XVII.

Ainda hoje no Brasil boa parte da terra está sob o domínio dos grandes latifundiários e os camponeses que ainda conseguem permanecer no campo vivem em situações difíceis, pois

⁴ As sesmarias foram institutos jurídicos de concessão de terras que existiam em Portugal desde o período medieval e que foram implementadas no Brasil com o intuito de colonização do território.

os investimentos do Estado são ínfimos diante das necessidades que eles apresentam. Sobre o primeiro aspecto, vejamos:

Em termos de território, a área de exploração agrícola de nosso país é de 329.941.393 hectares, correspondentes a 38% da área total. Desta porcentagem, 76% (250.755.458,68 hectares) representam grandes extensões de terra particulares dedicadas à exploração agrícola – em outras palavras, latifúndios. Economicamente, a produção rural representou 23% do PIB nacional – dado que orgulha e muito aos empresários do setor, sendo considerado um dos principais motores da economia brasileira. No campo da política institucional, a bancada ruralista conta com 207 parlamentares, número correspondente a aproximadamente 40% do Congresso Nacional, de acordo com a agência de notícias Publica. No entanto, o que não se diz é que os latifundiários são menos de 1% da sociedade; que os números gerados por eles na economia não são revertidos em benefícios coletivos, mas em concentração de riquezas e aprofundamento da desigualdade social; e que a população rural é hoje expulsa do campo para as cidades em ritmos muito maiores do que o crescimento territorial urbano. Ou seja, em termos gerais, o território brasileiro é majoritariamente rural, a economia é amplamente movida pela agricultura e os ruralistas são uma das maiores forças políticas da atualidade. Por último, à partir de uma perspectiva geopolítica, na divisão internacional do trabalho, o Brasil, a despeito de seu relevante crescimento tecnológico e industrial, ainda é tido como “celeiro do mundo”, exportador de bens primários e de commodities agrícolas e minerais. (NERY, 2017).

A respeito das condições de vida dos camponeses do Brasil no século XXI, esse autor destaca que

(...) não podemos deixar de afirmar, sob o risco de negligência histórica, que o PT foi um dos grandes sócios no sentido de tornar os latifúndios produtivos através do agronegócio. A opção política de desenvolvimento rural é um jogo de soma zero. Não podemos acreditar ser possível promover qualquer forma de conciliação nesta área, ainda menos esta forma aviltante que se expressou nos recorrentes ‘Planos Safra’, com subsídio 99% direcionado ao agronegócio, e 1% a agricultura familiar. O fato é: dar poder ao agronegócio significa ameaçar a existência e as possibilidades da agricultura familiar e da reforma agrária no Brasil. Com o avanço do agronegócio, a agricultura familiar perde territórios, mercados e indivíduos. (IDEM).

No que diz respeito ao processo que resultou nessa situação, é importante destacar que, com a “independência” do Brasil em 1822, não foram resolvidos nenhum dos problemas relacionados à soberania nacional e às questões ligadas a terra, afinal ela não destruiu o caráter feudal-escravista e, nesse momento, semicolonial, aos interesses ingleses de nossa sociedade.⁵ Nesse sentido, apesar de o sistema de concessão de terras por sesmarias ter sido abolido, no ano de 1850, foi criada a Lei de Terra no Brasil, resultado da pressão dos ingleses para a abolição

⁵ O Brasil passou a condição de semicolonial devido a sua independência política não ter sido acompanhada de desenvolvimento soberano e de industrialização, pelo menos, não própria. No final do século XIX, já semicolonial e semifeudal, a sociedade brasileira passou a desenvolver um capitalismo tutelado mais ainda pelos britânicos. Por consequência, o Brasil continua sendo semicolonial, pois não fez uma revolução burguesa e não se desenvolveu enquanto Estado soberano. Sintetizando todo processo, o Brasil é semicolonial, pois nunca resolveu a “Questão Nacional” Cf. ARRUDA, 2015b, 2015c; CAMPOS, 2011.

da escravidão brasileira e substituição desta pelo trabalho assalariado. A Lei de Terras também instituiu que “qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário privado de terras”⁶. Todavia, para ocorrer o direito a propriedade era necessário pagar considerável valor ao Estado brasileiro. Assim, é possível constatarmos que, muito embora a lei afirmasse que qualquer cidadão brasileiro poderia se transformar em proprietário, na prática somente aqueles que tinham poder aquisitivo teriam de fato acesso a propriedade da terra. Ademais, muitos camponeses, de lugares mais distantes do país, não tomaram ciência na época de sua promulgação, deixando de regularizarem suas terras. Nota-se, portanto, que essa lei foi mais um estatuto jurídico que serviu para acentuar a *questão agrária* brasileira.

Assim como a independência (1822), a proclamação da república (1889) igualmente não foi de um processo revolucionário e, portanto, também manteve o caráter do velho Estado, conciliando os latifundiários com a burguesia em ascensão e o imperialismo inglês⁷ (ARRUDA, 2015). Esse processo se acentuou após 1930, quando o governo de Getúlio Vargas, atendendo a mesma política de interesse imperialista, impulsionou a industrialização nos sudeste brasileiro fazendo com que boa parte da população do campo se muda para os grandes centros urbanos em busca de melhores condições de vida. Todavia, apesar de ter sido uma década considerada marco para a história do campo brasileiro, não significou que a *questão agrária* nacional tenha sido solucionada. Pelo contrário, esse mesmo governo foi responsável por também atender aos interesses do latifúndio que continuou intocável no país. “O projeto de Vargas para se manter no poder incluiria a modernização urbana e o conservadorismo agrário” (BERCOVICI, 2020, p. 185).

Esse processo de conservadorismo agrário se intensificou nos anos seguintes, cada vez mais, sob o comando do imperialismo estadunidense⁸. Sobre este último, vejamos:

⁶ Dispõe sobre as terras devolutas no Império e acerca das que são possuídas por título de sesmaria sem preenchimento das condições legais, bem como por simples título de posse mansa e pacífica; e determina que, medidas e demarcadas as primeiras, sejam elas cedidas a título oneroso, assim para empresas particulares, como para o estabelecimento de colônias de nacionais e de estrangeiros, autorizado o Governo a promover a colonização estrangeira na forma que se declara. Cf. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm

⁷ De acordo com Lênin: “O imperialismo é o capitalismo chegado a uma fase de desenvolvimento onde se afirma a dominação dos monopólios e do capital financeiro, onde a exportação de capitais adquiriu uma importância de primeiro plano, onde começou a partilha do mundo entre os trustes internacionais e onde se terminou a partilha de todo o planeta entre as maiores potências capitalistas”. Porém, a essência mesma do imperialismo são os monopólios. Segundo Lênin, “se tivéssemos de definir o imperialismo da forma mais breve possível, diríamos que ele é a fase monopolista do capitalismo”. Cf. Lenin, 1972.

⁸ Termo que se refere à influência política, econômica, militar e cultural que os Estados Unidos passaram a exercer sobre o mundo, partindo do pressuposto que este país impõe seu poder de forma imperialista. Sobre o imperialismo estadunidense, ver Bandeira, 2009.

Essa política ficou mais incisiva a partir do governo de Truman em 1947, que anunciava que os Estados Unidos estavam dispostos a dar assistência política, econômica e militar para qualquer governo dos “povos livres”, anticomunistas. Não tinha importância se o governo dos “povos livres” fosse ditadura e não democrático, contanto que estivesse do lado da política americana. Para implementar essa política, foi criada a Agência Central de Inteligência (CIA), que passou a empreender a guerra secreta contra os governos que contrariassem os interesses econômicos, ou desobedecessem às diretrizes políticas de Washington. Executava também o “trabalho sujo” no exterior, como deposição de presidentes nacionalistas ou simpáticos à URSS e imposição de sangrentas ditaduras na Ásia, África e América Latina. (ALVES, 2013, p. 28).

O imperialismo estadunidense passou a exercer uma influência econômica direta no Brasil que levou a cabo uma política agrária de acordo com os seus interesses coloniais. A maior expressão dessa política ocorreu no período entre as décadas de 1960 e 1970, com a chamada “Revolução Verde”, expressão do imperialismo que recebeu esse nome devido a inserção de novas tecnologias para a agricultura e significou o marco para a modernização agrícola conservadora nos países subdesenvolvidos. Notemos,

Com o chamado “imperialismo americano”, os Estados Unidos passaram a projetar sua força para todo o bloco capitalista, influenciando na tomada de decisão interna de diversos países. Assim, com a grande influência americana e a consequente transformação de praticamente todas as áreas em campo de batalha, a Guerra Fria promoveu certas “revoluções” fora do centro hegemônico de conflito, muito embora balizada por ele. Essas revoluções não implicavam o levantamento de armas e o derramamento de sangue, mas, como em outras revoluções, eram feitas em nome do desenvolvimento e do progresso socioeconômico. Nessas revoluções não eram feitos prisioneiros, ao contrário, pretendia-se libertar centenas de milhões de pessoas das garras da desnutrição e do subdesenvolvimento e restituir a dignidade humana. Era essencialmente uma revolução tecnológica que viria a ser conhecida por Revolução Verde. Nesse ambiente de conflitos no cenário internacional dos países do assim chamado “Terceiro Mundo”, eram-lhes exigidos em troca do fornecimento da tecnologia agrícola da Revolução Verde, que seria implementada pelas fundações filantrópicas americanas Rockefeller e Ford, o empenho, o alinhamento com as causas do bloco capitalista e, conseqüentemente, auxiliar no “combate ao comunismo” dentro de suas fronteiras. O alinhamento dos países beneficiados pela Revolução Verde deveria ser na esfera política, militar, tecnológica, econômica, social e ideológica. (ALVES, 2013, p. 28).

Tudo isso se deu em razão da agudização da *luta de classes* que se intensificava no campo brasileiro como expressão da principal contradição da realidade do país, qual seja, o latifúndio e as suas *relações de produção*⁹ sobre a classe camponesa. A maior expressão dessa luta foi ganhando força, principalmente, a partir da década de 1950, com o crescimento das Ligas Camponesas (com o lema "Reforma Agrária na lei ou na marra") – organização política

⁹ Para Marx, as *relações de produção*, conjuntamente com as *forças produtivas* são os componentes básicos do *modo de produção*, a base material da sociedade. Nas sociedades de classes, as *relações de produção* são relações que surgem das contradições entre classes sociais, proprietários e não proprietários. Cf. Bottomore, 1988, p. 15.

dos camponeses que resistia a expropriação e a expulsão da terra, cujo objetivo era a resolução do problema fundiário brasileiro¹⁰.

Tendo como cenário esse quadro, a classe dominante brasileira, com o apoio direto dos EUA, deu um golpe militar em 31 de março de 1964. Imediatamente naquele ano, em 30 de novembro de 1964, o governo criou o Estatuto da Terra¹¹ como forma de colocar um freio nos movimentos camponeses que se multiplicavam durante o Governo João Goulart (1961-1962), dizendo trazer diretrizes e ações necessárias para a realização da reforma agrária no Brasil, todavia, não foi implantado efetivamente. Dizia esse documento:

Reforma agrária - é o conjunto de medidas em que visem a promover melhor distribuição da terra, mediante modificações no regime de sua posse e uso, a fim de atender aos princípios de justiça social e ao aumento de produtividade. (Art. 1º). Reforma agrária é a reorganização da estrutura fundiária com o objetivo de promover a distribuição mais justa das terras. A reforma agrária tem o objetivo de proporcionar a redistribuição das propriedades rurais, ou seja, efetuar a distribuição da terra para realização de sua função social. (BRASIL, 1964).

As metas estabelecidas pelo Estatuto da Terra eram basicamente duas: a execução de uma reforma agrária e o desenvolvimento da agricultura. Como resultado, podemos constatar que a primeira meta ficou apenas no papel, enquanto a segunda recebeu grande atenção do governo, principalmente no que diz respeito ao desenvolvimento capitalista ou empresarial da agricultura.

Com a chamada redemocratização em 1985, foi definido o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PRNA, que apresentou um discurso que considerava a Reforma Agrária como uma das “prioridades absolutas no contexto da política de desenvolvimento do País, caracterizando-se como programa da área social orientado para atender a população de baixa renda, migrantes ou moradores de zonas de tensão social e, de um modo geral, os produtores rurais” (I PNRA, 1985, p. 16). O PNRA foi divulgado no IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais promovido pela CONTAG (Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura), em 1985. O I PRNA destacou à importância do Estatuto da Terra como instrumento de Reforma

¹⁰ As Ligas Camponesas foram organizações de camponeses formadas pelo Partido Comunista Brasileiro (PCB) a partir de 1945. Foi um dos movimentos mais importantes em prol da reforma agrária e da melhoria das condições de vida no campo no Brasil. Elas foram abafadas depois do fim do governo de Getúlio Vargas e só voltaram a agir em 1954, inicialmente no estado de Pernambuco, e posteriormente na Paraíba, no Rio de Janeiro e em Goiás. A partir daí, as Ligas Camponesas exerceram intensa atividade até a queda de João Goulart, em 1964. O mais conhecido líder do primeiro período foi Gregório Lourenço Bezerra e do segundo, Francisco Julião Arruda de Paula.

¹¹ O Estatuto da Terra é a forma como legalmente se encontra disciplinado o uso, ocupação e relações fundiárias no Brasil. Foi um dos primeiros códigos inteiramente elaborados pelo Governo Militar no Brasil, por meio da Lei 4504, de 30 de novembro de 1964, concebida como forma de colocar um freio nos movimentos camponeses que se multiplicavam durante o Governo João Goulart (1961-1964).

Agrária, se pautando em seus princípios básicos como: a função social da propriedade; a não-desapropriação das empresas rurais e das pequenas e médias propriedades; a garantia de que a reforma agrária não atingirá as terras que estivessem produzindo e de que as desapropriações seriam pagas mediante indenizações. O I PRNA apresentou as seguintes metas:

a) quatrocentas mil famílias assentadas; b) meio milhão de famílias com posses regularizadas; c) 130 mil famílias beneficiadas pelo crédito fundiário; d) recuperar a capacidade produtiva e a viabilidade econômica dos atuais assentamentos; e) criar 2.075 novos postos permanentes de trabalho no setor reformado; f) cadastramento georeferenciado do território nacional e regularização de 2,2 milhões de imóveis rurais; g) reconhecer, demarcar e titular áreas de comunidades quilombolas; h) garantir o reassentamento dos ocupantes não índios de áreas indígenas; i) promover igualdade de gênero na Reforma agrária; j) garantir assistência técnica e extensão rural, capacidade, crédito e políticas de comercialização a todas as famílias das áreas reformadas; k) universalizar o direito à educação, à cultura e à seguridade social nas áreas reformadas.

Por seu turno, o I Plano Nacional de Reforma Agrária - PRNA foi fortemente combatido pelos ruralistas que criaram a União Democrática Ruralista (UDR)¹² para se oporem a essa nova configuração para o campo que estava sendo proposta e, por esse motivo, o PRNA não teve aplicação efetiva (SABOURIN, 2008).

Com o início do governo do presidente Luiz Inácio em 2002, criaram-se novas esperanças para a efetiva realização da Reforma Agrária, sobretudo a partir do II Plano Nacional de Reforma Agrária - PRNA (2004-2007). O II PNRA surgiu a partir da contribuição de vários servidores do INCRA, dos movimentos sociais e de intelectuais e de uma equipe de especialistas de diferentes instituições acadêmicas; foi apresentado em novembro de 2003, durante a III Conferência da Terra, que ocorreu em Brasília com vários movimentos e entidades do campo (BRASIL, 2004). No entanto, guardando as suas nuances, o seu desfecho foi semelhante ao do I PNRA, pois, como destaca Heinen (S/D, p. 05): “O leque de alianças efetuado por ocasião do processo eleitoral, por si só, já resultou na necessidade de abrir mão de

¹² A União Democrática Ruralista (UDR), fundada em 1985, se apresenta como uma entidade associativa brasileira que reúne grandes proprietários rurais e tem como objetivo declarado "a preservação do direito de propriedade e a manutenção da ordem e respeito às leis do País". Sua atuação política expressa a patronal rural conservadora se posicionando contra a reforma agrária iniciada no Brasil durante a transição democrática dos anos 1980, após o último período de governos militares. A UDR tem funcionado como um grupo de pressão no Congresso Nacional para impedir a aprovação de projetos de lei a favor da reforma agrária e atua por meio da Frente Parlamentar da Agropecuária. No campo ela exerce pressão sobre o poder judiciário e executivo nas regiões onde existem mais conflitos pela propriedade da terra, não raro envolvendo grandes áreas de terras devolutas ocupadas majoritariamente por atividades agropecuárias. Atualmente, a entidade tem sua sede em Brasília e seu atual presidente é o agropecuarista Luiz Antonio Nabhan Garcia, atuante na região do Pontal do Paranapanema, no oeste do Estado de São Paulo, e na região de fronteira agrícola de Sorriso, no Estado do Mato Grosso. Garcia também preside a seção paulista da UDR. Trata-se de uma organização paramilitar fundada por latifundiários para perseguir e assassinar camponeses que lutam pela terra.

determinadas propostas da plataforma política do partido de Lula”.

Notamos, portanto, que continuamos com a *questão agrária* pendente de ser resolvida, cujas contradições provocadas no seu seio escancaram como necessitamos de vencer o latifúndio brasileiro e o imperialismo, principalmente estadunidense, que se retroalimentam da exploração semifeudal estabelecida sobre o povo do campo do Brasil.

No que diz respeito à Paraíba, assim como no Brasil, a concentração fundiária começou com o processo colonial de ocupação do território. No litoral paraibano estavam concentrados os grandes latifundiários, senhores de engenhos, produtores de cana-de-açúcar que era destinada principalmente para exportação. “A organização inicial do espaço agrário litorâneo baseou-se na produção açucareira destinada ao mercado externo, na divisão das terras em grandes unidades produtivas conhecidas por engenhos e no trabalho escravo” (MOREIRA; TARGINO, 1996, p. 33). Enquanto o litoral ficou responsável pela produção de cana, o agreste produzia gêneros alimentícios e o sertão a pecuária bovina, onde também havia grandes fazendas de gado.

Porém, com a crise da cana-de-açúcar e a diminuição da mão-de-obra africana escravizada, foram surgindo outros tipos de relações de trabalho, em substituição a esta forma de trabalho. Um exemplo é o do sistema de parceria (morador) – camponeses sem terra que recebiam do proprietário fundiário a autorização de habitarem na propriedade, ocuparem um pedaço de terra, “os sítios” e neles cultivarem uma roça (MOREIRA; TARGINO, 1996, p.33).

O município de Sumé, criado em 1951¹³, se inscreve nesse quadro, pois o seu território foi e ainda é distribuído de forma desigual. Afirmamos isso em razão de conseguirmos identificar, por meio da relação das sesmarias da Capitania da Parahyba compilada por Tavares (1982), o número de dez cartas que, ao longo do século XVIII, solicitaram grandes extensões de terra correspondente ao atual município de Sumé. Vejamos:

¹³ Na divisão administrativa do Brasil referente ao ano de 1911, o distrito de São Tomé era parte integrante do município Alagoa de Monteiro, só se emancipando politicamente deste em 1º de abril de 1951, pela Lei Estadual Nº 513, de 08 de novembro do mesmo ano. A mesma Lei criou igualmente a Comarca de Sumé.

Quadro 1 - Sesmarias referentes ao município de Sumé-PB

DATA	REQUERENTE	ÁREA (ha)	SÍTIO
15/04/1717	João da Rocha Mota	10.800,0	Catoé/Conceição
19/05/1717	João da Rocha Mota	21.000,0	Sucuru/Catoé/Buraco/Campo da Ema
18/12/1722	Pedro da Costa de Azevedo	10.800,0	Conceição/Sucuru/Olho D'água/São Paulo
07/11/1734	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Olho D'água Oity
15/05/1741	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Gerimun
16/11/1742	Antônio da Cunha Ferreira	10.800,0	Cachoeira
25/08/1762	Antônio Duarte Vieira	10.800,0	-
07/11/1768	Antônio da Silva Motta	10.800,0	-
28/10/1785	José Francisco Torres	10.800,0	Riacho dos Porcos
14/08/1790	Antônio Fernandes da Silva	10.800,0	Mocós, Impoeiras, Carrapateira, Olho D'água do Cunha e Sucuru

Fonte: Tavares, 1982. Quadro elaborado pela autora do texto.

Por meio destes registros conseguimos notar as datas, os requerentes, as áreas e os sítios que foram ocupados quando da colonização do território, o que revela o processo de expropriação dos povos originário e a formação dos primeiros latifúndios. Importante destacar, também, que a Lei de Terras regularizou as propriedades dos latifundiários advindas das sesmarias e de sua expansão para terras devolutas (por meio da *grilagem*). Assim, atendeu aos interesses das oligarquias latifundiárias do país, assegurando a manutenção da estrutura agrária do período colonial.

Para uma busca na tentativa de compreendermos como se dá a *questão agrária* no município em estudo, o nosso primeiro passo foi no sentido sabermos como a legislação brasileira atual trata a divisão da terra no país. Assim, vimos que para o Estatuto da Terra (Lei 4.504/64), em seu artigo 50, com redação alterada pela Lei 6.746/1979, os tipos de propriedades existentes no Brasil são classificados como **minifúndio, pequena propriedade, média propriedade e grande propriedade**. Para enquadrar as propriedades rurais em uma dessas quatro classificações se leva em consideração o “Módulo Fiscal”, conforme Instrução Especial Nº 20 de 1980 do INCRA¹⁴, que, expresso em hectares, é determinado levando-se em consideração:

- a) o tipo de exploração predominante no Município:
 - I - hortifrutigranjeira;
 - II - cultura permanente;
 - III - cultura temporária;
 - IV - pecuária;
 - V - florestal;

¹⁴ O Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) é uma autarquia federal, cuja missão prioritária é executar a reforma agrária e realizar o ordenamento fundiário nacional. Criado pelo Decreto nº 1.110, de 9 de julho de 1970, atualmente o instituto está implantado em todo o território nacional, por meio de 29 superintendências regionais e 49 unidades avançadas. Parcerias com estados e municípios também viabilizam a oferta dos serviços da autarquia. Cf. <http://antigo.incra.gov.br/pt/o-incra.html>.

Portanto, diante dessa consideração, o município de Sumé tem a medida de 55 hectares para representar o equivalente a 1 (um) Módulo Fiscal. Apresentamos essas conversões no Quadro a seguir.

Quadro 2 - Tipos de propriedades segundo o módulo fiscal no município de Sumé-PB

TIPO DE PROPRIEDADE	TAMANHO EM MÓDULO FISCAL	TAMANHO EM HECTARES
Minifúndio	Inferior a 1 (um) módulo fiscal	Até 54,99 hectares
Pequena Propriedade	Entre 1 (um) e 4 (quatro) módulos fiscais	Entre 55 e 219,99 hectares
Média Propriedade	Entre 4 (quatro) e 15 (quinze) módulos fiscais	Entre 220 e 824,99 hectares
Grande Propriedade	Superior a 15 (quinze) módulos fiscais	A partir de 825 hectares

Fonte: Estatuto da Terra, 1964. Quadro elaborado pela autora do texto.

O nosso segundo passo na tentativa de compreendermos como se dá a *questão agrária* no município em estudo foi descobrimos o registro oficial dos posseiros e proprietários e o tamanho das respectivas áreas rurais sob seus domínios. Para tanto, nos foi importante o banco de dados disponíveis no do Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR¹⁵, cujas informações nos dizem que a distribuição dos imóveis rurais no município de Sumé se encontra como posto no Quadro a seguir:

Quadro 3 - Distribuição do número de imóveis rurais por área no município de Sumé-PB

TAMANHO DA ÁREA (HA)	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA TOTAL (HA)
Minifúndio (Até 54,99 ha)	607	10.142,055
Pequena propriedade (entre 55 e 219,99 ha)	154	17.892,361
Média propriedade (entre 220 e 824,99 ha)	86	36.062,067
Grande propriedade (A partir de 825 ha)	13	19.683,120
TOTAL	860	83.779,603

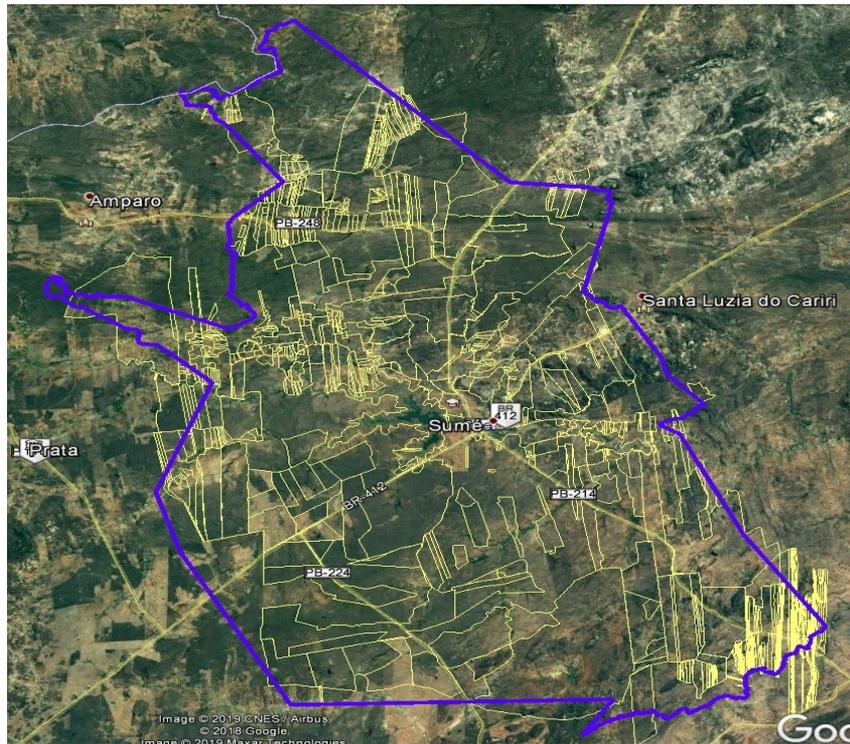
Fonte: SNCR, 2019. Quadro elaborado pela autora do texto.

De acordo com as informações dispostas no SNCR (2019), a área territorial que compõe o município de Sumé nos dias atuais é de 83.779,603 hectares. Desta área, a maior parte (55.745,178) faz parte da grande propriedade (13) e da média propriedade (86), enquanto a menor parte (28.034,416) é composta pela pequena propriedade (154) e pelo minifúndio (607). Ou seja, os dados demonstram a concentração de terras nas mãos de poucas pessoas no município em estudo. Essa má distribuição da terra também pode ser notada na imagem que segue disponibilizada pelo Cadastro Ambiental Rural – CAR¹⁶.

¹⁵ O Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR) foi criado com o objetivo de promover a integração e sistematização da coleta, pesquisa e tratamentos dos dados e informações sobre o uso e a posse da terra, e para que se possa conhecer, de fato, a estrutura fundiária das diversas regiões do País. Cf. <https://www.beefpoint.com.br/o-sistema-nacional-de-cadastro-rural-3945/>

¹⁶ Criado pela Lei nº 12.651/2012, no âmbito do Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente - SINIMA,

Mapa 1 - Limites territoriais do município de Sumé-PB



Fonte: CAR, 2021

Moreira e Targino (2007) destacam que a *questão agrária* passou a ganhar destaque no Cariri paraibano com a crise da produção do algodão, que teve início com a queda dos preços do produto no mercado nos anos 1970, e agravada com a praga do bicudo, principalmente a partir de 1985, gerando uma crise no sistema de parceria tradicional entre fazendeiro e o camponês. Ainda de acordo com os autores:

O algodão que se constituía a fonte de renda monetária do pequeno agricultor desapareceu e o fazendeiro buscou outras formas de valorização da terra, seja através da substituição do sistema parceria ou arrendamento pelo plantio de pasto artificial, a exemplo, o capim buffel, e expansão da atividade pecuária, seja oferecendo a terra ao INCRA em troca de uma indenização compensadora (MOREIRA; TARGINO, 2007).

e regulamentado pela Instrução Normativa MMA nº 2, de 5 de maio de 2014, o Cadastro Ambiental Rural – CAR é um registro público eletrônico de âmbito nacional, obrigatório para todos os imóveis rurais, com a finalidade de integrar as informações ambientais das propriedades e posses rurais referentes às Áreas de Preservação Permanente - APP, de uso restrito, de Reserva Legal, de remanescentes de florestas e demais formas de vegetação nativa, e das áreas consolidadas, compondo base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento. A inscrição no CAR é o primeiro passo para obtenção da regularidade ambiental do imóvel, e contempla: dados do proprietário, possuidor rural ou responsável direto pelo imóvel rural; dados sobre os documentos de comprovação de propriedade e ou posse; e informações georreferenciadas do perímetro do imóvel, das áreas de interesse social e das áreas de utilidade pública, com a informação da localização dos remanescentes de vegetação nativa, das Áreas de Preservação Permanente, das áreas de Uso Restrito, das áreas consolidadas e das Reservas Legais. Cf. <https://www.car.gov.br/#/sobre>

Analisando esta situação agrária relativa ao município de Sumé, vemos que, em 14 de julho de 1999, foram desapropriadas as terras que pertenciam a Fazenda Feijão, dando origem ao assentamento *Mandacaru*. Para Caniello e Duqué (2006, p. 633), a desapropriação da Fazenda Feijão consolidou a ação do MST no Cariri paraibano. Essa fazenda, localizada a 14 km da sede do município de Sumé, era um latifúndio de 4.393 hectares pertencente a José Lucas, que, após a sua morte, passou a ser administrada por sua família. A partir do momento que passou a ser considerada como uma área improdutiva, trabalhadores sem terras passaram a reivindicar a posse daquele chão.

Atualmente temos 9 (nove) assentamentos nesse município. Sob a jurisdição do INCRA, temos 2 (dois): Assentamento Mandacaru e Assentamento Zé Marcolino; e sob jurisdição do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF)¹⁷, temos 7 (sete): Assentamento Mata, Assentamento Paulo Freire, Assentamento Retiro, Assentamento Agrestinho, Assentamento Tigre, Assentamento Passagem Rasa e Assentamento Cigano.

Portanto, de acordo com os dados do INCRA, pode-se identificar que a política de Reforma Agrária levada a cabo durante o governo de Fernando Henrique Cardoso foi responsável pelo total de treze projetos de assentamentos no Cariri paraibano. No entanto, não significou a melhoria na qualidade de vida daquelas famílias assentadas, uma vez que essa política visou apenas distribuir as terras da grande propriedade rural, que se encontrava em crise com o fim dos financiamentos da SUDENE, no mesmo momento em que procurava potencializar a comercialização de terras através do Banco Mundial.

Todavia, esse processo de desapropriação de terras não representou o fim do latifúndio no município de Sumé. Afirmamos isto por duas razões: primeiro, as 9 fazendas desapropriadas representam um número pequeno do conjunto de latifúndios ali presentes; segundo, o título das terras das 9 fazendas desapropriadas não passaram para as mãos das famílias assentadas, o que faz com que essas terras continuem sendo consideradas fazendas, com a diferença que deixaram de ser de particulares e passaram a ser estatais.

¹⁷ O Terra Brasil - Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) oferece condições para que os agricultores sem acesso à terra ou com pouca terra possam comprar imóvel rural por meio de um financiamento. Além da terra, os recursos financiados podem ser utilizados na estruturação da propriedade e do projeto produtivo, na contratação de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) e no que mais for necessário para que o agricultor desenvolva as suas atividades de forma independente e autônoma. De acordo com esse Programa, o primeiro pagamento acontece após três anos de carência com um prazo de vinte e cinco anos para quitação plena do imóvel. Cf. www.gov.br/assuntos/agricultura-familiar/credito.

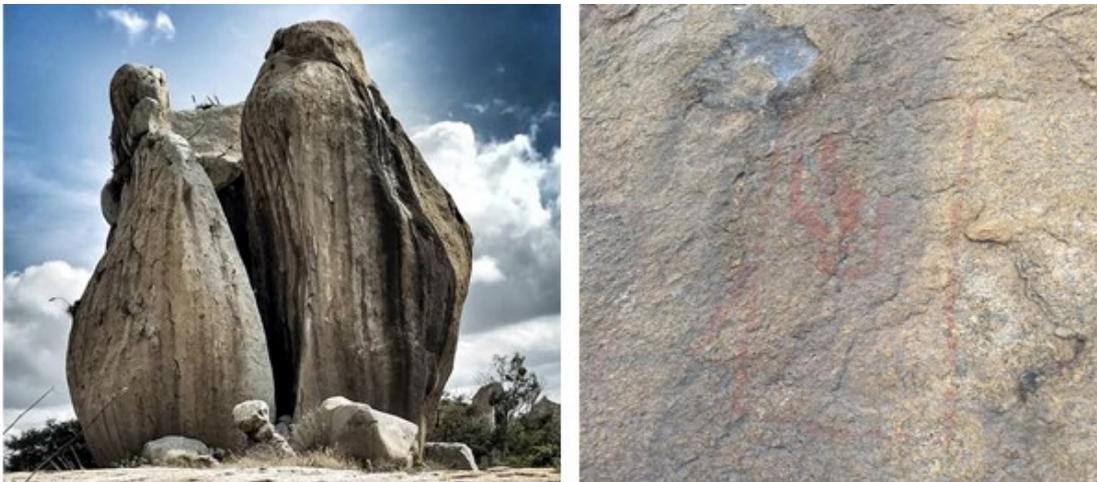
2.2 A FAZENDA PEDRA COMPRIDA COMO EXPRESSÃO DA *QUESTÃO AGRÁRIA* EM SUMÉ-PB

Como já dito no tópico anterior, nos fins do século XVIII, iniciou-se a fixação de colonos procedentes de outras regiões da própria Paraíba e de Pernambuco na zona do Cariri paraibano, os quais foram ali se estabelecendo em fazendas de criação de gado.

Dentre as várias fazendas de gado que datam da colonização deste território, tomamos como estudo de caso o a misteriosa e lendária Fazenda Pedra Comprida que é expressão da concentração e transferência de terras pelas gerações de colonizadores e que, a partir de 1905, passou a pertencer a Augustinho Braz Macêdo¹⁸. Depois habitaram estas terras outras famílias tais como: Rocha Motta, Cavalcante Albuquerque, Ferreira Melo, Braz Macêdo, Simões Nascimento, Sousa Rolim e Araújo.

Nesta propriedade existe, em um serrote, uma bela e enorme formação rochosa que no topo é “lascada” e rica em arqueologia rupestre, motivos pelos quais é conhecida como misteriosa e lendária. A seguir vemos registros dessa rocha:

Fotografia 1 - Pedra comprida com inscrições rupestres



Fonte: Arquivo da autora.

De acordo com Almeida (1979), se trata de um grande matacão alongado formando na base ligeiro abrigo, com um painel que apresenta quatro retângulos em vermelho em uma área decorada é de 1,30M x 0,65 cm, motivo esse que faz dela atualmente um ponto turístico muito visitado por turistas e pesquisadores. De igual maneira, a Pedra Comprida ganhou notoriedade a partir da propaganda veiculada no álbum musical “Paêbirú: caminho da montanha do sol” dos

¹⁸ O Censo Agropecuário de 1920 apresenta Augustinho Braz Macêdo como o único proprietário da Pedra Comprida.

cantores Zé Ramalho e Lula Côrtes (1975), principalmente com a música "Os Segredos de Sumé"¹⁹. Vejamos parte dessa letra:

Quando as tiras do véu do pensamento
Desenrola-se dentro de um espaço
Adquirem poderes quando eu passo
Pela terra solar dos Cariris

Há uma pedra estranha que me diz
Que o vento se esconde num sopé
Que o fogo é escravo de um pajé
E que a água há de ser cristalizada

Nas paredes da Pedra encantada
Os segredos talhados por Sumé.²⁰

Atualmente este latifúndio do município de Sumé encontra-se nas mãos das famílias Braz e Cavalcante; terras que passam pelas mãos de uma linhagem resultado da junção dessas duas famílias, cujos herdeiros genéticos permanecem como proprietários até os dias atuais, com açude e poços artesianos construídos com recursos próprios, desenvolvendo a criação de gado e a agricultura do milho, feijão, palma e, em anos anteriores, também o tomate. A seguir apresentamos uma imagem com a antiga casa sede da fazenda.

Fotografia 2 - Casa sede da fazenda pedra comprida



Fonte: Memorial Sucuru, 2020.

¹⁹ Sumé na língua Tupi significa “personagem misterioso, que pratica o bem e ensina a cultivar a terra”. Para os povos originários Sumé era um ser místico, curandeiro e amigo deles que os teria ensinado, entre outras coisas, a arte do plantio de várias culturas, o deus da agricultura, segundo a lenda.

²⁰ Trata-se de um disco de vinil duplo, com onze faixas e dividido em quatro lados, cada um dedicado a um dos quatro elementos da natureza: terra, ar, fogo e água. A principal inspiração dos músicos na criação do disco foi a Pedra do Ingá, situada no município de Ingá, no interior da Paraíba. No decorrer da criação do disco, a variedade de lendas sobre Sumé – entidade mitológica em que os povos originários acreditavam antes da colonização – inspiraram, além da faixa de abertura, diversas passagens do álbum. Por esse motivo, há uma confusão de que os cantores fazem referência a Pedra Comprida do atual município de Sumé, o que terminou por fazer uma propaganda desse local.

Em entrevista concebida aos alunos a alunos da Licenciatura em Educação do Campo (2016)²¹, com o atual proprietário Sílvio Braz depõe sobre como àquelas terras passaram a lhe pertencer. Notemos:

Aquilo ali, meus filhos, foi uma propriedade que meu avô comprou, não lembro muito bem a data, faz uns 100 anos. Eu sou neto dele e já estou com 83 anos. Aquilo ali foi comprado com sociedade com os Quincas Pereira e seu Marciano da Pedra D'água. Aí o tempo foi passando e uma parte da família foi vendendo aos moços de fora e eu fiquei ali, comprei uma parte das terras dos meus sobrinhos, aí aumentou um pouquinho, né? A Lagoa da Cobra que era a situação do meu pai que era vizinho a Pedra Comprida, pra mim é uma base de uns 300 metros daquela porteira lá na fazenda, aí ficou pra nós e agora nesse último inventário ali a sede de [...] porque da Pedra Comprida mesmo, inclusive a Pedra quem herdou foi minha mulher, nós acoplamos juntas.

Ao coletarmos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR os registros dos nomes dos que se apresentaram como proprietários do local Pedra Comprida, identificamos as seguintes pessoas com suas respectivas áreas (hectare) declaradas:

Quadro 4 - Sítio Pedra Comprida e declarantes como proprietários das suas terras (2019)

Nº	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA (Ha)
01	Sítio Pedra Comprida	Inácio Cavalcanti Braz	200
02	Sítio Lagoa de Pedra Comprida	José Vicente Lima Freitas	107
03	Sítio Pedra Comprida	Lávio Rodrigues da Silva	20
04	Sítio Pedra Comprida	Miguel Xavier de Araújo	15
05	Sítio Pedra Comprida	Leomar Rodrigues da Silva	9
06	Sítio Pedra Comprida	Maria das Graças Xavier de Araújo	8
07	Sítio Pedra Comprida	Rosália Xavier da Silva	8
TOTAL			367

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019.

Ao analisarmos os dados apresentados no quadro acima sobre a distribuição da terra da Fazenda Pedra Comprida, uma primeira questão a ser considerada é a de que o SNCR é auto declaratório e não obrigatório o que pode significar que nem todos os que ali residem fizeram o registro das terras em que moram junto ao referido sistema, principalmente aqueles com menos condições financeiras. Uma segunda questão a ser considerada é a de que a maior parcela de terra (200 ha) pertence a uma pessoa que tem os sobrenomes das famílias Braz e Cavalcante (Inácio Cavalcanti Braz), o que é um indício de que essa família continua monopolizando o principal *meio de produção* (terra) naquele território. Contudo, de acordo com

²¹ Esta entrevista é parte de um trabalho acadêmico realizado por alguns dos alunos do Componente Curricular História da Paraíba ministrado pelo professor Faustino Teatino Cavalcante Neto na Licenciatura em Educação do Campo da Universidade Federal de Campina Grande, *campus* de Sumé-PB.

os dados dispostos no Sistema de Gestão Fundiária (SIGEF)²², a Fazenda Pedra comprida tem uma área de 643,0 hectare que corresponde a um perímetro de 12,5 Km.

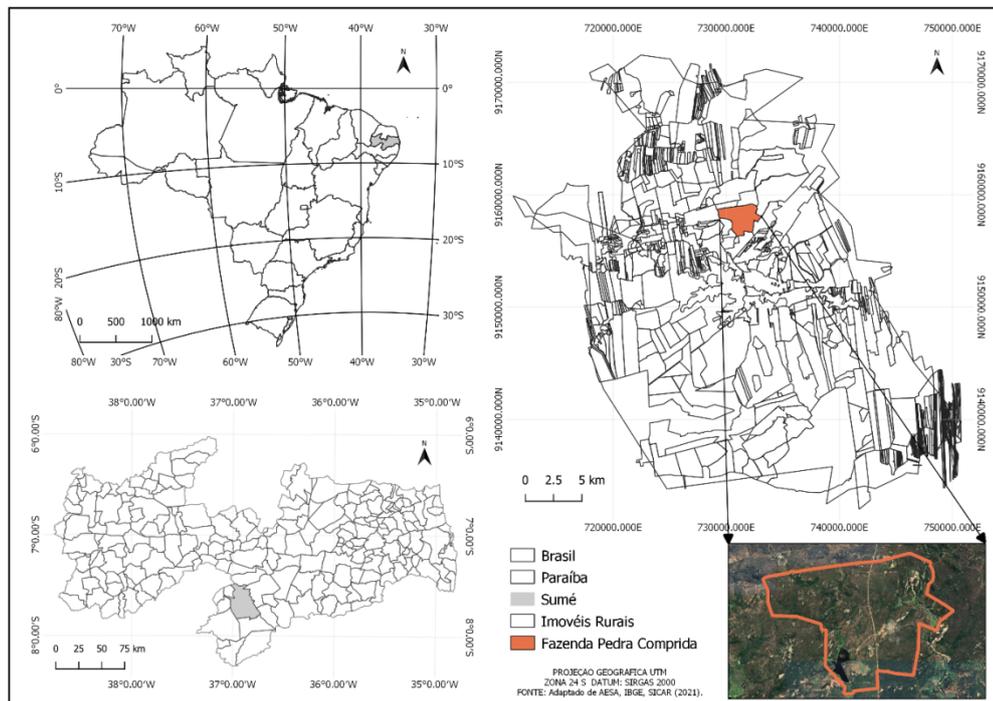
De acordo com relatos do atual dono da Pedra Comprida, senhor Sílvio Braz, um antigo proprietário da fazenda doou uma “tira” de terra a um vaqueiro que trabalhava naquele latifúndio, cuja posse foi passando de geração para geração pelos familiares daquele camponês.²³ Trata-se hoje dos lugares denominados de Mata Pasto de Cima e Mata Pasto de Baixo que correspondem a duas áreas situadas nos limites leste e oeste da fazenda. Um dado que corrobora essa informação é o do registro de 6 pessoas autodeclaradas no SNCR como possuidoras de pequenas quantidades de terras no lugar “Mata Pasto” que usam e dependem delas para produzirem a agricultura temporária de subsistência e a criação de pequenos rebanhos de ovinos, suínos, caprinos e equinos. Talvez, sejam essas famílias as herdeiras da “tira” de terra doada ao vaqueiro mencionado²⁴. O mapa a seguir mostra a divisão agrária localizada aos redores da Fazenda Pedra Comprida. Vejamos:

²² O SIGEF foi desenvolvido pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e entrou em vigor, em 23 de novembro de 2013, para gestão de informações fundiárias do meio rural brasileiro uma ferramenta eletrônica que tem como objetivo ajudar nas questões relacionadas ao governo fundiário em território nacional. Por ele podem ser realizadas o recebimento, validação, organização e regularização das informações georreferenciadas de limites de imóveis rurais, públicos e privados. O sistema do SIGEF é capaz de analisar alguma possível sobreposição comparando os dados que estão sendo inseridos com os georreferenciamentos que estão cadastrados no Banco de Dados do INCRA, permite ainda gerar a planta descritiva de forma automática, o que deixa o processo de certificação mais eficaz e automatizado. Por meio do SIGEF são realizadas a certificação de dados referentes a limites de imóveis rurais de acordo com o § 5º do art. 176 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.

²³ Importante destacar que há uma diferença entre *posse* e *propriedade*. De acordo com o Código Civil, a posse não dar os efeitos reais de propriedade sobre a coisa; já a propriedade dar a faculdade de usar, gozar e dispor da coisa, e o direito de reavê-la do poder de quem quer que injustamente a possua ou detenha. Isso significa que aquele que é proprietário é também possuidor, mas nem todo possuidor é também proprietário. Cf. Lei nº 10.406 de 10 de Janeiro de 2002.

²⁴ As seis pessoas são: Miguel Xavier de Araújo (50 ha), Maria Aparecida Xavier de Sousa (8 ha), Inez Xavier Sobrinha(8 ha), Iraci Madalena de Souza (6 ha), Maria do Socorro Souza Simião (5,5 ha) e Armindo Izaías de Souza (5,5 ha). Cf. SNCR, 2019.

Mapa 2 - Localização da fazenda Pedra Comprida no Município de Sumé-PB



Fonte: CAR, 2021.

Nas fazendas de gado dos sertões coloniais não se reproduziu o sistema de senzalas de uso coletivo do litoral canavieiro, sendo comum a prática de os latifundiários permitirem que os seus agregados (povos originários e africanos escravizados) construíssem casas de pau a pique nos limites das suas terras, também, como forma de estabelecer as suas fronteiras e evitar litígios com outros latifundiários vizinhos. Essa prática, conhecida como “sistema de travessão”, possibilitou o surgimento de uma classe camponesa posseira de terras dentro da fazenda, que teve o vaqueiro como uma de suas principais expressões.

O vaqueiro era uma figura central nas fazendas de gado dos sertões, sendo considerado o “braço direito do patrão”, pois exercia vários papéis que não apenas as relativas à pecuária. Assim, entendemos que o vaqueiro era submetido a um trabalho árduo e semifeudal, semifeudal por que as *relações de produção*²⁵ entre ele e o fazendeiro na fazenda eram baseadas no “pagamento” em produto e não em dinheiro (renda produto).²⁶ Gonçalves (1997, p. 23) diz que o vaqueiro era um “tipo de servo recrutado entre os índios domesticados no litoral e também

²⁵ *Relações de Produção* é um conceito elaborado por Karl Marx, segundo o qual elas são as formas como os seres humanos desenvolvem suas relações de trabalho e distribuição no processo de produção e reprodução da vida material. Segundo a teoria marxista, nas sociedades de classes, as relações de propriedade são expressões jurídicas das relações de produção. Assim, nas sociedades de classes, as relações de produção são relações entre classes sociais, proprietários e não proprietários. Cf. Marx, 1983.

²⁶ O “pagamento” feito aos vaqueiros era chamado de “a sorte”. De cada quatro bezerros nascidos na fazenda (geralmente, os machos), um pertencia ao vaqueiro, a ser entregue no final do ano. Caso precisasse de dinheiro antes da entrega da cria, ele até podia solicitar ao patrão, mas teria que pagar a dívida com um ou mais animais. Na prática, o vaqueiro poderia até ficar sem bezerro e sem dinheiro.

mestiços e portugueses pobres”. Ele assumia a função de um “faz de tudo” na fazenda, já que estava sob o seu encargo zelar por toda a sua infraestrutura, desde o ajeitar de uma cerca até toda a parte de cuidados com o gado. Ou seja, era uma figura importante na história da economia regional, nas *lutas de classes*, nas questões culturais, etc. Esse camponês sempre esteve sujeito aos mandados do patrão, pois necessitava do espaço da fazenda para retirar o seu sustento e o de sua família. Entretanto, quando o patrão se ausentava da fazenda, era o vaqueiro o responsável pelo latifúndio, sendo, portanto, o homem de sua confiança. Notamos, desse modo, que as *relações de produção* do latifundiário para com esse trabalhador variavam de hora em hora. Euclides da Cunha o descreve da seguinte maneira:

O vaqueiro, (...), criou-se em condições opostas, em uma intermitência, raro perturbada, de horas felizes e horas cruéis, de abundância e misérias - tendo sobre a cabeça, como ameaça perene, o sol, arrastando de envolta, no volver das estações, períodos sucessivos de devastações e desgraças. (CUNHA, 2003, S/P).

De acordo com esse autor, as relações de produção sempre tiveram seus “altos e baixos”. Por exemplo, como já dito, o “pagamento” feito aos vaqueiros era chamado de “a sorte”, a cada quatro animais nascidos na fazenda (geralmente, os machos), o vaqueiro tinha direito a um a ser entregue no final do ano. Caso precisasse de dinheiro antes da entrega da cria, ele até podia solicitar ao patrão, mas teria que pagar a dívida com um ou mais animais. Na prática, o vaqueiro poderia até ficar sem bezerro e sem dinheiro. O poeta Pinto de Monteiro nos dá pistas sobre essas *relações de produção* que envolvia patrão e vaqueiro nos seus altos e baixos,

Amarra vaca e novilha
 Ir samba e vaquejada
 Dançar marcando quadrilha
 Cochilar com namorada
 Botar cavalo em mourão
 Topara touro de ferrão
 Tirar peixe do jequí
 Lama em fundo de poço
 Eu fiz tudo quando moço
 No meu velho Cariri. (MEDEIROS, 2007, p. 69).

Ao escrevermos essas linhas sobre a condição de vida que o camponês vaqueiro vivia dentro do latifúndio buscamos refletir a respeito do grau de exploração que existia sobre o mesmo, restando para ele, quando muito, a condição de *posseiro*. E era sobre essa condição que ocorria o processo de *grilagem de terras* por parte dos mesmos latifundiários que diziam doar uma “tira” de terra para o vaqueiro que trabalhava na sua fazenda, cuja posse foi passando de geração para geração pelos familiares daquele camponês. Essa reflexão serve para pensarmos

como viviam os trabalhadores camponeses que se localizavam nas terras da Fazenda Pedra Comprida.

Atualmente, os camponeses que ali residem são assistidos por uma UBS (Unidade Básica de Saúde) situada próximo ao Riacho da Pedra Comprida, dispendo de cisternas em suas casas e de poços artesianos em suas posses de terras, alguns conseguidos por recursos próprios, bem como de uma barragem, construída pelas *Frentes Produtivas de Emergência*²⁷, que distribui água para a comunidade. Esses camponeses se organizam por meio de uma Associação Rural, por meio da qual conseguem pequenos projetos destinados a agricultura e a pecuária, e recebem gratuitamente assistência técnica da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural - EMATER²⁸, por quem são orientados a manterem um equilíbrio de não degradação do meio ambiente utilizando adubo orgânico.

Na agricultura, assim como nas demais áreas rurais do município, desenvolvem-se as culturas tradicionais do milho e do feijão de janeiro a abril, mas, quando surpreendidos com a seca, são atendidos com os subsídios do governo que promove a política do Seguro Safra.²⁹ Essas políticas são disponíveis para as famílias de poder aquisitivo baixo, onde segue por área, por estabelecimento familiar (de até 1 módulo fiscal - 55 hectares). Os agricultores também trabalham com o cultivo permanente de palma forragem, capim e sorgo e na pecuária com a criação de animais que precisam de pouca água (cabras, ovelhas, etc.). De resto, alguns camponeses também se mantêm por meio de uma aposentadoria do INSS ou de benefícios do Governo (bolsa família), existido alguns poucos com trabalho assalariado que não dispõem dessa política de assistência.

Portanto, o povo camponês vive somando misérias e acumulando desgraças, abandonado e relegado ao descaso público. Como resultado de todo esse quadro desolador, vê o Poder Público sem agir, como que indiferente, o êxodo dos campos, o pauperismo dos homens e mulheres que vivem das atividades rurais, o baixo rendimento, os ínfimos padrões de vida, a

²⁷ As *Frentes Produtivas de Emergência* foram políticas públicas criadas pelo Estado para o Semiárido brasileiro em seus períodos de estiagens sob a justificativa de socorro aos camponeses, mas que tinham o objetivo final de atenderem aos latifúndios desse território por meio dos recursos financeiros federais que eram controlados por esta classe dominante. Sobre este objeto de estudo no Cariri paraibano, ver, Farias, 2018.

²⁸ A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural foi criada com o objetivo de realizar pesquisa agropecuária, prestar assistência técnica, geração e adaptação de tecnologias por meio de metodologias educativas e participativas, contribuindo para a promoção do desenvolvimento rural sustentável.

²⁹ Garantia-Safra (GS) é uma ação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) financiada pelo Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) que garante ao agricultor familiar um benefício financeiro, por tempo indeterminado, caso perca sua safra devido ao fenômeno da estiagem ou do excesso hídrico. Foi criada em 2002, a partir da lei nº 10.420, está vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), e é administrada pela Caixa Econômica Federal desde outubro de 2003. Sua área de atuação inclui as regiões majoritariamente semiáridas, como a região Nordeste, e o norte dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, que sofrem detrimento de safra em razão de seca ou excesso de chuvas.

miséria, o desalento, o empobrecimento progressivo, as decepções, as crises cíclicas, enfim os interesses misteriosos, solapadores de mil forças ocultas. E, como consequência lógica e inevitável de todo esse drama, aí estão os campos despovoados, as lavouras abandonadas à própria sorte; a produção nacional em crise; os municípios empobrecidos, o brasileiro enfim, refletindo a aparência triste de um inválido esmorecido.

3 A GRILAGEM DE TERRAS COMO EXPRESSÃO DA LUTA DE CLASSES NO BRASIL

O objetivo desse capítulo foi o de estudarmos os conflitos por terra ocorridos no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB, com destaque para aqueles que dizem respeito ao processo de *grilagem de terras* por parte dos grandes fazendeiros sobre os trabalhadores camponeses e a consequente *luta de classes* entre ambos.

3.1 A GRILAGEM DE TERRAS NO BRASIL

Como já apresentado no primeiro capítulo, no Brasil existe uma grande concentração da propriedade da terra. Constata-se que o Brasil é o maior país da América Latina, sendo o 5º maior país do planeta em extensão territorial, tendo uma extensão de 8.510.345,538 km² (IBGE, 2021), indicador esse que influi na atual estrutura fundiária do país. Em 2017, o Brasil detinha 5 milhões de propriedades agrícolas, destas, 47,6% destinadas para a produção agropecuária, havendo um aumento na concentração de terras nas mãos de poucos (IBGE, 2017). Um país de dimensões continentais com uma sociedade onde apenas 1% dos proprietários rurais detém 44% das terras, enquanto 67% deles detém apenas 6% das terras. (MOTTA, 2002). Sobre essa concentração de terras, partimos do entendimento que ela se deu assentada no processo de distribuição de sesmarias, de *grilagem de terras* e da consequente *luta de classes* que ocorreu ao longo da história brasileira. E é esse processo que pretendemos apresentar nesse capítulo.

Para Jones (1997), as terras brasileiras eram públicas de acesso coletivo pelos povos originários até que chegou a Coroa portuguesa e se apropriou delas, adotando o sistema de “doação” de terra aos colonizadores através de sesmarias. De acordo com Alves (2019, p. 22), esse mecanismo jurídico, a sesmaria, foi o primeiro passo em direção à concentração fundiária e a origem do latifúndio no Brasil, pois deixou grandes parcelas de terras nas mãos de poucas pessoas. Assim, corroborando, Oliveira *et al.*, (2019) descreve:

A estrutura agrária brasileira sempre foi marcada por uma grande concentração de terra, associada a um modelo agroexportador de monoculturas. Essas características tiveram início desde a colonização brasileira, primeiro com as capitânicas hereditárias, depois as sesmarias, até a modernização no campo e na formação dos latifúndios modernos.

De acordo com Nascimento (2020, p. 35):

As invasões estrangeiras, sobretudo dos portugueses, no Brasil, se deram através de um processo de invasão das terras dos povos originários para acumulação e exportação dos recursos existentes até a metrópole portuguesa, ao mesmo tempo em que ocorre a expropriação das terras e utilização da força de trabalho dos povos originários na extração das matérias-primas do Brasil, fazendo com que ocorresse os primeiros contatos para catequização e escravidão dos mesmos.

O sistema de Capitânicas Hereditárias, mais especialmente com a apropriação de terras no regime de sesmarias, permitia à Coroa portuguesa ceder terras a seus apadrinhados nas colônias com a única exigência que elas se tornassem produtivas. Tal objetivo não foi alcançado na maioria dos casos, mas possibilitou a apropriação de grandes áreas, formando a base do sistema de latifúndio. Sobre esse regime de “doação” de terras pela Coroa, Motta (2002, P. 84) diz que

(...) é emblemático o recurso de falsificar cartas de sesmarias, algumas "esquentadas" com datas de mais de 200 anos. Para um leigo, é difícil imaginar o porquê da utilização daquele documento. No entanto, não há nenhum mistério. As cartas de sesmarias são concessões de terras num período onde a demarcação do limite territorial era não somente dificultado pela ausência de agrimensores, mas era também obstaculizado por outros importantes condicionantes históricos. Até o ano de 1822 (quando do término do sistema de sesmarias), a delimitação da terra ocorria via emprego de marcos geográficos como, por exemplo, “até os findos do morro X até o rio Y”. (...) a fluidez dos limites acabou por favorecer o sistema de grilagem, ao forjar a "origem" da propriedade.

Com a Lei de Terras, Lei N. 601 de 18 de setembro de 1850, e a forma como a abolição da escravatura foi realizada em 1888, a desigualdade do acesso à terra tornou-se marca, até hoje, insuperável da sociedade brasileira. O regime escravagista, que teve na expansão territorial a base de sua dominação política, econômica e social, herdou uma estrutura fundiária marcada historicamente pela exclusão dos povos originários e africanos escravizados.

De acordo com Gasparoto e Telo (2021, p. 7), “A criação da Lei de Terras em 1850 consolidou o regime de propriedade altamente concentrado. Essa lei impediu o acesso à terra daqueles e daquelas que não podiam comprar, forçando as pessoas pobres livres, inclusive imigrantes europeus e escravizados libertos em 1888, a trabalharem para os grandes proprietários, especialmente nas lavouras de café e cana de açúcar” (ALESSANDRA GASPAROTO e FABRICIO TELO, 2021, p.7).

Essa Lei do Império é considerada como um marco drástico da política agrária brasileira para o povo camponês, pois ela o impediu do acesso à propriedade da terra já que ele não a podia comprar, restando aos mesmos, quando possível, a condição de posseiro. Era e ainda é

sobre o camponês posseiro que ocorre o processo de *grilagem de terras* por parte das classes dominantes latifundiárias que, para isto, sempre contou com uma superestrutura jurídica a seu favor ao longo da história do Império e da República.

Sobre isso, o Jornal *O Globo*, de 01 de maio de 2009, traz uma matéria de Evandro Éboli, cujo título denuncia como se dava essa prática de roubo de terras no país: *Terras com títulos irregulares no Pará equivalem a outro Pará*. Vejamos um trecho da matéria:

BRASÍLIA. Um levantamento inédito feito por instituições que atuam em conflitos fundiários no Pará revela a dimensão da grilagem de terra no estado e o tamanho da fraude com certidões de propriedades rurais nos cartórios. O estudo, que demorou três anos para ficar pronto, identificou 6.102 títulos de terras irregulares. A soma dessas áreas tem o tamanho de outro Pará. Um estado paralelo. São 110 milhões de hectares ilegais. A área total do estado é de 124 milhões de hectares.

Esse autor diz também que o levantamento identificou até proprietário fantasma. É o caso de Carlos Medeiros, uma pessoa que não existe e que aparece como detentora de 167 títulos de terras. “Há desconfiança de que, por trás desse nome, haja uma máfia de falsificação de certidões e apropriação ilegal de terras públicas.” (IDEM). O fantasma Carlos Medeiros é um dos casos mais emblemáticos brasileiros sobre a *grilagem de terras*. Esse era o nome de um português, de existência nunca comprovada, que uma quadrilha utilizou para se apropriar ilegalmente um conjunto de 9 milhões de hectares de terras públicas. Era quase 1% do território nacional. Outra fonte nos revela que

“Carlos Medeiros” tinha carteira de identidade (92.093-SSP/PA) e CPF (034.992.182-34), mas na verdade nunca existiu. Foi criado em 1975, em Belém, quando uma quadrilha de grileiros forjou um inventário do qual faziam parte sesmarias (forma de titulação fundiária que vigorou no Brasil de 1532 até 1835) em nome de dois portugueses mortos mais de 150 anos antes. (<https://vermelho.org.br/2007/08/31/justica-do-pa-questiona-terras-de-megalatifundiario-fantasma/>)

Foi em julho de 1975 que advogados a serviço da grilagem pediram a reconstituição da relação de bens, apresentando-se como representantes de um certo Carlos Medeiros, suposto herdeiro das terras. O personagem fictício foi apresentado como o herdeiro do inventário, que inclui 1.100 títulos de terras. O inventário dos bens dos sesmeiros portugueses, Manoel Joaquim Pereira e Manoel Fernandes de Souza, tinha desaparecido no fim dos anos 60 do Cartório do 6º Ofício do Fórum de Belém. O fantasma de Carlos Medeiros é um bom exemplo do quanto são nebulosos os negócios ligados à propriedade fundiária no Pará. E ajuda a entender por que o estado permanece há muitas décadas como campeão nacional em mortos em lutas pela terra.

Sobre essa situação no final do século XX, o *Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil* (1999, S/D, p. 12) traz que

A grilagem de terras acontece normalmente com a conveniência de serventuários de Cartórios de Registro Imobiliário que, muitas vezes, registram áreas sobrepostas umas às outras - ou seja, elas só existem no papel. Há também a conivência direta e indireta de órgãos governamentais, que admitem a titulação de terras devolutas estaduais ou federais a correligionários do poder, laranjas ou mesmo a fantasmas – pessoas fictícias, nomes criados apenas para levar a fraude a cabo nos cartórios.

Em dezembro de 1999, o governo federal, por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário do Brasil, apresentou o *Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil*, dizendo nele constar as principais ações do governo em relação às *grilagens de terras* no país, apontando que era possível encontrar exemplos notórios de cartórios "contaminados pela fraude" no Amazonas, Pará, Acre, Goiás, Amapá e Roraima - estados onde se concentra a maior parte dos 100 milhões de hectares que seriam grilados. O então Ministro do Desenvolvimento Agrário do Brasil, Raul Jungmann, depõe neste livro que o governo havia cancelado o registro de mais de 3 mil áreas rurais do país (100 milhões de hectares dos quais 55 estão localizados no estado do Amazonas).³⁰

Ao fazermos uma correlação entre os números de hectares citados verificamos uma possível ação do então governo federal no sentido de coibir a prática do roubo de terras no país em 1999. Todavia, desconfiamos completamente que esta “preocupação” do ministro tenha coibido a prática de terras griladas no Brasil. Tanto é assim que, dois anos depois, a matéria do *Jornal O Globo*, de 24 de fevereiro de 2001, intitulada de *Empresas tem terras suspeitas de grilagem*, traz que “(...) dezoito das cem maiores empresas do país concentram cerca de 600 mil hectares sob suspeita de terem sido griladas”.

Ainda de acordo com o *Livro Branco da Grilagem de Terras no Brasil* (1999), assim se apresentava o quadro das áreas griladas no país no final do século XX:

³⁰ Raul Belens Jungmann Pinto (Recife, 1952) é um político e consultor empresarial brasileiro que foi Ministro do Desenvolvimento Agrário do governo Fernando Henrique Cardoso entre 1999 e 2002.

Quadro 5 - Áreas griladas no Brasil (1999)

REGIÃO NORTE		
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA (HA)
Acre	90	3.593.342
Amazonas	187	13.905.002
Amapá	15	813.978
Pará	422	20.817.483
Rondônia	56	1.381.623
Roraima	09	219.864
Tocantins	117	2.865.005
TOTAL	896	43.596.297
REGIÃO NORDESTE		
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA (HA)
Alagoas	03	41.004
Bahia	255	5.749.659
Ceará	11	153.132
Maranhão	153	4.087.075
Pernambuco	01	21.850
Piauí	128	2.965.724
Rio Grande do Norte	04	66.977
TOTAL	555	13.085.421
REGIÃO CENTRO OESTE		
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA (HA)
Goiás	75	1.306.363
Mato Grosso do Sul	363	7.211.831
Mato Grosso	960	22.779.586
TOTAL	1398	31.297.780
REGIÃO SUDESTE		
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA (HA)
Espírito Santo	06	159.622
Minas Gerais	138	2.087.075
Rio de Janeiro	02	23.423
São Paulo	40	2.114.539
TOTAL	186	4.384.659
REGIÃO SUL		
UNIDADE DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE IMÓVEIS	ÁREA (HA)
Paraná	19	584.194
Rio Grande do Sul	10	113.183
Santa Catarina	01	10.664
TOTAL	30	708.041
TOTAL GERAL	3.065	93.620.587

Fonte: Livro Branco das Grilagens no Brasil, 1999, p. 13.

A partir do Quadro podemos notar que as regiões Norte e Centro-Oeste são as onde ocorrem o maior número de áreas griladas no Brasil. “O caso de maior repercussão é, sem dúvida, a grilagem no Pará. Este Estado é nacionalmente conhecido como a unidade da

federação detentora de recordes das ações fraudulentas e grilagem de terras.” (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2006, p. 173).³¹ Na Amazônia, 70 milhões de equitares de terras públicas são griladas. Isso já equivale a 70% do tamanho de todas as terras indígenas. (IDEM, p. 45). No que diz respeito à região Nordeste, constatamos que curiosamente os estados da Paraíba e de Sergipe não aparecem no quadro, o que ocorreu não pelo fato de neles não ocorrerem esta ação de roubo de terras.

Sobre a *luta de classes* no campo do Brasil que é reflexo da contradição entre latifundiários grileiros e camponeses posseiros, vejamos:

No decorrer de 2006 foram catalogadas pela Comissão Pastoral da Terra 761 ocorrências de conflito no campo, com registro de atos de violência e força bruta, envolvendo 86.027 famílias e compreendendo uma área superior a 4,7 milhões de hectares. Os registros assinalam que 12.349 famílias foram ameaçadas de expulsão e que 1.809 famílias foram expulsas arbitrariamente de suas terras. Assinalam também que 16.389 famílias foram ameaçadas de despejo, enquanto que outras 19.449 foram efetivamente despejadas. O total de casas destruídas alcançou 5.222, enquanto foram completamente devastadas 2.363 áreas de plantio, ou seja, roças. Neste violento processo de expropriação foram ainda registradas ações de pistoleiros, reforçando práticas de grilagem e usurpação de posses, resultando em 42 ocorrências de ameaças de morte, 36 assassinatos e 11 ocorrências de tentativas de assassinato. (IDEM, 2006, p. 6).

Este Relatório destaca que nos números citados estão incluídos não só os conflitos por terra, mas todos os conflitos, como ocupações, acampamentos, trabalho escravo, etc.

Em outro momento, a mesma fonte passa categoricamente a conceituar o roubo de terras no Brasil. Como segue:

O País está acostumado com o fenômeno das grilagens. Para além da origem do termo, o fenômeno constitui-se hoje num Sistema organizado para roubar terras pertencentes à Nação. É preciso compreender, no entanto, três de seus aspectos: 1) a luta entre posseiros e fazendeiros tem uma história, cuja marca é o fenômeno da grilagem empreendida, na maior parte das vezes, pelos terratenentes. Neste sentido, a grilagem não é recente, constitui-se, num processo histórico e secular de ocupação ilegal; 2) a grilagem deve ser compreendida à luz da dinâmica e transmissão de patrimônio dos grandes fazendeiros, ou melhor, grilar não é uma prática isolada, mas tem a ver com os esforços dos senhores e possuidores de terra em expandir suas propriedades *ad infinitum* e 3) a grilagem não é somente um crime cometido contra o verdadeiro proprietário (seja um indivíduo, no caso de terras particulares invadidas, seja em áreas pertencentes ao Estado, no caso mais freqüente de invasão de terras devolutas), mais é um crime cometido contra a nação. (IDEM, p. 175).

³¹ O Relatório *Conflitos no Campo Brasil* é uma publicação anual organizada, desde 1985, pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), organismo vinculado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), que reúne dados sobre os conflitos e violências sofridas pelos trabalhadores e trabalhadoras do campo brasileiro, bem como indígenas, quilombolas e demais povos tradicionais do campo, das águas e das florestas. Cf. <https://www.cptnacional.org.br/>

Doze anos depois, o Relatório *Conflitos no Campo Brasil* (2018, p. 113) apresenta dados que revelam que a luta de classes no campo brasileiro continuou latente entre grileiros e posseiros. Vejamos:

Em 91 localidades foram registradas ações violentas em disputa por terra e/ou água protagonizadas por pseudo-proprietários, isto é, por Grileiros. Em 59,1% das localidades foram as populações tradicionais que sofreram/resistiram a essas incursões contra seus territórios. Dessas localidades, em 27 delas foram os Posseiros os implicados, os Indígenas em 9 localidades, os Quilombolas em 7 e as Outras Populações Tradicionais em 11 localidades. Registre-se que 79,6% localidades em que os Grileiros protagonizaram alguma ação de violência estavam na Amazônia Legal (PA – 16, MA – 15, AM – 13, TO – 08, AP – 06, RO – 04 e AC – 01).

Diz o Relatório que para tanto muito contribuiu o Projeto Terra Legal - Lei 11.952/09³², que editara a Medida Provisória 458³³ que proporcionou a maior legalização de terras griladas da história do Brasil. Descreve esse documento que

Essa Lei legalizou terras obtidas através da grilagem, em particular na Amazônia e, assim, contribui para o desmatamento, para a concentração fundiária e, pouco se diz, retirou dos movimentos sociais um dos principais argumentos para a luta pela reforma agrária, a saber, que terra grilada, por ser ilegal, está sujeita à desapropriação por interesse social. Essa lei é o segundo grande golpe contra os grupos/classes sociais que vivem em situação de subalternização. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2018, p. 97).

A versão do Relatório de 2020 traz o contínuo crescimento da *luta de classes* no campo brasileiro, conforme vemos no gráfico a seguir:

³² A Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009, dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.

³³ A Medida Provisória 458, de 10 de fevereiro de 2009, dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis Nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, Nº 6.383, de 7 de dezembro 1976, e Nº 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências.

Gráfico 1 - Conflitos no campo do Brasil (2019 e 2020)

Fonte: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2020.

Como capítulo mais recente desse longo processo de *grilagem de terras* no Brasil, o Senador Irajá (PSD/TO) deu entrada no Projeto de Lei nº 510 de 2021, que visa legitimar práticas de grilagem, pois, entre outros pontos, altera, mais uma vez, a data limite para que invasões de terras públicas sejam legalizadas (passando de 2011 para 2014) e permite que grandes áreas (de até 2500 hectares) possam ser tituladas sem necessidade de vistoria. Na verdade, essa legislação é apenas a última de uma longa relação que tratou de servir aos interesses do latifúndio, como anunciado anteriormente. Vejamos as Leis, Medidas Provisórias³⁴ e Instrução Normativa³⁵ que foram elaboradas a partir da segunda metade do século XX com essa finalidade:

Quadro 6 - Legislação Brasileira que favorece a *grilagem de terras* (1964-2021)

LEGISLAÇÃO	DATA	EMENTA
Lei Nº 4.504	30 de novembro de 1964	Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências.
LEI Nº 4.771	15 de setembro de 1965	Institui o novo Código Florestal.
Lei Nº 4.947	6 de abril de 1966	Fixa Normas de Direito Agrário, Dispõe sobre o Sistema de Organização e Funcionamento do Instituto Brasileiro de Reforma Agrária, e dá outras Providências.
Lei Nº 5.868	12 de dezembro de 1972	Cria o Sistema Nacional de Cadastro Rural, e dá outras providências.
Lei Nº 6.015	31 de dezembro de 1973	Dispõe sobre os registros públicos, e dá outras providências.
Lei Nº 6.383	7 de dezembro 1976	Dispõe sobre o Processo Discriminatório de Terras Devolutas da União, e dá outras Providências.
Lei Nº 6.739	5 de dezembro de 1979	Dispõe sobre a matrícula e o registro de imóveis rurais e dá

³⁴ No âmbito do direito constitucional brasileiro, a Medida Provisória (MP) é um ato unipessoal do presidente da República, com força de lei, editada sem, a princípio, a participação do Poder Legislativo, que somente será chamado a discuti-la e aprová-la em momento posterior. Os pressupostos da MP, de acordo com o artigo 62 da Constituição Federal, são a urgência e a relevância.

³⁵ Trata-se de um documento de organização e ordenamento administrativo interno destinado a estabelecer diretrizes, normatizar métodos e procedimentos, bem como regulamentar matéria específica anteriormente disciplinada a fim de orientar os dirigentes e servidores no desempenho de suas atribuições.

		outras providências.
Lei Nº 6.925	29 de junho de 1981	Altera dispositivos do Decreto-lei nº1.414, de 18 de agosto de 1975, que dispõe sobre o processo de ratificação das concessões e alienações de terras devolutas na Faixa de Fronteiras e dá outras providências.
Lei Nº 6.938	31 de agosto de 1981	Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências.
Lei Nº 7.754	14 de abril de 1989	Estabelece medidas para proteção das florestas existentes nas nascentes dos rios e dá outras providências.
Lei Nº 8.629	25 de fevereiro de 1993	Dispõe sobre a regulamentação dos dispositivos constitucionais relativos à reforma agrária, previstos no Capítulo III, Título VII, da Constituição Federal.
Lei Nº 8.666	21 de junho de 1993	Regulamenta o art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para licitações e contratos da Administração Pública e dá outras providências.
Lei Nº 9.393	19 de dezembro de 1996	Dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, sobre pagamento da dívida representada por Títulos da Dívida Agrária e dá outras providências.
Medida Provisória Nº 2.166-67	24 de agosto de 2001	Altera os Arts. 1º, 4º, 14, 16 e 44, e acresce dispositivos à Lei nº 4.771, de 15 de setembro de 1965, que institui o Código Florestal, bem como altera o art. 10 da Lei nº 9.393, de 19 de dezembro de 1996, que dispõe sobre o Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural - ITR, e dá outras providências.
Lei Nº 10.267	28 de agosto de 2001	Altera dispositivos das Leis nos 4.947, de 6 de abril de 1966, 5.868, de 12 de dezembro de 1972, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.739, de 5 de dezembro de 1979, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e dá outras providências.
Lei Nº 10.304	5 de novembro de 2001	Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e dar outras providências.
Lei Nº 11.428	22 de dezembro de 2006	Dispõe sobre a utilização e proteção da vegetação nativa do Bioma Mata Atlântica, e dá outras providências.
Medida Provisória Nº 458	10 de fevereiro de 2009	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal, altera as Leis Nºs 8.666, de 21 de junho de 1993, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 6.383, de 7 de dezembro 1976, e 6.925, de 29 de junho de 1981, e dá outras providências.
Lei Nº 11.952	25 de junho de 2009	Dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, no âmbito da Amazônia Legal; altera as Leis nos 8.666, de 21 de junho de 1993, e 6.015, de 31 de dezembro de 1973; e dá outras providências.
Lei Nº 12.651	25 de maio de 2012	Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis Nºs 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis Nºs 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de 14 de abril de 1989, e a Medida Provisória nº 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências.
Medida Provisória Nº 910	10 de dezembro de 2019	Altera a Lei Nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.
Instrução Normativa Nº 104	29 de janeiro de 2021	Fixa os procedimentos para regularização fundiária das ocupações incidentes em áreas rurais, de que trata a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, regulamentada pelo Decreto nº 10.592, de 24 de dezembro de 2020, e dá outras

		providências.
Projeto de Lei nº 510	2021	Altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União; a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública; a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos; a Lei nº 13.240, de 30 de dezembro de 2015, que dispõe sobre a administração, a alienação, a transferência de gestão de imóveis da União e seu uso para a constituição de fundos; e a Lei nº 10.304, de 5 de novembro de 2001, que Transfere ao domínio dos Estados de Roraima e do Amapá terras pertencentes à União, a fim de ampliar o alcance da regularização fundiária e á outras providências.

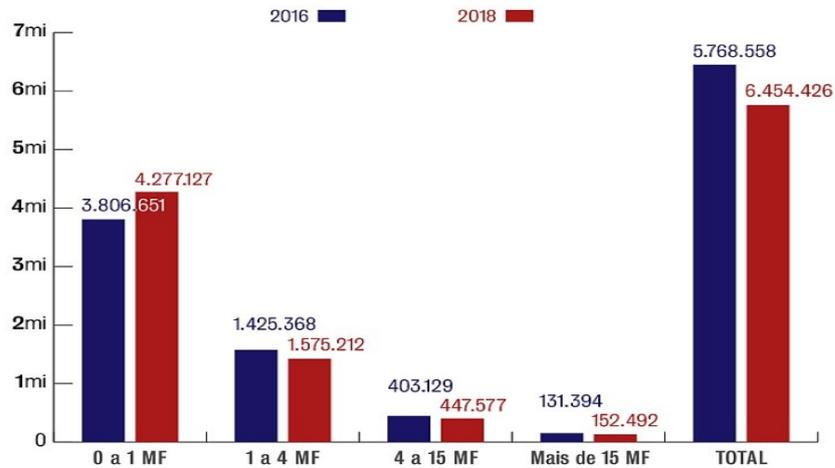
Fonte: <http://www.planalto.gov.br>. Quadro elaborado pela autora do texto.

O geógrafo Alentejano (2020) alerta para o fato de que “Dados alarmantes sugerem que, entre 2016 e 2018, latifundiários tentaram apropriar-se, por autodeclaração, de quase 25% do território brasileiro. Mega-esquema de furtos e fraudes pode ser legalizado pela MP 910/2019”.³⁶ Para esse pesquisador, o Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), por ser um banco de dados que registra as declarações de propriedade de imóveis rurais no Brasil de forma auto declaratória³⁷, tem resultado no fato de que, nos últimos anos, “ocorreu um impressionante aumento nos dados registrados no SNCR, o que gera fortes suspeitas sobre a credibilidade destes dados.” Ou seja, diz ele que os latifundiários tem se aproveitado do SNCR para fazerem grilagens de terras que passaram a ser oficializadas com a Medida Provisória N° 910, de 2019.

Alentejano (2020) apresenta um gráfico com o número de imóveis cadastrados por Módulos Fiscais (MF): Minifúndios (menos de 1 MF); Pequenas Propriedades (1 a 4 MFs); Médias Propriedades (4 a 15 MFs); e Grandes Propriedades (mais de 15 MFs). Vejamos:

³⁶ A Medida Provisória nº 910, de 2019 (Regularização fundiária) altera a Lei nº 11.952, de 25 de junho de 2009, que dispõe sobre a regularização fundiária das ocupações incidentes em terras situadas em áreas da União, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, que institui normas para licitações e contratos da administração pública, e a Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, que dispõe sobre os registros públicos.

³⁷ Isto é, são os próprios proprietários de terras que fornecem as declarações que constam do SNCR.

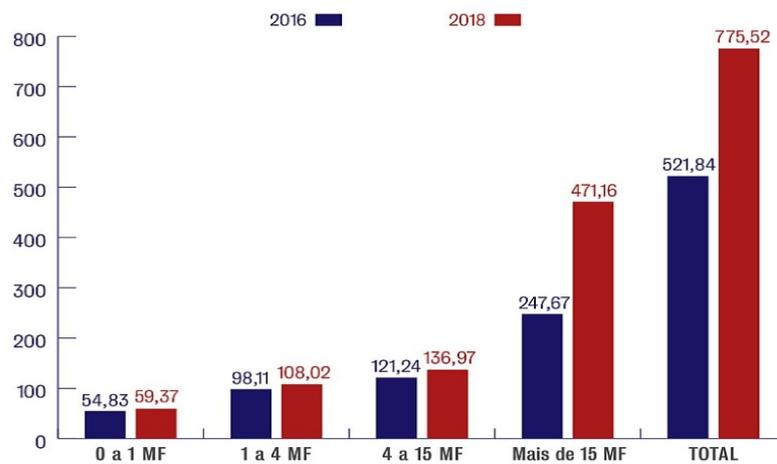
Gráfico 2 - Número de imóveis rurais do Brasil por Módulos Fiscais (MF)

Fonte: SNCR/Incra.

Fonte: Alentejano, 2020.

O Gráfico 2 mostra que, entre 2016 e 2018, o número de imóveis rurais registrados no SNCR aumentou de 5.768.558 para 6.454.426 unidades, o que equivale a um acréscimo de 685.868 unidades em dois anos, um crescimento de 11,9% sobre o total existente em 2016, o que já é um dado impressionante, pois significa o surgimento de cerca de 340 mil imóveis rurais novos a cada ano ou 931 imóveis novos por dia. (ALENTEJANO, 2020).

Alentejano (2020) expõe um segundo gráfico apresentando os dados referentes à área, seguindo as mesmas classes de área. Vejamos:

Gráfico 3 - Área dos imóveis rurais do Brasil (milhões de ha)

Fonte: SNCR/Incra.

Fonte: Alentejano, 2020.

Já quando se observa os dados sobre a área dos imóveis do gráfico acima, verificamos que o crescimento foi muito maior, pois apresenta um aumento de 253,7 milhões de hectares

(ha), o que corresponde a 32,8%, ou seja, a área dos imóveis rurais aumentou quase 1/3. (ALENTEJANO, 2020).

Esse autor conclui que foram 126,8 milhões de hectares de terras griladas a cada ano, sendo que o maior crescimento se deu na faixa acima de 15 MF, com uma média anual de 111,8 milhões. “Significa dizer que, em apenas dois anos, os latifundiários auto declararam ter se apropriado de mais 223,5 milhões de hectares, quase ¼ do território brasileiro!!!”

3.2 A GRILAGEM DE TERRAS NA PARAÍBA E NO CARIRI PARAIBANO

Apesar de a Paraíba não aparecer no quadro 05 que apresentou as áreas de terras griladas no Brasil em 1999, não diferentemente do resto do país, o caso de *grilagem de terras* neste Estado data de sua colonização.

É importante destacar que as ações colonizadoras serviram, para além da tomada de terras dos povos originários, também para a extinção das diversas identidades desses povos, em um primeiro momento tentando homogeneizar todas essas categorias, enquadrando em uma dimensão histórica eurocêntrica, inclusive categorizando-as como se estivessem na “pedra polida”. Ao mesmo tempo, a colonização se deu de forma violenta, através do genocídio desses povos e por meio da catequização na tentativa de enquadrar os sobreviventes na cultura europeia.

No tocante a Capitania da Parahyba, predominava em todo litoral a nação Tupi que, por sua vez, se subdividia em duas tribos, a Potiguara ao norte e a Tabajara ao sul. Ainda existiam duas outras grandes nações que se encontravam nos ditos sertões da Capitania que eram os Cariry e os Tarairiús, que, muitas vezes, foram categorizadas como sendo da grande nação Tapuia (BARBOSA, 2000). Os Tapuias eram assim denominados pelos colonizadores por serem considerados como os que ofereciam maior resistência a tentativa de submissão imposta pelos colonizadores. Estes, de maneira geral, viam os Tapuias como violentos, agrestes, truculentos e foi desta forma que se criou um estereótipo negativo desses “índios”. Foi, talvez, a sua não submissão ao colonizador que justificou seu extermínio por parte especialmente dos portugueses (SANTOS, 2009, p. 68).

Importante destacar que, mesmo sendo as tribos classificadas como pertencentes a uma mesma nação, não significa dizer que esses povos eram homogêneos na sua cultura ou língua, mais eram multiplicidades idiomáticas e culturas que o invasor português e, posteriormente, uma historiografia tradicional elitista quis os colocar enquanto “bárbaros”, “incivilizados” ou fazendo parte de um grupo apenas.

Assim, de acordo com Nascimento (2020, p. 46),

No olhar do invasor europeu, esses povos originários, por deterem características totalmente diferentes da cultura europeia, deveriam ser dizimados ou enquadrados nos costumes sociais e culturais do colonizador, muitas vezes através da catequização católica. Além disto, fatores econômicos estiveram intrinsecamente ligados ao genocídio dos povos originários e a espoliação de suas terras, como consequência, observamos, a resistência através das rebeliões indígenas por conta da tomada das terras.

Quando da colonização da Paraíba o crescimento da atividade açucareira impôs a separação de duas atividades, açucareira e pecuária, dando origem a uma divisão regional do trabalho, impelindo a exploração pecuária para o interior da colônia. Assim, de acordo com Moreira (2007), a pecuária desenvolveu-se, inicialmente, na Zona da Mata, ligada à produção açucareira, uma vez que, além de alimento, fornecia-lhe a força motriz para girar as moendas e ainda eram utilizadas como meio de transporte, fundamental para o aprovisionamento de madeira nos engenhos e para o transporte do açúcar até os portos de embarque (ANDRADE, 1986).

A partir da segunda metade do século XVII, logo após a expulsão dos holandeses, as terras do sertão paraibano passaram a ser povoadas pela família de colonizadores Oliveira Ledo, terras essas doadas pelo Estado português através do processo sesmarial. Visto que, do primeiro pedido de sesmaria feito por Antônio de Oliveira Ledo e outros (1665), renovado pelo filho Fellipe Rodrigues (1739), haviam se passados 48 anos. Ao chegarem a essa região, que na época era denominada de sertão, os colonizadores faziam solicitações à Coroa portuguesa, ao governador geral do Brasil ou ao governador da Capitania da Paraíba por meio de sesmaria, para poderem criar gado e plantar lavouras, principal ciclo econômico da época.

O processo de interiorização surgiu em torno de uma problemática que foi o desinteresse dos sesmeiros em cumprirem com a obrigação principal da sesmaria que era a de colonizar as terras através de plantações ou da criação de animais, para efetivar o objetivo da Coroa portuguesa, que era de colonizar e evitar os saques das terras, assim como, afastar outros sujeitos.

Portanto, a ocupação territorial do Cariri paraibano teve início com a invasão portuguesa que chegou a essas terras em busca de aumentar ainda mais as suas riquezas na segunda metade do século XVII (1670). Geralmente essas terras eram concedidas a homens brancos amigos e/ou parentes do rei, como também aqueles a serviço da Coroa portuguesa.

De acordo com Alves (2019 p. 28)

(...) as invasões de terras pelos portugueses foram o eixo gerador do latifúndio, grande marca na história dos sertões em que em seu processo histórico apresenta um perfil onde a terra se encontra concentrada nas mãos de poucas pessoas. Desse processo teve início o desenvolvimento do povoamento nessa região, pois, apesar de poucas pessoas terem reais poderes sobre essas terras, era necessário um número significativo de pessoas para fornecerem serviços aos proprietários e, assim, manterem as riquezas daquelas terras.

A área hoje que conhecemos como Cariri Paraibano fazia parte do grande “sertão” desconhecido e repleto por “gentios bravios”, segundo relatos dos invasores portugueses. Eram assim denominados pelos invasores em razão de sua capacidade de resistência ao roubo de suas terras.

Do ponto de vista geográfico, o Cariri paraibano é dividido em duas microrregiões, Cariri Ocidental e Cariri Oriental, que ocupa uma área de cerca de 7.158 km² e que passou a receber essa denominação a partir de 1996, incluindo-se na mesorregião chamada de Sertão paraibano. De acordo com Alves (2019, p. 19):

Há registros (pinturas que se reportam ao período dos povos nativos, fontes escritas que relatam o seu extermínio e/ou a escravidão etc.), de que nesse território havia um grande número de “indígenas”, povos nativos desta região que habitavam essas terras exercendo sua cultura material e imaterial antes e depois da invasão portuguesa.

Ainda segundo o Alves (2019), quando se trata da presença dos povos originários na atual região do Cariri paraibano, as pesquisas mais recentes citam duas nações: os Tarairiús e os Cariris. Ambas eram distintas, com culturas e línguas diferentes e que os colonizadores portugueses negavam as suas existências. As duas nações habitavam locais específicos, mas possuíam traços semelhantes quando o assunto era expulsar os colonizadores.

A região do Cariri Ocidental era ocupada pela nação Tarairiús (Sucurus), cujo povo foi envolvido por meio da aliança nos conflitos entre os elementos colonizadores que estavam a todo tempo querendo dominar mais e mais terras. A aliança dos Tarairiús se deu com os holandeses, já que ambos tinham como inimigo em comum a Coroa portuguesa.

A *luta de classes* dos povos originários sertanejos em defesa de suas terras e contra a sua transformação em cativo deu origem à Confederação dos Cariris, estendendo-se pelos sertões Nordeste de 1682 a 1713, sendo considerada pelo historiador Irineo Joffily (1977) como “a maior guerra anticolonialista que já se travou em território brasileiro”.³⁸ Resultando no

³⁸ A *Confederação dos Cariris* foi consolidada pela historiografia das classes dominantes como *Guerra dos Bárbaros*. Os estudos críticos sobre essa série de acontecimentos a considera como um movimento de resistência

extermínio desta população ou na sua fuga do nosso território para as terras que hoje compreendem o Estado do Rio Grande do Norte.

Após esse primeiro grande conflito, as mobilizações dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, pequenos proprietários/as, posseiros e posseiras e sem-terra espalharam-se por diversas regiões e os conflitos no campo aumentaram sensivelmente. Ao longo da segunda metade do século XX, várias entidades, sindicatos e associações que representavam esses homens e essas mulheres trabalhadoras foram fundados e o tema da reforma agrária ganhou as ruas. Diferentes setores sociais passaram a defendê-la por compreender que a intensa concentração de terras era prejudicial ao desenvolvimento do país.

A luta mais intensa pela terra na Paraíba ao longo do século XX começa na década de 1950, com a criação das Ligas Camponesas na Zona da Mata paraibana, com destaque para a do município de Sapé. Assim, a luta pelos direitos dos trabalhadores rurais, que passaram a se organizar em sindicatos, a partir da década de 1960, teve forte influência das Ligas Camponesas e também da Igreja Católica, através da participação efetiva de bispos e padres, além de agentes pastorais locais (ANDRADE, 2017, p. 13). Porém, com o golpe militar de 1964, as Ligas foram desarticuladas e o movimento pela luta da terra sofreu retração, no entanto, com a redemocratização do Brasil, na década 1980, os movimentos sociais de luta pela terra no campo voltaram a atuar e passar a pressionar os governos pela reforma agrária.

O primeiro movimento de luta pela terra na Paraíba começou no Sertão do estado com grupos oriundos da Igreja Católica, as Comunidades Eclesiais de Base (CBE's)³⁹ que se espalharam pelo Brasil nos anos 1970, e, posteriormente, com a Comissão Pastoral da Terra (CPT)⁴⁰, criada em 1975, que deram apoio a trabalhadores de vários municípios. Esses agricultores familiares pediam apoio para a demarcação das terras nas bacias dos açudes públicos situados nesses municípios, na década de 1980, que haviam sido griladas (OLIVEIRA, 2013).

dos povos originários brasileiros das nações Cariri e Tarairiú à dominação portuguesa. Ocorreu na região Nordeste do Brasil, sobretudo no Rio Grande do Norte, Ceará e Paraíba.

³⁹ As Comunidades Eclesiais de Base (CEB) são comunidades ligadas principalmente à Igreja Católica que, incentivadas pela Teologia da Libertação, se espalharam principalmente nos anos 1970 e 80 no Brasil e na América Latina. Consistem em comunidades reunidas geralmente em função da proximidade territorial e de carências e misérias em comum, compostas principalmente por membros das classes populares e despossuídos, vinculadas a uma igreja ou a uma comunidade com fortes vínculos, cujo objetivo é a leitura bíblica em articulação com a vida, com a realidade política e social em que vivem e com as misérias cotidianas com que se deparam na matriz ordinária de suas vidas comunitárias.

⁴⁰ A Comissão Pastoral da Terra (CPT) nasceu em junho de 1975, durante o Encontro de Bispos e Prelados da Amazônia, convocado pela Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), realizado em Goiânia (GO). Foi fundada em plena ditadura militar, como resposta à grave situação vivida pelos trabalhadores rurais, posseiros e peões, sobretudo na Amazônia, explorados em seu trabalho, submetidos a condições análogas ao trabalho escravo e expulsos das terras que ocupavam. Cf. <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>

A pesquisa de Rodrigues (2012) problematiza as disputas territoriais e a justiça no agreste paraibano, especificamente o conflito na Fazenda Quirino (1997), localizada no município de Juarez Távora, e o conflito da fazenda Tanques (1997), situada no município de Itabaiana.

Ao investigarmos as *lutas de classes* ocorridas na Paraíba registradas nos *Relatórios Conflitos no Campo Brasil*, entre os anos de 2003 e 2020, conseguimos identificar que, não diferentemente do resto do Brasil, no estado em análise foram vários as brigas entre latifundiários e camponeses pobres. Vejamos alguns exemplos.

O *Relatório Conflitos no Campo Brasil* de 2005, no que trata da violência do Poder Público por meio de prisões, cita a Paraíba. Notemos:

3) Violência do Poder Público

Entende-se por Violência do Poder Público a ação que envolve o Judiciário na determinação da ação a ser feita e o Executivo na sua execução. Dois indicadores foram levados em conta para estabelecer este índice de Violência. Prisão dos trabalhadores, ordenada pelo juiz e executada pela polícia e as Ações de Reintegração de Posse, determinada pelo juiz e o despejo executado pela ação policial.

a) Número de Prisões.

Os Estados de Roraima e Pará apresentaram índice Altíssimo, a saber, 6,30 e 4,47 respectivamente no que se refere a trabalhadores presos. Índice Muito Alto foi encontrado nos Estados de Alagoas (2,83), Goiás (2,81), Rondônia (2,71), SC (2,57), Paraná (2,40) e **Paraíba (2,20)**. Índice Alto se encontra nos Estados de Mato Grosso (1,65) e Maranhão (1,01). (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2005, p. 185). (Grifos nossos).

Situação que perdurou nos anos seguinte, já que no Relatório daquele ano encontramos a seguinte menção: “O maior número de ocorrências de conflitos corresponde ao Pará, 104 registros, **seguido da Paraíba com 84 ocorrências**, Maranhão com 66 e São Paulo com 60 ocorrências.” (2006, p. 16).

Já o Relatório de 2008 menciona que “É por isso que os conflitos por terra, em 2008, continuam ocorrendo em todas as unidades da Federação, de Roraima ao Rio Grande do Sul e do Acre à **Paraíba**, somando o total de 459 ocorrências.” (2008, p. 62). (Grifos nossos). Diz também que

Os camponeses sem terra (16,7 mil famílias) continuaram suas lutas incessantes pelo acesso a terra em grande parte dos estados brasileiros, particularmente no Pará e Rondônia, na região Norte; no Maranhão, Ceará, Rio Grande do Norte, **Paraíba**, Pernambuco, Alagoas e Bahia, no Nordeste; em Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso Sul, no Centro-Oeste; em todos os estados da região Sudeste; e no Paraná e Rio Grande do Sul, na região Sul do país. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2008, p. 65). (Grifos nossos).

Este documento diz ainda que, “No caso das famílias expulsas, quatro outros estados acusaram aumento em 2008 em relação a 2007, todos da região Nordeste - Alagoas, **Paraíba**, Piauí e Rio Grande do Norte.” (2008, p. 103). (Grifos nossos).

O Relatório do ano seguinte traz mais informações desta situação de violência sobre os povos camponeses na Paraíba:

Um acampamento de sem terra às margens da BR 230, município de Pocinhos, na Paraíba, foi atacado por um grupo de homens encapuzados, que dispararam contra as famílias e detiveram e torturaram sete trabalhadores, sobre eles jogando gasolina com a ameaça de serem incendiados vivos. Com a chegada da polícia os encapuzados se retiraram e os trabalhadores foram presos acusados da violência que sofreram. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2009, p. 146)

Sobre este fato e a propósito do descaso do Estado, o Relatório diz ainda que “Na Paraíba, no dia 1º de maio, 60 famílias montaram acampamento às margens da BR 230 próximo à Fazenda Cabeça de Boi, município de Pocinhos, já desapropriada pelo Presidente da República, em 04 de dezembro de 2008.” (2009, p. 166). Em 2010, “Os conflitos envolvendo posseiros caracterizaram a luta pela terra nos estados do Acre, Amazonas, Amapá, Pará, Maranhão e Bahia, mas, estão também, presentes nos conflitos em Minas Gerais, Rondônia, Pernambuco e **Paraíba**.” (2010, p. 60). (Grifos nossos).

Cinco anos depois a situação de conflitos por terra na Paraíba continuava sendo reportada no Relatório de 2015. Notemos:

4. A Barbárie aumenta

Assim, como resultado dos conflitos por terra e território, por água, e trabalhistas no campo brasileiro, a violência cresceu de modo que os assassinatos que, nos últimos anos giraram absurdamente em torno de três dezenas, subiram para 50 em 2015. No estado de Rondônia foram assassinadas 20 pessoas e no Pará 19. Entre os mortos estão indígenas, quilombolas, posseiros, sem terra, ambientalistas, trabalhadores rurais, lideranças, etc. As tentativas de assassinatos foram 59 e as ameaças de morte somaram 144. Conforme os registros de vítimas na tabela de violência contra a pessoa, 584 pessoas sofreram algum tipo de violência, o Pará continua sendo o estado com maior número de vítimas 25,3% (135), seguido de Rondônia com 21,3% (114), Mato Grosso do Sul com 11,8% (63), Maranhão com 7,3% (39), Goiás e Bahia com 6% (32), Tocantins e Minas Gerais com 4,3% (23), **Paraíba com 3,4% (18)**, etc. (COMISSÃO PASTORAL DA TERRA, 2015, p. 42). (Grifos nossos).

Tentativas de assassinatos contra posseiros da Paraíba também foram registrados em 2015:

Quanto às tentativas de homicídio, Pará (18), Bahia (12), Maranhão e Paraíba (ambos com 6) lideram o quadro nacional. Consigna-se que das 59 ocorrências de tentativa de homicídio, as maiores vítimas foram, na ordem, 13 indígenas (incluídas as lideranças), 10 sem terra e 8 lideranças. **Destaca-se que na Paraíba, em um único conflito, denominado fazenda Salgadinho, no município de Mogeiro, 6 posseiros sofreram tentativa de homicídio.** (2015, p. 145-146). (Grifos nossos).

Os Relatórios de 2016, 2017, 2019 e 2020 também citaram a Paraíba como um dos estados do Brasil em que se fez presente os conflitos entre latifundiários e camponeses pobres.

3.3 A GRILAGEM DE TERRAS EM SUMÉ-PB

Como já dito antes, as invasões estrangeiras, sobretudo dos portugueses, no Brasil se deram através de um processo de invasões das terras dos povos originários para acumulação e exportação dos recursos existentes até a metrópole portuguesa. Com o declínio dos recursos na zona litorânea do Brasil, tais como, o pau-brasil e, principalmente a cana-de-açúcar, houve a necessidade de procurar novos recursos no interior dos territórios brasileiros, surgindo, assim, a necessidade de explorar novos produtos para acumulação de capital.

A área que hoje conhecemos como Cariri paraibano fazia parte do grande “sertão” desconhecido e repleto por “gentios bravios” (NASCIMENTO, 2020), segundo os relatos dos invasores portugueses. Na escassa historiografia sobre município de São Thomé (Sumé), registra-se que a ocupação do território começou a partir do ano de 1717, com a chegada dos sesmeiros que começaram a construir suas fazendas de gado nas terras já ocupadas pelos povos originários pertencentes a tribo sucurus/xucurus da nação Tarairiús (NASCIMENTO, 2020).

A documentação sobre o povoamento da região de Sumé pelos povos originários é escassa. Existe o “ALMANAQUE DE SUMÉ: Lenda e história de um povo caririzeiro” construído por habitantes locais desse município e amplamente divulgado nas escolas municipais que foi elaborado a partir de relatos através do senso comum local. Vejamos como esse povo é apresentado nesse material paradidático:

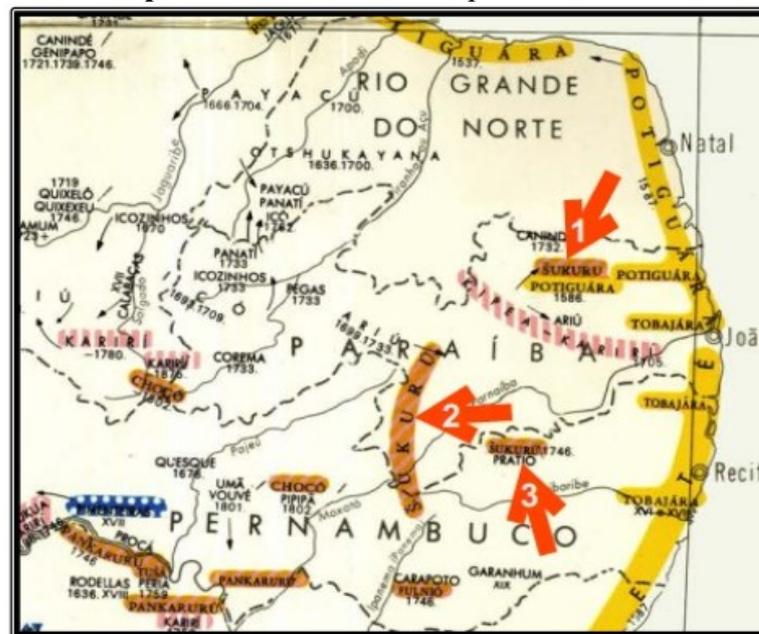
Misteriosamente, chegou entre os índios Tupis, um homem branco de cabelos longos e alvos, como flocos de algodão. Tinha olhos azuis da cor do céu, cintilantes, provocando reflexo sobre a barba limpa, abundante. (...) Sumé descreveu para os indígenas os castigos a que seriam submetidos se continuassem a formar mais de uma família, se continuassem a poligamia e provocassem a antropofagia. Os índios ficaram enfurecidos contra seu deus, que proibia seus gostos, seus rituais, suas comemorações. Sumé respondeu-lhe num gesto: será dividida a grande nação Tupi, homens de outras

terras os tornarão escravos. Suas terras serão tomadas em grandes guerras. Suas famílias abatidas. Suas mulheres serão castigadas. Sobreviverão aqueles que procuraram o nascer do sol. (ALMANAQUE DE SUMÉ, 2011, p. 09 *apud* NASCIMENTO, 2020, p. 49).

Não é preciso muito esforço para que identifiquemos a maneira preconceituosa e colonizadora como foram representados os costumes dos Sucurus, cujo deus Sumé é descrito com traços físicos semelhantes aos dos europeus. Ou seja, não temos quase nada sobre a histórias destes povos originários do território sumeense e o que temos os apresentam sem nenhum compromisso com a sua realidade.

De acordo com o mapa etno-histórico, a existência dos povos Surucús no período colonial se deu em três momentos e localidades, conforme mostrado no Mapa abaixo:

Mapa 3 - Povos Sucurus no período Colonial



Fonte: NIMUENDAJU, 2002 *apud* NASCIMENTO, 2020.

As setas indicam a presença dos povos Sucurus e seus movimentos migratórios. A primeira seta (1) indica localização de uma tribo Sucuru localizada na microrregião do Agreste paraibano (atual município de Bananeiras); a segunda seta (2) aponta a presença de povo sucuru onde fica localizado o Cariri Ocidental, onde está localizado o município de Sumé, atravessando para o território do Pernambuco; e, por fim, a terceira seta (3) assinala a existência desse povo nas terras pernambucanas do atual município de Pesqueira.

Outros importantes documentos que vão comprovar a existência da tribo Sucuru são justamente as próprias cartas de sesmarias. Assim, como já foi dito, após as invasões portuguesas os povos originários foram expropriados de suas terras não podendo requerê-las

diretamente à Coroa portuguesa através de sesmarias, pois eram impedidos de serem possuidores das terras, muitos menos detentores de gerir suas próprias vidas (NASCIMENTO, 2020, p. 51).

Atualmente os poucos relatos sobre os povos Sucurus ocorrem devido ao processo histórico dessa sociedade após a colonização do interior da Paraíba que fez quase que desaparecer sua existência local. Isso devido ao etnocídio sofrido por esses povos ou porque eles tiveram que migrar para outros territórios fugindo das invasões portuguesas ou ainda devido a catequização que fez com que esses povos introjetassem a cultura do colonizador e fossem perdendo a sua com o passar do tempo.

Se tratando do município de Sumé, ele está situado na microrregião do Cariri Ocidental que, por sua vez, está contido na mesorregião da Borborema. As divisões em mesorregiões ou microrregiões não existiam no período da colonização, contudo suas diferenciações em termos de clima, vegetação, relevo e povos já estavam presentes até em número e uma diversidade ainda maior, porém, os colonizadores homogeneizaram todo esse território como se fosse formado por uma única massa climática, pluviométrica e populacional (NASCIMENTO, 2020).

Antônio de Oliveira Ledo é tido como o primeiro colonizador que acompanhou o rio Sucurú e atingiu o rio Paraíba, seguindo o curso deste onde, em 1665, requereu uma sesmaria informando que já se encontrava estabelecido ali desde 1663 (ALMEIDA, 1997). Essa sesmaria tinha trinta léguas de comprimento com doze léguas de largura, ao longo do rio da Paraíba, confrontando com as terras do governador André Vidal de Negreiros. Ela deve ser considerada o primeiro grande registro oficial da *grilagem de terras* no Cariri paraibano.

As delimitações do território do atual município de Sumé começaram a se desenhar a partir da interiorização do “sertão” da Capitania da Parahyba. Outra sesmaria que também vai ser responsável pelo início a colonização do Cariri paraibano foi a do sítio Cujajique (São João), de 17 de novembro de 1699, onde hoje se encontram os municípios de Prata e Ouro Velho, que são vizinhos ao de Sumé, sendo esta, obrigatoriamente, a rota que o colonizador seguiu pelo Rio Sucuru até atingir o Rio Paraíba. Segundo Nascimento (2020, p. 71).

(...) das dez sesmarias encontradas no território de Sumé ao longo do século XVIII, só o colono coronel João da Rocha Mota requereu duas sesmarias (as de números 137 e 140), totalizando uma área de 32.600 hectares. Outro grande latifúndio encontrado foi a do sargento-mor Antônio da Cunha Ferreira que requereu três sesmarias (as de números 240, 282 3 307), totalizando uma área de 32.400 hectares.

Notamos, portanto, que a concessão de sesmarias no território correspondente ao atual município de Sumé (Ver QUADRO 01) contribuiu sobremaneira para a formação do latifúndio

nesta região por meio da *grilagem das terras* e, ao mesmo tempo, para a formação de uma classe dominante que detinha patentes políticas coloniais. Em contrapartida, os que não tinham posses, ou seja, povos originários e africanos, não poderiam requerer terras e ficavam à mercê do trabalho escravo ou servil.

Ao observarmos os dados fornecidos pelo Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), dispostos no Quadro 03, notamos que, apesar de tanto se questionar o latifúndio no Brasil, na Paraíba e, especificamente, em Sumé, vemos que neste último continua por existir uma má distribuição de terras que reflete uma formação latifundiária excludente.

Assim, concluímos que existe atualmente uma grande quantidade de pessoas que fazem parte de uma classe social que possui poucas terras e um número mínimo de pessoas que faz parte de uma classe dominante e que ainda detêm grandes extensões de terras em suas mãos. Também, analisando os fatores históricos apontados até agora, percebemos que pouco se mudou na política de distribuição de terras e que a legislação brasileira, a serviço de uma infraestrutura econômica, ainda contribui para uma má distribuição de terras e para a formação de uma camada marginalizada, privilegiando, ainda, os que detêm o capital.

Observando a particularidade do território sumeense, a superestrutura foi construída através do poder político, judiciário, religioso etc., que sempre esteve a serviço da classe dominante colonial que formou estratégias para dominação e perpetuação da exploração da mão-de-obra dos escravizados. Segundo Guimarães:

(...) o sistema escravista de plantação lançou mão dos mais variados meios ao seu alcance para impedir que as massas humanas oprimidas, que vegetavam à ourela das sesmarias ou se agregavam aos engenhos e fazendas, tivessem acesso à terra e nela fixassem em caráter permanente suas pequenas ou médias explorações. Quando aqui e ali o fizeram, longe do núcleo principal das plantações e ao seu derredor, eram mais cedo ou mais tarde, expulsas com a dilatação dos cultivos ou das criações dos grandes cultivos ou das criações dos grandes senhores. E, se lhes concediam pequenos tratos de terra a agricultura necessária ao seu sustento, era com a finalidade de mantê-las subjugadas, como a mão-de-obra de reserva, dentro ou às proximidades dos latifúndios. (GUIMARÃES, 1964, p. 95).

Assim, os movimentos sociais dos povos camponeses foram os principais responsáveis para que a classe dominante brasileira homologasse o Estatuto da Terra de 1964, objetivando, predominantemente, atender aos seus interesses na medida em que propagandeava que esta legislação tinha por fim amenizar as diversas manifestações e conflitos por terras que ocorriam no Brasil requerendo a reforma agrária. Contudo, a desapropriação das terras não foi realizada conforme aos anseios dos movimentos sociais dos povos camponeses. A grande quantidade de

terras em que não existia produção era um empecilho para a economia do país, mas, pertenciam a grandes latifundiários e aos próprios legisladores que faziam parte da classe dominante do país. Dessa forma, os legisladores não podiam perder as terras e nem deixar os latifundiários insatisfeitos.

A *luta de classes* no campo decorrente da *grilagem de terras* a qual tratamos em nossa pesquisa também se propagou na cultura camponesa, particularmente na cantoria de repente. A cantoria de repente é uma expressão musical muito presente na cultura camponesa e, como não poderia deixar de ser, expressa as alegrias e as tristezas desta classe trabalhadora. Alves (2019) realizou pesquisa procurando entender como se deram as *lutas de classes* entre os latifundiários e os camponeses do Cariri paraibano, especificamente através do uso da oralidade musical (cantoria de viola - repente) no meio rural, uma forma de resistência no campo simbólico que se somava a do campo da violência física. Ao longo de sua escrita, o autor destacou algumas estrofes que revelam como seus poetas viam a prática da *grilagem de terras*. Inicialmente, ele apresenta o escritor Nunes Filho (2001, p. 74) que em seu livro cita a poesia do repentista João Batista Siqueira⁴¹ que revela a sua percepção e a dos camponeses de um modo geral sobre a prática dos grandes proprietários de terras de se apropriarem dos sítios dos camponeses. Vejamos:

Se o pobre tem um terreno
Verdadeiramente seu
O patrão diz eu condeno
O terreno é todo meu
Eu herdei de meus avós
Planta, cerca de avelós
Começa logo a invadir
Depois da terra cercada
O pobre fica sem nada
O melhor jeito é sair.

O verso mostra como o repentista via a *grilagem de terras* tão presente na história brasileira e, particularmente, no Cariri paraibano. Frente à essa ação do latifundiário, os camponeses agiam tanto por meio do campo da violência física (assassinato dos grileiros) como através da resistência no campo simbólico (discurso oculto) nos momentos em que se realizavam as cantorias. (ALVES, 2019. p. 84).

⁴¹ João Batista Siqueira foi um camponês que viveu entre 1912 e 1982, no sítio Queimadas, no município de São José do Egito-PE.

Alves (2019) também apresenta os poetas repentistas Rogério Meneses⁴² e Raimundo Caetano⁴³ denunciando a *grilagem de terras* em meio a tantas outras práticas de injustiças do Estado brasileiro nos seguintes versos:

A maldita reforma engavetada
Um governo covarde e todo omisso
Nosso povo quer terra e só por isso
Nossa gente está sendo massacrada
A bandeira da pátria ensanguentada
Com o sangue dos pobres foi tingida
Por caprichos de um chefe genocida
Que só da cobertura a rei do gado
Nosso povo está sendo massacrado
Na porteira da terra prometida

Tantos líderes marcados para morrer
Por que tem com o povo um compromisso
Não existe uma lei que evite isso
E esse quadro só vai se reverter
Quando houver homem sério no poder
Quando a máfia do voto for punida
Quando a gangue do campo for detida
E o Brasil for de fato governado
Nosso povo está sendo massacrado
Na porteira da terra prometida

Pra provar que é sem leis esse país
E que a justiça é um bolo de mentira
Vejo a morte do líder Genio Lira
Que prender os culpados ninguém quis
Padre Josimo Moraes de Imperatriz
E a doméstica Cibelia Aparecida
Chico Mendes, nativa e Margarida
Sem contar dezenove em El Dourado
Nosso povo está sendo massacrado
Na porteira da terra prometida

**A grilagem ampliou o seu espaço
Sobra terras para os donos da maconha
Falta terras pros homens de vergonha
Por que nosso país é um fracasso
O governo trajado de palhaço
A justiça trajada de bandida
A vergonha dos chefes foi vendida
O direito do povo foi roubado
Nosso povo está sendo massacrado
Na porteira da terra prometida**

O governo não faz assentamento
O povo promove ocupação
Uma enxada batida em cada mão
É o símbolo do nosso movimento

⁴² Rogério Meneses Sobrinho nasceu em 25 de junho de 1962, em Imaculada-PB, porém é radicado em Caruaru-PE

⁴³ Raimundo Caetano, natural de Cuité-PB, nasceu em 1959, em sua família de nove cantadores entre seus irmãos e seu pai.

Hoje o campo é cenário violento
 Onde a guerra está sendo decidida
 Muita gente pagando com a vida
 Nosso povo está sendo massacrado
 Na porteira da terra prometida

Na defesa da terra improdutiva
 Os grileiros contratam a jagunçada
 E os que vivem no cabo da enxada
 Não conseguem plantar uma maniva
 A polícia altamente repressiva
 Com a gangue da morte é confundida
 Pra fazer atentado contra a vida
 Só precisa de um gesto do Estado
 Nosso povo está sendo massacrado
 Na porteira da terra prometida

Se a justiça da pátria está além
 Garantindo aos barões impunidade
 Pra quem mata posseiro não tem grade
 Pra quem manda matar também não tem
 Mas o dia do povo ainda vem
 Quando a terra será distribuída
 Essa guerra haverá de ser vencida
 Pelo povo passivo e desarmado. (Fonte:
<https://www.youtube.com/watch?v=NyjAoZx9SJg>) (Grifos nossos).

É perceptível a forte denúncia que esses dois poetas fazem do Estado opressor, “(...) dirigindo uma grande crítica aos sistemas impostos pelo governo e de como suas leis funcionam sempre favorecendo a classe dominante e deixando os povos pobres de lado.” (ALVES, 2019, p. 88).

Alves (2019) ainda cita uma cantoria realizada em 20 de junho de 2019, no “Recanto do Repente” (Sumé-PB), os poetas Evaldo Filho⁴⁴ e Ivanildo Vila Nova⁴⁵, dizendo que na ocasião ambos glosaram em cima do mote “o latifúndio está presente na sina do nordestino”, revelando pistas de como eles viam as *relações de produção* entre camponeses e latifundiários. Vejamos:

O nordestino é preparado
 Mesmo sem ter alegria
 Sofre a todos os dias
 Não é bem remunerado
 No cabo de um machado
 Engrossa seu coro fino
 Sofrendo desde menino
 Pra o patrão ruim e valente
 O latifúndio está presente
 Na sina do nordestino

⁴⁴ Cleyson Silva ou Evaldo Filho, como é mais conhecido, é poeta repentista nascido em Sumé, PB, em 20 de dezembro de 1997, e forma dupla com o seu pai, Evaldo Severino, que também é repentista. Faz parte da nova geração do repente.

⁴⁵ Ivanildo Vila Nova nasceu em Caruaru, em 13 de outubro de 1945, sendo que passou a morar em Campina Grande, PB, considerada a capital dos repentistas e cantadores. Profissional da cantoria desde 1963, Ivanildo tornou-se um dos mais renomados repentistas brasileiros.

**Várias famílias matutas
Antigas e primitivas
As terras improdutivas
São chamadas devolutas
O Cartório faz minuta
De algum registro latino
O fazendeiro assassino
Tem capataz e gerente
O latifúndio está presente
Na sina do nordestino**

A minha voz hoje é boa
Para falar tudo isso
Nordestino no serviço
Não leva uma vida boa
Quem possui terras tão boas
Não doa um chão pequenino
E com gesto de assassino
Zomba da cara da gente
O latifúndio está presente
Na sina do nordestino

**A grilagem é que segura
Os aceiros e roçados
Que são quilômetros quadrados
De uma só criatura
Quem dorme na noite escura
Trabalha no sol atino
Alguém corta seu destino
Planta não colhe a semente
O latifúndio está presente
Na sina do nordestino (Grifos nossos).**

As estrofes denunciam a condição histórica da semifeudalidade que o latifúndio impõe sobre o povo camponês nordestino, condição essa marcada, por exemplo, pelo trabalho pesado, pela remuneração baixa, pela grilagem e pela força policial (capataz e gerente). Ademais, as estrofes também denunciam a *grilagem de terras* como parte de uma política que nunca deixou de existir no Brasil e, especificamente, no Cariri paraibano e no município de Sumé-PB.

Por meio de entrevistas também conseguimos identificar alguns conflitos por terras ocorridos no município de Sumé-PB. Contudo, é importante registrar aqui que, ao fazermos a busca ativa sobre este fato que perdura até duas atuais, é visível e percebível o medo das pessoas em falarem sobre qualquer questão que venha a se referir à *questão agrária*, como ficou expresso na seguinte fala: “Moça, porque você tá perguntando sobre isso! Esse negócio de ‘de noite a cerca anda’ mexe numa ferida, ‘mior’ a moça esquecer isso”. Ainda sobre os conflitos por terra no que diz respeito às suas fronteiras, disse este depoente que

Essa cerca anda até hoje, mas antes era ‘facim’, eram uns ‘seixos’ de pedras que marcavam as propriedades. Os homens de confiança empurravam as pedrinhas. Mas, os documentos não batiam, aí era confusão.” “Antigamente, ou ‘mior’, até hoje quem tem mais terra é rico, tem mais poder, e isso era o motivo de tanta confusão, o gado só queria passar pra beber água e as pessoas também precisava ‘incurtar’ os passos. Mai hoje moça, tá na cidade também, nessas casas construídas, não dando ‘incosto’ e se ‘incostar’ uma na outra é confusão também. Era assim naquele tempo e hoje a justiça resolve, mas naquele tempo era na bala, ‘vixi’ que morreu muita gente por conta disso.⁴⁶

São visíveis os detalhes bastante amedrontados em se falar sobre este assunto, precisamente as pessoas entrevistadas temem em citar nomes e localizações com medo de represálias. Infelizmente, tivemos muita dificuldade em arrancarmos este pouco dito pelo entrevistado que bem sabemos se tratar de um forte indício sobre o assunto, isto por que as pessoas se retraem por medo em falarem sobre o mesmo. O depoente encerra a sua fala em tom de alerta ao dizer que “Ouvi isso ‘mai’, ‘mexi’ nisso não moça, ainda, moça, existe seixos de pedras, os marcadores dentro das mangas”. As mangas, neste sentido, são as áreas de matas fechadas e pastos, terras de uso comum que muitas vezes são alvo de grilagem por parte dos latifundiários que tentam impor pelo medo a sua vontade em deter toda a terra possível⁴⁷.

Um caso que pode ajudar a ilustrar esta *questão agrária* no município de Sumé diz respeito à Fazenda Feijão. Batista (2010, p. 113) diz que esta propriedade pertenceu ao Coronel Sizenando Rafael de Deus até o ano de 1956⁴⁸. Este autor assim a descreve:

A fazenda feijão, de propriedade do Coronel Sizenando Rafael de Deus, contava com uma média de trinta vaqueiros trabalhando cotidianamente entre outras pessoas em atividades diversas, mas, que faziam diariamente parte do complexo funcionamento dessas propriedades rurais. Entre essas pessoas podemos destacar uma professora, um açougueiro, dois motoristas, um eletricitista e dois soldados de polícia. Dado a quantidade de pessoas empregadas em atividades diversas e de outras que procuravam a fazenda para negociar produtos de utilidades variadas, foi organizada pelo Coronel Sizenando, uma feira semanal que acontecia todos os domingos. (2010, p. 113)

⁴⁶ Entrevista concedida a autora em junho de 2020. O depoente tem 73 anos de idade e reside na zona rural do município de Sumé-PB.

⁴⁷ Realizamos algumas tentativas de entrevistas com várias pessoas, mas sentimos que as mesmas não se sentem a vontade para falarem sobre o tema da *grilagem de terras*, pois se trata de uma pauta que foi responsável pela morte de muitas pessoas. Por esta razão, as pessoas se calam com o medo de que o mesmo possa ocorrer com elas. Em razão disto, passamos a nos interessar a usar como principal fonte os processos crimes sobre litígios de terras dispostos no Fórum do município de Sumé. Mas, sob a justificativa da pandemia da COVID-19, a juíza não permitiu o nosso acesso aos referidos arquivos.

⁴⁸ A fazenda Feijão teve três proprietários: Coronel Sizenando Rafael de Deus, de 1880 a 1956; Paulo P. Guerra, de 1956 a 1979; e José Lucas da Silva, de 1979 a 1999. A antiga Fazenda, que hoje pertence ao município de Sumé, denomina-se Assentamento Mandacaru, possui o total de 4.393 ha para 118 famílias assentadas. Cf. Barbosa, 2020.

Vemos que a propriedade contava com um grande número de profissões, dentre elas, além dos vaqueiros, ocupações específicas como a professora e os soldados de polícia, que prestavam serviços em favor do fazendeiro e contra os camponeses no sentido de fortalecerem as *relações de produção* semifeudais ali existentes. Ainda segundo Batista (2010, p. 154-155), Sizenando Rafael de Deus era um dos maiores fazendeiros no Cariri paraibano, aparecendo nos Livros de Tombo da Igreja de Alagoa do Monteiro como um bem feitor, um herói do município. Contudo, nos relatos orais de memória ele é apresentado visto como um grileiro de terras que teria aumentado sua propriedade tomando as terras dos pobres.

Por meio de um relato de memória do senhor Ezequiel Braz de Macedo (91 anos), conseguimos identificar que os conflitos de terras no município de Sumé, não diferentemente do resto do país, também se deram envolvendo grandes proprietários de terras. Neste caso, foi uma briga, na primeira metade do século XX, entre Francisco Braz de Macêdo (Tico Braz) e Joaquim Pereira de Vasconcelos (Major Quincas)⁴⁹. Este depoente mencionou uma desavença que culminou em uma briga transcorrida depois da compra de uma grande propriedade que fazia divisa com outro latifúndio, desavença esta que teve a ver com o fato de que não havia um limite preciso (cerca ou algo do tipo) que determinasse as divisões entre os dois latifúndios, ou seja, cada um dos dois proprietários tinha seus entendimentos de onde começavam e terminavam as suas terras.

O acirramento do conflito entre ambos se deu durante uma seca, quando Francisco Braz de Macêdo (Tico Braz) precisou cortar mandacaru para servir de alimento ao seu gado. Como as terras não tiveram delimitadas as suas divisas, este proprietário achou que poderia cortar o mandacaru para alimentar seu rebanho em uma área que ficava exatamente na divisão entre as fazendas, mas o segundo proprietário, Joaquim Pereira de Vasconcelos (Major Quincas), ao saber do fato, não aceitou o ocorrido e foi com seus capangas ao encontro do primeiro. Após uma calorosa discussão que não levou a um consenso entre as partes, o segundo proprietário ordenou que um dos seus capangas atirasse contra o primeiro. Este, ao perceber que iria ser alvejado por um tiro, rapidamente disparou no capanga do segundo proprietário, matando-o. De acordo com o relato do depoente, as várias pessoas dos grupos rivais que presenciaram este

⁴⁹ Entrevista concedida a João Paulo Miranda no Memorial Sucuru de Sumé-PB e publicada no seu Facebook em 14 de julho de 2019. Ezequiel Braz de Macedo (91 anos) nasceu em 1 de abril de 1930, no Distrito de Santa Luzia do Cariri, município de Serra Branca-PB. Com uma semana de vida seus pais se mudaram para Fazenda Quaresma em Sumé-PB. Era filho de Francisco Braz de Macêdo (Tico Braz), sendo formado em Medicina e atualmente reside na Fazenda Pedra Comprida. No SNCR, Ezequiel Braz de Macedo aparece como proprietário da Fazenda Passagem Rasa com 950 hectares.

confronto, ao verem o capanga morto, se distanciaram umas das outras e começaram a trocar balas. Em meio às rajadas de balas, Tico Braz foi atingido por um disparo no joelho, a bala certa teve direção de um dos “cabras” de confiança do Major Quincas que atirou por detrás de um pedra, bala esta que ficou encravada no joelho de Tico Braz até sua morte. O fazendeiro Major Quincas também foi baleado, ficando aleijado pelo resto da vida. Durante o ocorrido, como um dos baleados ficou sem poder andar, o outro se retirou com o seu grupo. O senhor Ezequiel Braz de Macedo encerrou a sua fala com a seguinte frase em referência a seu pai Tico Braz: “Ele tinha o rifle que podia matar mais gente, mas não o usou (risos).”

4 A GRILAGEM DE TERRAS NO MUNICÍPIO DE SUMÉ-PB E O ENSINO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DE UMA ESCOLA DO CAMPO

O objetivo desse capítulo é o de analisar se a *grilagem de terras* ocorrida no Brasil e particularmente no município de Sumé-PB é tomada como conteúdo escolar no ensino de Ciências Humanas e Sociais da Escola do Campo “José Bonifácio Barbosa de Andrade”, localizada no Distrito de Pio X.

4.1 A REDE MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SUMÉ-PB: O CASO DE UMA ESCOLA DO CAMPO

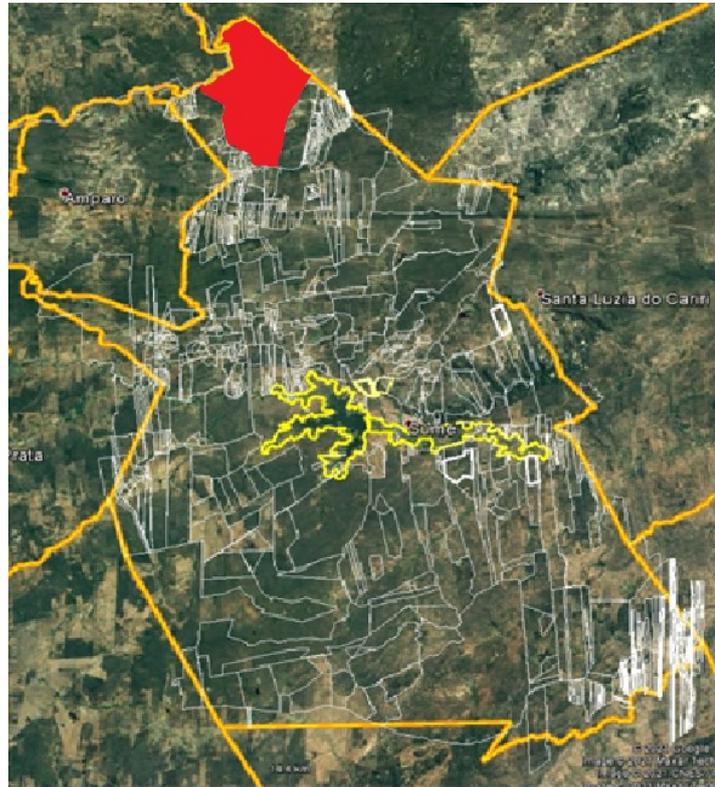
A pesquisa foi realizada no Município de Sumé, no estado da Paraíba. Sumé é localizada na região semiárida do Estado, especificamente no Cariri Ocidental, distante a 267 (duzentos e sessenta e sete) Km (quilômetros) da capital João Pessoa. O município de Sumé/PB possui 16.060 (dezesesseis mil e sessenta) habitantes, segundo o último censo demográfico feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2010). O município abrange uma área de 838,071 km² (oitocentos e trinta e oito km² e setenta e um metros quadrados) e está no bioma caatinga.

A Rede Municipal de Educação de Sumé-PB é constituída de onze (11) escolas, sendo delas três (03) no campo, com 195 alunos, e oito (08) na rua, com 2.062 alunos. O objeto de nossa análise se deu sobre uma das três escolas do campo, a saber: a Escola do Campo do Pio X – oficialmente denominada Unidade Municipal de Educação Infantil e Fundamental “José Bonifácio Barbosa de Andrade”, distante 28 quilômetros da sede do município. Sendo a única escola do campo a oferecer o Ensino Fundamental II (de 6º ao 9º Ano). O estudo visou investigar se o currículo desta escola, particularmente o da área de Ciências Humanas e Sociais do Ensino Fundamental II, trata do tema *grilagem de terras*.

A U.M.E.I.E.F “José Bonifácio Barbosa de Andrade” foi fundada pela Lei Municipal Nº 1.084 de 18 de abril de 2013, com a finalidade de atender os estudantes da zona rural do entorno do Distrito do Pio X. Para investigarmos esta escola do campo, se fez fundamental primeiramente investigarmos o território no qual a mesma se encontra situada. Sendo assim, descobrimos a importante informação de que o Distrito do Pio X surgiu dentro da Fazenda Bananeira, um grande latifúndio que teve sua origem na segunda metade do século XVIII, como pertencendo a João Cavalcante, o qual teve seus descendentes como herdeiros daquelas terras

até a primeira metade do século XX⁵⁰, e também como proprietários das terras da região adjacente daquela fazenda situada ao norte do que hoje é o município de Sumé. Na imagem seguir apresentamos em destaque a localização deste latifúndio.

Mapa 4 - Localização da fazenda bananeiras no município de Sumé-PB



Fonte: Cadastro Ambiental Rural, 2020.

A Fazenda Bananeira também teve como um de seus proprietários o escritor paraibano Herectiano Zenaide⁵¹, tendo sido este quem cedeu a pequena parte de terras onde havia surgido a comunidade de moradores de nome Pio X aos que ali residiam, que já contava com uma Igreja

⁵⁰ No Censo Agropecuário de 1920, a Fazenda Bananeira aparece como pertencendo a Máximo de Sá Cavalcanti.

⁵¹ Herectiano Zenaide Nóbrega de Albuquerque (Alagoa Grande, 25 de setembro de 1887 - João Pessoa, 13 de dezembro de 1971) foi um político, fazendeiro e industrial brasileiro. Exerceu o mandato de deputado federal constituinte pela Paraíba em 1934. Filho do deputado Apolônio Zenaide Peregrino de Albuquerque, que exerceu o cargo de 1886 a 1908, e de Josefa de Gouveia Nóbrega, de tradicional família paraibana, Herectiano cursou direito e era um grande proprietário agrícola. Entrou para a política em 1912 ao se eleger deputado estadual na Paraíba pelo Partido Republicano. Tornou-se prefeito de Alagoa Grande anos depois mas voltou ao cargo de deputado no ano de 1924, dessa vez estadual. Em paralelo, fez uma sociedade com seu irmão e padrasto para a criação da Usina Tanques, mais tarde, Herectiano passou a ser o proprietário único da usina de açúcar. Onde criou um horto florestal com as espécies vegetais características da Paraíba. Foi um dos fundadores do Partido Progressista na Paraíba e, em 1945, da União Democrática Nacional (UDN) na Paraíba, chegando a assumir a chefia do partido. Em 1950 se afastou da política e passou a cuidar de atividades de industrial e de fazendeiro, foi proprietário de diversas fazendas na Paraíba até fundar a Pesquisa S.A. Indústria e Comércio de Minérios, com sede na mina Pedras Pretas, para a exploração de minérios. Foi casado com Maria Elvídia Nóbrega Zenaide e teve 20 filhos. Cf. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/herectiano-zenaide-nobrega-de-albuquerque>

e uma Escola. Foi por exigência deste proprietário que, por volta de 1961, a localidade passou a categoria de Distrito.

Fotografia 3 - Heretiano Zenaide e Maria Elvídia – Segundo casal proprietário da fazenda Bananeiras em Sumé-PB



Fonte: Memorial Sucuru, 2020.

Em 1958, Antônio André Siqueira, que veio de São Vicente distrito de Itapetim-PE, comprou a propriedade na qual passou a residir com sua esposa e seus 11 filhos, onde até hoje esta grande propriedade pertence aos seus herdeiros.

Fotografia 4 - Casa sede da Fazenda Bananeiras



Fonte: Memorial Sucuru, 2020.

Segundo alguns relatos orais de memória, este latifúndio chegou a ter mais de 300 famílias que viviam na condição semifeudal de *moradores*⁵², *relação de produção* essa responsável por fazer surgir o conjunto de casas que com o tempo passou a compor o Distrito do Pio X de frente a casa sede da Fazenda. O *morador* era aquele camponês sem-terra que recebia um lote de um proprietário para usufruto, entregando a este a maioria dos produtos cultivados e dos animais criados.

No Semiárido, esse camponês também é conhecido como *parceiro*. Para os Censos Agropecuários, no que diz respeito à condição jurídica de posse e propriedade da terra, o IBGE adotou as denominações de *Proprietário*, *Arrendatário*, *Parceiro* e *Ocupante*. Sobre o *parceiro*, vejamos: “Parceiro – Se as terras do estabelecimento fossem de propriedade de terceiros, e estivessem sendo exploradas em regime de parceria, mediante contrato verbal ou escrito, do qual resultasse a obrigação de pagamento, ao proprietário, de um percentual da produção obtida; (...)”. Mas, apesar desta denominação oficial, estes camponeses são mais conhecidos pela denominação de *moradores*. Braga Neto (2017, p. 41) assim explica:

Os moradores são trabalhadores que não possuem terras, e, na maioria das vezes, casa, e que, por isto, obrigam-se a morar e trabalhar em terras alheias, em troca de áreas para o cultivo da subsistência. Constituem a mão de obra das fazendas e dos engenhos de cana que criam animais e que cultivam, além de culturas de subsistência, lavouras comerciais, de interesse da classe dos fazendeiros e senhores de engenho. (...) Essa categoria social é extremamente volúvel. Isto se deve ao caráter privado do trabalho do morador, que os deixa livres das classificações do poder público. Dependendo da região e do trabalho desempenhado, eles podem ser chamados de agregados, roceiros, parceiros (se desenvolverem atividades de parceria), foreiros (se pagam foro e moram nas terras da fazenda) etc.

Uma depoente nos relatou que, em uma determinada safra do caju naquela fazenda, a esposa do proprietário comprou um automóvel para presentear o seu filho caçula com o dinheiro que arrecadou com a venda das castanhas daquela fruta que foram coletadas pelos seus *moradores*. Este é apenas um pequeno exemplo das relações de produção semifeudais que se desenvolvia naquela fazenda quando pertencia ao casal Rodrigues de Siqueira. Atualmente, a maioria dos camponeses que trabalha naquelas terras se dedica a produção de carvão, cuja maior parte do produto é entregue aos filhos dos antigos proprietários deste latifúndio.

⁵² De acordo com Braga Neto (2017), o *parceiro* e o *morador* representam uma única categoria, que pode ser sintetizada na figura do *morador*, já que os *parceiros* também são trabalhadores despossuídos de terras para trabalharem e dependentes de acordos com os proprietários para que possam exercer a atividade agrícola.

Imagem 1 - Casa sede da fazenda bananeiras e escola e UMEIF
“JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE”



Fonte: <https://www.google.com.br/maps>

Ao observarmos os dados dispostos no Sistema Nacional de Cadastro Rural – SNCR, verificamos que apenas 5 dos 11 filhos do falecido latifundiário Antônio André Siqueira (conhecidos como “os André”) aparecem como proprietários das terras da Fazenda Bananeira, cada um com 125 hectares, o que corresponde ao total de 625 hectares. Mas, ao sabermos que as terras da Fazenda não foram inventariadas e ao levarmos em consideração que o SNCR é auto declaratório e que, por isso, é possível de os outros 6 filhos não terem declarado as suas terras, concluímos que estes também devem ter as suas 125 hectares, o que eleva o latifúndio ao total de 1.375 hectares quando pertencia aos pais destes herdeiros⁵³. Vejamos os filhos declarantes:

Quadro 7 - Fazenda Bananeiras e declarantes como proprietários das suas terras (2019)

Nº	DENOMINAÇÃO	TITULAR	ÁREA (Ha)
01	Sítio da Bananeira	Antônio Marcos Rodrigues de Siqueira	125
02	Sítio da Bananeira	José Ubirajara Rodrigues de Siqueira	125
03	Sítio da Bananeira	Marcos Antônio Rodrigues de Siqueira	125
04	Sítio da Bananeira	Nivalci Rodrigues de Siqueira	125
05	Sítio da Bananeira	Sueli André de Siqueira	125
TOTAL			625

Fonte: Sistema Nacional de Cadastro Rural, 2019.

⁵³ Obtivemos a informação que há um litígio na partilha dos bens frutos de herança envolvendo os filhos dos antigos proprietários deste latifúndio.

Uma vez apresentado brevemente o território em que se encontra localizada a escola objeto de nossa investigação, passamos a situar este educandário. Conforme já dito, a atual U.M.E.I.E.F “José Bonifácio Barbosa de Andrade” foi inaugurada em 18 de abril de 2013, como resultado de um Programa de Construção de Escolas no Campo desenvolvido pelo Governo Federal a partir de 2010, que ofereceu a estados e municípios projetos arquitetônicos de escolas com tamanhos que variam de uma a seis salas de aula. A seguir temos uma Fotografia apresentando parte de sua estrutura física.

Fotografia 5 - UMEIF “José Bonifácio Barbosa de Andrade”



Fonte: Arquivo da autora.

No que se refere à estrutura física, a escola possui boas condições de estrutura assim organizada:

- Oito (08) salas de aulas;
- Um (01) Ginásio de esportes - revezado entre a escola e a comunidade;
- Amplo pátio para a realização de atividades extraclasse;
- Um (01) laboratório de informática com 05 computadores com acesso à Internet;
- Uma (01) sala de professores;
- Uma (01) sala para a secretaria, direção e equipe pedagógica;
- Uma (01) cozinha;
- Dois (02) almoxarifados onde são guardados, além de materiais diversos, os arquivos inativos;

- Uma (01) dispensa para o armazenamento dos alimentos utilizados no preparo da merenda dos alunos;
- Cinco (05) banheiros, sendo que dois (02) são destinados ao uso dos professores, um (01) para o uso dos funcionários da cozinha e dois (02) são destinados ao uso exclusivo dos alunos – um (01) feminino e um (01) masculino, contendo três sanitários.

A escola apresenta um projeto arquitetônico dentro de um programa existente no Ministério da Educação a partir de 2010, construído em parceria com o *Movimento Nacional de Educação do Campo*⁵⁴, que consiste, além de espaços físicos internos para o desenvolvimento de diferentes atividades, em uma área externa para recreação e lazer das crianças e para a possibilidade de implantação de atividades de jardinagem, horticultura e pomar, o que permite o contato com a natureza estimulando o alunado na dedicação e os cuidados diários.

Conforme anunciado em seu Projeto Político Pedagógico:

A U.M.E.I.E.F. José Bonifácio Barbosa de Andrade, desde 2013, ano de sua inauguração, abarca as concepções pedagógicas e a forma de suas materializações e suas ações, com um trabalho sistemático e com determinação, em defesa de uma educação pública de qualidade e sempre respeitando os sujeitos que estão envolvidos diretamente e indiretamente no processo de ensino-aprendizagem. (2017, p. 9).

Desde que iniciou seu funcionamento em 2013, a escola passou a contar com um grupo de docente provenientes da Licenciatura em Educação do Campo⁵⁵, o que em tese significou a elaboração de um Projeto Político Pedagógico tendo como umas de suas bases teóricas o referencial da *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido*⁵⁶.

Segundo seu Projeto Político Pedagógico, a escola cumpre:

⁵⁴ Os meados da década de 1990 se constituem o momento histórico em que começou a nascer o “Movimento Nacional de Educação do Campo” no Brasil. Para tanto, diversos fatores convergiram, a saber: a experiência do Movimento Sem Terra, como fator primordial de sua origem; além de outros movimentos sociais do campo e suas organizações; instituições mobilizadoras de recursos da sociedade, como UNICEF, CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil) e universidades públicas.

⁵⁵ O curso de Licenciatura em Educação do Campo é ofertado pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), *campus* de Sumé, desde o ano de 2009. Sobre o debate a respeito desta política pública ver Souza, 2010.

⁵⁶ A educação contextualizada se insere dentro de um novo paradigma de convivência com o Semiárido, cujo objetivo é o de adaptar os conteúdos escolares ao espaço geográfico, à cultura, à identidade e à especificidade do lugar, estimulando um processo de desconstrução de estereótipos e de construção de um novo olhar sobre o Semiárido. Cf. Kraus, 2015, p. 26. Importante registrar a principal crítica a este paradigma, assentada no mesmo se fundamenta por um referencial teórico pós-moderno e culturalista que negligencia as condições materiais da classe trabalhadora. Cf. Oliveira, 2021.

(...) o papel que foi demandado com sua construção, de assegurar os direitos de acesso e permanência da população do campo, a uma escola de qualidade para atendimento da população do Distrito do Pio X e comunidades circunvizinhas, onde atualmente atende: Assentamento Cigana, Santo Agostinho, Caiçara, Pau D'arco, Jaguaribe, Pedra da Bola, Balanço, Assentamento Mata, Pelê, Sorocaba, Cabeça Branca, Olho D'água Branca, Poço do Boi, Bananeiras, Sacada e Sítio Nanico, dentro de uma perspectiva de nucleação rural e deslocamento dos estudantes intracampo. (2017, p. 8).

Notamos que, a partir de 2013, esta escola passou a nuclear os estudantes das provenientes das seguintes localidades: Distrito do Pio X e as comunidades circunvizinhas de Assentamento Cigana, Santo Agostinho, Caiçara, Pau D'arco, Jaguaribe, Pedra da Bola, Balanço, Assentamento Mata, Pelê, Sorocaba, Cabeça Branca, Olho D'água Branca, Poço do Boi, Fazenda Bananeiras, Sacada e Sítio Nanico. Duas inquietações sobre este procedimento devem ser levantadas: a primeira diz respeito a problematizarmos as contradições deste processo de nucleação de escolas do campo, uma vez que o mesmo implicou no fechamento de cerca de cinco escolas existentes nas comunidades vizinhas; o segundo tem a ver em investigarmos quais foram os critérios utilizados para que o local escolhido da construção da escola tenha sido a Fazenda Bananeiras. Mas, estas são questões as quais não tivemos tempo de aprofundarmos.

Atualmente a U.M.E.I.E.F “José Bonifácio Barbosa de Andrade” atende as modalidades de ensino Educação Infantil e Educação Fundamental I e II, com um total de 97 alunos distribuídos no período da manhã de forma remota, segundo dados da Secretaria Municipal de Educação de Sumé (2021)⁵⁷. A seguir apresentamos um quadro com estas modalidades de ensino, a organização em ciclos (multisseriados)⁵⁸ e os respectivos números de professores e alunos.

⁵⁷ Durante a pandemia da COVID-19, o governo brasileiro instituiu o ensino remoto, que diz respeito a todo conteúdo que é produzido e disponibilizado de forma *online*, que é acompanhado em tempo real pelo professor que leciona aquela disciplina, sempre seguindo cronogramas do ensino tradicional. Atualmente, a escola em análise está funcionando presencial apenas com o ALFALETRA com 46 alunos do Ensino Fundamental I e II dos Anos (1º ao 5º ano e de 6º ao 9º).

⁵⁸ As classes multisseriadas são salas com alunos de diferentes idades e níveis educacionais nas quais estão cerca de 60% dos estudantes do campo. Segundo o Censo Escolar 2017, existem 97,5 mil turmas do Ensino Fundamental nessa situação em todo o País, número que vem permanecendo praticamente inalterado nos últimos dez anos. A baixa densidade populacional na zona rural, a carência de professores e as dificuldades de locomoção são alguns dos fatores que motivaram a criação das classes multisseriadas. Além desses fatores, existem poucos docentes das séries iniciais do Ensino Fundamental com nível superior.

Quadro 8 - Modalidades de ensino, ciclos e números de professores e alunos da U.M.E.I.E.F “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE” EM 2021

MODALIDADE DE ENSINO	Nº DE PROFESSORES	Nº DE ALUNOS
Educação Infantil (Pré I e II)	01	19
Fundamental I (1º e 2º anos)	01	14
Fundamental I (3º e 4º anos)	01	19
Fundamental I (5º ano)	01	18
Fundamental II (6º e 7º anos)	04	17
Fundamental II (8º ano)		10
TOTAL GERAL	08	97

Fonte: Dados fornecidos pela atual direção da Escola, 2021. Quadro elaborado pela autora do texto.

Sobre a formação acadêmica do corpo docente desta escola, vejamos: a professora da Educação Infantil (Pré I e II) tem formação em Licenciatura em Pedagogia; a professora do Ensino Fundamental I (1º e 2º anos) tem o Magistério e Licenciatura em Letras; a professora do Ensino Fundamental I (3º e 4º anos) é formada em Licenciatura em Pedagogia; a professora do Ensino Fundamental I (5º ano) é formada em Licenciatura em Pedagogia; e os professores do Ensino Fundamental II são formados um em Licenciatura em Educação do Campo (Ciências Humanas e Sociais), uma em Licenciatura em Educação do Campo (Linguagens e Códigos), um em Licenciatura em Matemática e um em Tecnólogo em Agroecologia.

Fotografia 6 - Alunos da UMEIF “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE”



Fonte: Arquivo da autora.

No que diz respeito à estrutura pedagógica da escola, verificamos que o seu currículo se organiza por áreas de conhecimento, que são em número de três com a seguinte organização

(PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO, 2017)⁵⁹:

Ciências Humanas e Sociais - Essa área constrói e potencializa a discussão sobre as relações humanas e destas com o espaço geográfico e com o meio ambiente, problematizando a noção de progresso e do uso da tecnologia como processos sociais e políticos da sociedade e os processos históricos e os seus sujeitos.

Ciências da Natureza e Matemática - A área de Ciências Matemáticas e da Natureza e realizada pelo conjunto lógico - matemático e científico que integra matemática, economia, introdução à física e ciências naturais. É articulada de forma interdisciplinar de conteúdos científicos, tecnológicos e práticos.

Linguagens e Códigos - Área transdisciplinar apresentando elementos indispensáveis a socialização das mais variadas formas do saber, abrange interações nas relações comunicativas de conhecimento em códigos e símbolos, produtora de cultura e comunicação social. Aborda Língua Portuguesa, Língua Estrangeira, Linguagem da Arte, Linguagem Corporal e Linguagem Digital.

Feita esta apresentação da escola, passamos a investigar se o currículo da mesma, particularmente o da área de Ciências Humanas e Sociais do Ensino Fundamental II, trata do tema *grilagem de terras*.

4.2 OS PLANOS DE CONTEÚDOS E OS DOCENTES DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DA ESCOLA DO CAMPO “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE”

Em um primeiro momento buscamos conhecer os Planos de Conteúdos (Proposta Pedagógica/Proposta Curricular) usados por dois professores que lecionam Ciências Humanas e Sociais no Ensino Fundamental II da U.M.E.I.E.F “José Bonifácio Barbosa de Andrade”, no sentido de identificarmos se os mesmos tratam da *questão agrária* e, especificamente, do tema *grilagem de terras*. Um deles é formado em Licenciatura Plena em Geografia (2012), com Especialização em Ensino de Geografia (2014), Mestrado em Geografia (2017) e é aluno do oitavo período da Licenciatura em Educação do Campo pela UFCG, tendo lecionado na referida escola entre 2015 e 2019; o outro é Licenciado em Educação do Campo pela UFCG (2019) e ensina lá desde 2020. Ambos são servidores públicos municipais concursados.

⁵⁹ Importante destacar que há uma forte crítica a formação por área de conhecimento proposta pela BNCC e adotada pelo *Movimento Nacional de Educação do Campo*, que entende que, por trás do discurso de que se trata de uma proposta que pretende um rompimento com a formação cartesiana (taxado como exageradamente metódico e sistemático), há de fato uma proposta neotecnicista (educação reprodutivista).

No que diz respeito aos Planos de Conteúdos (Proposta Pedagógica/Proposta Curricular)⁶⁰ do primeiro professor, notamos que os mesmos apresentam um Eixo Estruturante e um Eixo Temático. O do 1º Bimestre do ano de 2017 propôs como Eixo Estruturante: *Convivência e sustentabilidade no Semiárido*; e como Eixo Temático: *Identidade, Gênero e Relações Étnico-Raciais no Semiárido: como os sujeitos se situam no tempo e no espaço*⁶¹. A Introdução deste documento traz o seguinte texto:

A formação do ser humano começa na família. Ali, tem início um processo de humanização e libertação, valores morais e éticos; é um caminho que busca fazer da criança um ser civilizado. E bem cedo à escola participa desse processo, pois a educação formal e informal, movimentos sociais e entidades públicas, abordam aspectos tais como a educação das crianças, jovens e adultos para uma nova cultura dos direitos humanos e da paz, além da reflexão e sistematização da prática educativa em direitos humanos. Sendo assim, é importante exaltar a ética existente na relação do capital e da necessidade de sobrevivência e consumo do modelo econômico predominante, bem como a pluralidade cultural, entrando em choque a economia moderna, cujas populações vivem tradicionalmente bem integradas ao ritmo da natureza. Uma das principais fontes de identidade é a ligação que o indivíduo tem com a localidade em que foi socializado. Ela é resultado das instituições culturais da nação que somadas a símbolos e representações, produzem significados estruturantes para os indivíduos. Daí a importância dos estudos das áreas das ciências humanas e sociais. (PLANO DE CONTEÚDOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DO 1º BIMESTRE DOS 6º, 7º, 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA UMEIF “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE”, 2017).

Ao observarmos o Eixo Estruturante, o Eixo Temático e a Introdução identificamos que a proposta se faz assentada no paradigma da *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido Convivência*, referencial este, como já dito, se fundamenta nas teorias pós-modernas e culturalistas que negligenciam as condições materiais da classe trabalhadora⁶². Na Introdução, por exemplo, vemos serem mencionadas as chamadas para “uma nova cultura dos direitos humanos e da paz” e de que “é importante exaltar a ética existente na relação do capital e da necessidade de sobrevivência e consumo do modelo econômico predominante”, ou seja, mostra como o dito paradigma é sistêmico e, assim, só serve para continuar ajustando os povos dominados às condições semicoloniais e semifeudais, no caso brasileiro, marcadas pelo latifúndio.

⁶⁰ Importante destacar que estes documentos nos foram repassados pelos respectivos professores que também foram entrevistados por nós.

⁶¹ Cabe destacar que o Plano de Conteúdos de 2017 apresentou os conteúdos por disciplinas (Geografia e História) e apenas referente ao 1º Bimestre deste ano letivo.

⁶² Sobre paradigma da *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido* ser um referencial pós-moderno e culturalista que não considera as condições materiais da classe trabalhadora, ver Oliveira, 2021.

Vejam agora como estão apresentados os conteúdos para o 1º Bimestre do 6º ano de 2017:

Geografia

A geografia como uma possibilidade de compreensão do mundo

- A construção do espaço: as paisagens e os lugares
- Espaço geográfico – objeto da ciência geográfica
- A paisagem e seu dinamismo natural e social
- O lugar e sua identidade

A cartografia como instrumento de aproximação dos lugares

- Da alfabetização cartográfica à leitura crítica e ao mapeamento consciente
- Os pontos cardeais – utilidades práticas e referenciais do espaço geográfico
- Coordenadas geográficas
- Os conceitos de escala e sua diferenciação e importância para as análises espaciais nos estudos de Geografia
- Orientação e medição cartográfica com uso de técnicas variadas
 - ✓ Mapa da escola
 - ✓ Mapa da comunidade
 - ✓ Mapa do município

Os fenômenos naturais – regularidades e possibilidades de previsão pela sociedade humana

- O planeta Terra: espaço de vivência da sociedade
- A Terra no espaço: seus movimentos e consequências, evolução e estrutura interna
- O relevo terrestre e sua formação
- Agentes internos
- Agentes externos
- A ocupação inadequada do espaço
- O clima e a influência na vida planetária
- Os tipos de clima, sua influência na distribuição da água, da vegetação e da fauna
- Diferentes climas – diferentes ocupações do espaço

História

Quem sou eu/ Quem somos nós? História do nome, história da família, história da comunidade

- O trabalho do historiador
- A história da família na comunidade
- Memória dos mais antigos da comunidade
- Construção da linha do tempo da comunidade
- O tempo e a história
- As origens do ser humano- principais teorias
- A pré-história do Semiárido – origem
- A povoação do Semiárido e o processo da civilização
- O papel da mulher no desenvolvimento da agricultura (Revolução Agrícola)
- O uso da terra pelas primeiras sociedades: Modo de produção asiático (crescente fértil; mesopotâmia; Egito; Índia; China)
- A relação e a utilização das terras nas civilizações pré-colombianas: astecas, maias e incas.
- As principais comunidades indígenas no Brasil ontem e hoje (IDEM).

Dos conteúdos de Geografia e História, alguns abrem margens para que o tema da *questão agrária* seja tratado mais diretamente, sendo eles: *Orientação e medição cartográfica com uso de técnicas variadas; A história da família na comunidade; Memória dos mais antigos da comunidade; Construção da linha do tempo da comunidade; O uso da terra pelas primeiras sociedades: Modo de produção asiático (crescente fértil; mesopotâmia; Egito; Índia; China); e A relação e a utilização das terras nas civilizações pré-colombianas: astecas, maias e incas.*

Vejamos como estão apresentados os conteúdos para o 1º Bimestre do 7º ano de 2017:

Geografia

1. Localização e regionalização das Américas.

- 1.1. Formação histórica do continente americano
- 1.2. Relevo, hidrografia da América.
- 1.3. Clima e vegetação da América
- 1.4. População americana
- 1.5. Principais biomas das Américas
- 1.6. Representação gráfica;
 - Mapa temático

2. A construção do espaço brasileiro, o território, as paisagens e os lugares

- 2.1. O território brasileiro – construção e expansão
- 2.2. A ocupação do espaço litorâneo
- 2.3. Expansão e ocupação do espaço – rumo ao interior – ocupação do semiárido e do centro-oeste
- 2.4. Última fronteira de expansão e ocupação – rumo à Amazônia

História

1. Resgatando a história do meu continente

- 1.1. Povoamento da América -- O ser humano chega a América – comunidades incas, astecas e maias
- 1.2. Como viviam os primeiros americanos?
- 1.3. A colonização da América e do Brasil
- 1.4. O povoamento do Brasil
- 1.5. A pré- história do semiárido
- 1.6. A povoação do semiárido e o processo de colonização
- 1.7. A vida dos primeiros habitantes do Brasil.

2. A ocupação e a expansão territorial da América portuguesa e os movimentos sociais relativos à questão agrária

- 2.1. Período Pré-Colonial
- 2.2. Período Colonial: a origem da concentração de terras - latifúndio e monocultura
- 2.3. Economia no Período Colonial
- 2.4. O papel das mulheres no Brasil Colonial
- 2.5. Os conflitos rurais no Brasil na atualidade
- 2.6. Os indígenas no Brasil e as formas de trabalhos compulsórios
- 2.7. A escravidão indígena no Brasil Colônia
- 2.8. As formas de resistência dos índios: a Revolta dos Tamoios, guerra dos Bárbaros e as Guerras Guaraníticas
- 2.9. A questão indígena atual no Brasil (IDEM).

Para o 7º ano, vemos uma maior possibilidade de conteúdos os quais podem debater a *questão agrária*. Na Geografia destacamos: 2.3. *Expansão e ocupação do espaço – rumo ao interior – ocupação do semiárido e do centro-oeste*; e 2.4. *Última fronteira de expansão e ocupação – rumo à Amazônia*. Na História outros mais: 1.1. *Povoamento da América -- O ser humano chega a América – comunidades incas, astecas e maias*; 1.3. *A colonização da América e do Brasil*; 1.4. *O povoamento do Brasil*; 1.5. *A pré- história do semiárido*; 1.6. *A povoação do semiárido e o processo de colonização*; e a maioria dos dispostos na Unidade 2. *A ocupação e a expansão territorial da América portuguesa e os movimentos sociais relativos à questão agrária*. Aqui o tema da *questão agrária* aparece explicitamente pela primeira vez como parte de um conteúdo.

Vejamos como estão apresentados os conteúdos para o 1º Bimestre do 8º ano de 2017:

Geografia

- **O planeta terra**

- ✓ Os continentes
- ✓ Clima

- **Ecossistemas locais**

Relevo, hidrografia

- **O continente Africano**

- ✓ Quadro natural e regionalização da África
- ✓ As fronteiras da África
- ✓ Fome, doenças e conflitos na África

- **Cartografia**

- **Representação cartográfica, convenções, legendas, projeções cartográficas**

História

Quem sou eu/ Quem somos nós?

O trabalho do historiador

- Memória dos mais antigos da comunidade
- As origens das sociedades africanas e suas influências no Brasil
- As origens das sociedades africanas
- Etnias, idiomas e diversidade cultural na África
- A importância da mulher na África: sociedades matriarcais
- Os ricos reinos africanos
- Origem das religiões afro-brasileiras
- A África e o tráfico de escravos para a América
- O modelo de exploração colonial na América
- A organização do tráfico negreiro
 - ✓ O Comércio Triangular
 - ✓ As formas de resistência dos negros
 - ✓ As mudanças do continente africano a partir das Grandes Navegações
 - ✓ Origem dos negros escravos que vieram para o Brasil (IDEM).

Vemos que para o 8º ano apenas em alguns os conteúdos de História há a possibilidade de se trabalhar a *questão agrária*, sendo eles: *As origens das sociedades africanas e suas*

influências no Brasil; As origens das sociedades africanas; e O modelo de exploração colonial na América.

Passemos aos conteúdos dispostos para o 1º Bimestre do 9º ano de 2017:

Geografia

A construção do espaço: Me situando no mundo

1. Os territórios, as paisagens e os lugares do mundo em desenvolvimento
 - 1.1 As analogias na construção dos territórios do mundo em desenvolvimento
 - 1.2 Mundo em desenvolvimento: espaços e paisagens atuais das economias emergentes e das economias primário - exportadoras
 - 1.2.1 Perspectivas de avanços sócias econômicos no espaço mundial em desenvolvimento

História

Construção da nossa identidade a partir da contribuição africana

- O trabalho do historiador
- O papel dos escravos africanos no Brasil
- A sociedade açucareira mineradora e o trabalho dos negros
- A proibição das manufaturas no Brasil (Alvará de 1785)
- O mercado interno colonial
- A resistência dos africanos à escravidão no Brasil
- O processo de abolição
- Negros nos EUA: a luta contra a opressão
 - ✓ Guerra de Secessão e a abolição da escravatura nos EUA
 - ✓ A perseguição da *Ku Klux Klan*
 - ✓ O exemplo de Rosa Parks
 - ✓ A luta de Martin Luther King e Malcolm X
 - ✓ A colonização nos séculos XV e XIX
- A África e os seus problemas históricos
 - ✓ O processo de descolonização na África
 - ✓ A conjuntura europeia
 - ✓ Perseguição aos negros pelo Nazismo
 - ✓ Angola e Moçambique descolonizados
 - ✓ A luta de Nelson Mandela contra o *Apartheid*
 - ✓ Os movimentos de resistência
 - ✓ A busca de soluções para problemas históricos da África
 - ✓ A epidemia de Aids ocorrida na África, a partir de 1980 até os dias atuais (IDEM).

Vemos que para a turma do 9º ano os conteúdos de Geografia da Unidade *A construção do espaço: Me situando no mundo* são possíveis de se tratar a *questão agrária*. Já na História, vemos a possibilidade deste tema ser tratado nos seguintes conteúdos: *O papel dos escravos africanos no Brasil; A sociedade açucareira mineradora e o trabalho dos negros; e O mercado interno colonial*.

Passamos agora ao Plano de Conteúdos (Proposta Pedagógica/Proposta Curricular) do primeiro professor referente ao ano de 2018⁶³. Este trouxe o mesmo Eixo Estruturante de 2017,

⁶³ Cabe destacar que o Plano de Conteúdos de 2017 apresentou os conteúdos por disciplinas (Geografia e História)

qual seja: *Convivência e sustentabilidade no Semiárido*; e como Eixo Temático: *Arte, cultura e comunicação no Semiárido*. A introdução deste documento traz o seguinte texto:

A cultura engloba todos os hábitos, costumes e comportamento de um povo, constituindo sua identidade. A cultura é algo criado pelos seres humanos, e juntamente com a linguagem é o que os diferencia de outros animais. A cultura pode ser percebida nas formas como um grupo transforma a natureza para produzir as coisas necessárias para a sua sobrevivência. Há cultura na maneira como uma sociedade se organiza, e sua produção artística, bem como na linguagem que se utiliza para se comunicar. Assim, às atividades de lazer e entretenimento, tais como cinema, teatro, música e dança também constituem dimensões fundamentais para formação dos seres humanos. As ciências humanas e sociais tem o papel de oferecer contribuições importantes à formação cultural da juventude do campo para que possam exercer seus direitos e cidadania no acesso a Arte e no respeito a diversidade cultural do seu contexto. O jovem do campo precisa se sentir capaz de produzir algo, para valorizar a cultura de sua comunidade e lutar contra a desigualdade social, e principalmente que possa refletir sobre como os seres humanos vão produzindo o espaço geográfico e alterando a natureza enquanto produzem cultura material e imaterial. A produção cultural pode ser material ou imaterial. A primeira se refere aos objetos, ferramentas, construções ou instrumentos passíveis de serem tocados, apalpados e vistos (monumentos, templos, esculturas, vestuários, conjuntos arquitetônicos históricos etc.). A segunda engloba aquilo que não pode ser tocado, mas se expressam nos valores, sentimentos, ideias modos de ser (Feira de Caruaru, o frevo, o modo de fazer o vatapá, o queijo de Minas, festas juninas, etc.). Quando se entende que, no Brasil, os grupos dominantes promoveram seu próprio patrimônio, anulando ou fragmentado a importância dos sujeitos sociais dominantes, é necessário aprofundar a reflexão sobre o que é, e como se constituiu o patrimônio cultural nacional e que ressalte a importância desse patrimônio para a formação de uma memória social e nacional sem exclusões e discriminações. A compreensão da cidadania como resultado de lutas, confrontos e negociações, é constituída por intermédio de conquistas sociais de direitos pode ser uma referência para organizar os conteúdos da área. (PLANO DE CONTEÚDOS DA ÁREA DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS DOS 6º, 7º, 8º E 9º ANOS DO ENSINO FUNDAMENTAL DA UMEIF “JOSÉ BONIFÁCIO BARBOSA DE ANDRADE”, 2018).

Vemos que o Eixo Estruturante, o Eixo Temático e a Introdução também estão referenciados pelo paradigma da *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido*, ou seja, um referencial pós-moderno e culturalista que não considera as condições materiais da classe trabalhadora. Por isto que ao longo de toda a Introdução não há referência alguma a categoria *trabalho*, por exemplo, e também a *questão agrária*.

Este Plano de Conteúdos trouxe como objetivos:

e que o Plano de Conteúdos de 2018 apresentou os conteúdos por área de conhecimento.

Compreender o significado da cultura e a dinâmica da diversidade cultural.
 Identificar a contribuição da cultura para formação cidadã.
 Relacionar cultura e os modos de apropriação e transformação da natureza
 Identificar nos diferentes períodos da história e das civilizações as transformações ocorridas no espaço geográfico e na construção cultural.
 Compreender a religião como parte da cultura imaterial de cada sociedade e povo e a importância de respeitar essa diversidade religiosa.
 Identificar o título, a legenda e a escala como elementos importantes para a leitura e compreensão dos mapas.
 Compreender o funcionamento da natureza em suas múltiplas relações, de modo a compreender o papel das sociedades na construção do território, da paisagem e do lugar.
 Compreender a importância de diferentes linguagens (gravuras, músicas, literatura, dados estatísticos, documentos de diferentes fontes) na leitura da paisagem, tornando-se capaz de interpretar, analisar e relacionar diversas informações sobre o espaço. (IDEM).

De igual modo, os objetivos colocam a categoria *cultura* como carro chefe da proposta a ser desenvolvida ao longo do ano letivo de 2018 nas turmas dos 6º, 7º, 8º e 9º anos do Ensino Fundamental da escola em análise.

Vejamos como estão apresentados os conteúdos para o 6º ano em 2018, cuja organização curricular se propõe por área de conhecimento, no caso em tela, de Ciências Humanas e Sociais:

1. O surgimento das grandes civilizações: o comércio e a arte

- A formação de Roma e da Grécia
- O surgimento do Estado e a República Grega
- A arte e a cultura em Roma e na Grécia
- A ruralização da Europa e o feudalismo – as classes sociais no feudalismo
- As influências destas civilizações nas Américas

2. O estudo do espaço e do território

- Situar no mapa o continente Europeu ontem e hoje com as principais modificações – convenções cartográficas
- Oceanos que banham o continente Europeu e ligação com o Brasil ontem e hoje
- A cartografia como instrumento de aproximação dos lugares e do mundo: da alfabetização cartográfica à leitura crítica e mapeamento consciente – os mapas como possibilidades de compreensão e estudos comparativos das diferentes paisagens e lugares
- A cultura e o consumo: uma nova interação entre o campo e a cidade

3. Ética e cultura

- Direitos ao acesso as artes e cultura – respeito mútuo, justiça, solidariedade e diálogo no mundo contemporâneo.

4. Ensino Religioso

- A religião na Grécia ontem e hoje – principais templos e deuses - heróis e mitos
- A religião em Roma antes e após o Cristianismo – surgimento do cristianismo (IDEM).

Aqui identificamos que a *questão agrária* é possível de ser tratada diretamente apenas nos conteúdos: *A ruralização da Europa e o feudalismo – as classes sociais no feudalismo*; e *As influências destas civilizações nas Américas*.

Vejamos como estão apresentados os conteúdos para o 7º ano em 2018:

1. A Arte e a Cultura renascentista e sua influência no Brasil

- O renascimento – ideias e práticas – os valores do renascentistas
- A cultura humanista do Renascimento: A arte do Renascimento: os mecenas
- A reforma protestante e a contra reforma: questões religiosas, questões econômicas, questões políticas, questões culturais.
- O início da reforma: Lutero
- A reforma Calvinista e a reforma Anglicana
- A influência da Igreja Católica na formação cultural brasileira e na Educação
- A chegada do protestantismo na América e no Brasil
- A descoberta dos novos continentes e as mudanças no mapa físico do mundo - As Américas – movimentos populacionais, econômicos, culturais.
- Povos nativos da América Espanhola
- Diversidade da formação do povo brasileiro

2. Localização e regionalização da América do Sul

- Formação histórica do continente americano
- Relevo, hidrografia, clima da América do Sul e sua relação com o Brasil
- A questão da terra nas Américas – ontem e hoje
- O desenvolvimento dos setores secundários e terciários
- Representação gráfica: mapas temáticos

3. Estado, povos e nações redesenhando suas fronteiras

- Uma região em construção: o MERCOSUL
- Paisagens e diversidade territorial no Brasil

Obs. Todos os conteúdos deverão ser trabalhados a partir da cartografia-utilizando-se mapas geográficos e históricos, construindo linhas do tempo. (IDEM).

Aqui identificamos a possibilidade de se tratar a *questão agrária* em dois conteúdos: *Formação histórica do continente americano*; e *A questão da terra nas Américas – ontem e hoje*.

Vejamos como estão apresentados os conteúdos para o 8º ano em 2018:

1. Cultura e espaço geográfico

- A ocupação da região nordeste: apogeu e decadência
- O deslocamento do poder para o centro-sul do Brasil – industrialização e urbanização
- Migrações internas: deslocamento da população brasileira

- ✓ De 1850-1912- região nordeste para Amazônia e Acre – extração do látex – borracha
- ✓ Década de 1930 – Nordeste e Minas Gerais – para São Paulo – Cultura do algodão
- ✓ A partir de 1950 – Nordeste – para Região Sudeste – indústria
- ✓ Décadas de 1970-1980 – Minas Gerais, São Paulo e Rio Grande do Sul – para Região Norte – projetos de colonização agropecuária e criação da Zona Franca de Manaus
- ✓ Década de 1980 – todas as regiões – para Região Centro-Oeste – expansão das fronteiras agrícolas
- ✓ (localização no mapa, fluxos migratórios)

2. Brasil: geopolítica externa

- Brasil: relações políticas e econômicas com países sul americanos
- Brasil e o Mercosul, ALCA, a ONU e o G-20
- Globalização no Brasil- luta contra o neocolonialismo
- Representações gráficas: mapa topográfico: dinâmicos e topográficos. (IDEM).

Aqui vemos dois temas que são possíveis de se tratar a *questão agrária*, sendo eles os seguintes: *A ocupação da região nordeste: apogeu e decadência*; *O deslocamento do poder para o centro-sul do Brasil – industrialização e urbanização*; e *Migrações internas: deslocamento da população brasileira*.

Vejamos como estão apresentados os conteúdos para o 9º ano em 2018:

1. Movimentos de resistência ao Capitalismo e ao Regime Militar no Brasil

2. O golpe militar no Brasil e os Movimentos de resistência:

- Geração *Beat* nos Estados Unidos da América;
- Movimento *Hippie*;
- Festival *Woodstock* nos Estados Unidos
- Maio de 1968, na França;
- Jovem Guarda e Tropicalismo no Brasil

3. Regimes militares na América Latina:

- Independências no século XIX, na América, e os conflitos posteriores;
- Resistência à dominação na América Espanhola:
- Haiti;
- Revoluções na América: México (1910), Cuba (1959), Nicarágua (1970), El Salvador; (1932/1970/1980), Chile (1970);
- A América Latina e o Imperialismo estadunidense

4. Organizações dos trabalhadores do campo e da juventude

- Organização dos trabalhadores do campo – as Ligas Camponesas, os sindicatos de trabalhadores rurais;
- Organização da juventude antes da ditadura: JAC, JEC, JIC, JOC E JUC e Pastorais de Juventude do Meio Popular e Juventude Rural.
- Movimentos Messiânicos no Brasil: Canudos, Caldeirão e Contestado.

5. O Processo histórico contemporâneo no Brasil:

- Redemocratização do Brasil: a lenta transição;
- Uma Nova República;
- O mundo socialista em crise; avanço do neoliberalismo

6. A construção do espaço

- Os territórios, as paisagens e os lugares do mundo em desenvolvimento
- As analogias na construção dos territórios do mundo em desenvolvimento
- Mundo em desenvolvimento: espaços e paisagens atuais das economias emergentes e das economias primário- exportadoras
- Perspectivas de avanços sociais e econômicos no espaço mundial em desenvolvimento;
- A natureza do espaço em desenvolvimento, regularidades e possibilidades de previsão pela sociedade;
- O relevo do mundo em desenvolvimento, sua evolução ao longo do tempo geológico, seu dinamismo e conseqüências socioeconômicas;
- Espaços climáticos e influências na hidrografia e na vida no mundo em desenvolvimento;
- A revolução verde e o avanço do agronegócio. Disputa de territórios: agronegócio e agricultura familiar.
- Globalização: cultura de massa e indústria cultural

7. A diversidade religiosa no Brasil e no Mundo

- Diversidade religiosa no mundo
- Influências religiosas das diferentes culturas: indígenas, africanas e europeias.
- A teologia da libertação no Brasil – Medellín e Puebla
- Representação geográfica dos agrupamentos religiosos: cristianismo, budismo, islamismo, candomblé

8. Brincando e aprendendo com a filosofia

- Mitos e deuses – a relação entre os mitos e a filosofia
- Mitos existentes em nosso contexto
- Diferença entre os mitos e as fábulas (IDEM).

Os conteúdos para o 9º ano são os que mais apresentaram relação direta ou secundária com a *questão agrária*, cabendo destacar os seguintes: *Organização dos trabalhadores do campo – as Ligas Camponesas, os sindicatos de trabalhadores rurais; Movimentos Messiânicos no Brasil: Canudos, Caldeirão e Contestado*; todos da Unidade 3. *Regimes militares na América Latina*; e quase todos da Unidade 6. *A construção do espaço*.

O segundo professor a quem solicitamos os seus Planos de Conteúdos nos relatou que é recém-concursado como docente na Rede Municipal (2020) e que, em razão da Pandemia da COVID-19, só chegou a ministrar um mês de aulas presenciais e que, desde então, tem realizado o seu trabalho de forma remota. Quando perguntado sobre os seus Planos de Conteúdos ele nos disse que têm elaborado eles tendo por base a BNCC, os referenciais do município de Sumé, o currículo da Escola em que leciona, o livro didático e os seus conhecimentos adquiridos na universidade. Disse também que, apesar da proposta da Escola ser de uma organização

curricular por área de conhecimento, termina ele sendo professor de História e de Geografia, uma vez que a Secretaria de Educação assim demanda.

Ao verificarmos os Planos de Conteúdos (Proposta Pedagógica/Proposta Curricular) de História e Geografia dos 6º, 7º, 8º e 9º anos deste segundo professor, notamos que os mesmos são muito orientados pela BNCC, inclusive apresentando habilidades e competências como requer este documento. Por se tratar de uma longa relação, optamos por não apresentá-la no texto (VER APENDICÊS). Mas, após analisarmos estes documentos, concordamos com o dito acima por este docente, principalmente no que diz respeito a presença das orientações da BNCC, como dos conteúdos dispostos no livro didático e, por isto, é que a *questão agrária* aparece muito pouco na longa relação de conteúdos, restando algumas exceções como, por exemplo, quando do conteúdo sobre Roma antiga, especificamente em *A luta pela terra*; e *Os irmãos Graco*. No mais, como inclusive destacou este docente, o tema pesquisado por nós pode ser provocado em sala de aula a partir de outros de conteúdos que compõem a longa relação disposta para o Ensino Fundamental II daquela Escola do Campo.

Posto isto, concluímos que apenas o Plano de Conteúdos (Proposta Pedagógica/Proposta Curricular) do primeiro professor para o 1º Bimestre do 7º ano de 2017 apresenta o tema da *questão agrária* como parte do conteúdo escolar. Portanto, o tema *grilagem de terras* é completamente ausente nas propostas pedagógicas de ambos os docentes. Mas, também concluímos que nestes documentos há alguns conteúdos os quais abrem margens para que seja discutida a *questão agrária* mais geral e especificamente a *grilagem de terras*, cabendo evidentemente a cada um dos professores fazerem este exercício.

Em um segundo momento, aplicamos um questionário via plataforma digital com estes dois professores das Ciências Humanas do Ensino Fundamental II da escola objeto de nossa análise procurando compreender suas práticas pedagógicas em sala de aula referentes ao nosso objeto de investigação.

A primeira questão dirigida aos docentes veio da seguinte maneira: “Existe o tema *grilagem de terras* no livro didático de História ou Geografia usado no Ensino Fundamental II?” O primeiro professor deu a seguinte resposta:

Em relação ao tema ou temática da grilagem de terra, seja nos livros didáticos de História ou de Geografia, não é abordado. De forma muito pontual, apresentam-se assuntos referentes, raramente à Reforma Agrária, porém, vale ressaltar que é de forma resumido. Tais questões são excluídas dos livros. Mas abordo, sempre que possível a temática nas aulas, para problematizar os acessos e as políticas públicas referentes a terra.

Notamos que o primeiro professor diz que o tema da *grilagem de terras* não é presente nos livros didáticos de História e Geografia ou quando aparece é de forma secundária. Já o segundo professor disse o seguinte:

Não ocorre de abordar explicitamente, nem no currículo da escola também não, abordam temas relacionados, como, por exemplo, a produção agrícola, a agricultura familiar, reforma agrária, minifúndio, latifúndio, cabendo a gente professor, trazer essa visão pra eles, porque eles não entendem o que é grilagem, esse processo. E também ocorre mais quando se trata de Amazônia também, onde ocorre muito a grilagem, o desmatamento, a posse de terra indevida, mas sempre trago aqui no Nordeste aqui no nosso Cariri, cabendo a gente no dia a dia nas aulas e até também nas aulas de História, na questão das distribuições de terra lá no passado, sesmarias, isso vai passando por herança, terras públicas também, a gente aborda tudo isso, até a questão da desigualdade é muito importante, a questão é , não aborda explícito, deixando implícito para o professor que tem noção e vai lá e ensina e aborda isso na aula.

De igual modo, este docente também depõe dizendo que o tema investigado por nós não se faz presente no manual didático de História e nem no currículo da escola, restando poucas menções aleatórias ao mesmo que, segundo dito, são aproveitados por ele para fazer o debate acontecer em sala de aula.

A segunda questão que fizemos aos docentes veio da seguinte maneira: “A *grilagem de terras* é um assunto abordado de forma contextualizada em sala de aula?” O primeiro professor assim nos respondeu:

Quando abordo a temática de grilagem de terra nas aulas de Ciências Humanas e Sociais tento aproximar o tema a realidade dos estudantes, haja visto que os mesmos residem na zona rural, onde o processo de acesso as terras se caracterizam de modo dificultoso pela região caririzeira historicamente ser espaços de concessões territoriais para determinadas famílias. E ao abordar o tema tentamos fazer com que o estudante se perceba dentro do processo e compreenda de forma prática as disparidades bem como construir conhecimentos em relação a se contrapor a essa lógica e reivindicar seus direitos legais referentes ao território. (Grifos nossos).

De acordo com este relato, o docente diz que “quando aborda” o tema *grilagem de terras* nas aulas de Ciências Humanas e Sociais procura aproximá-lo da realidade dos seus alunos, uma vez que há uma relação direta entre o conteúdo e o discente. Mas, ao mesmo tempo, ao dizer “quando aborda” o professor nos dá pistas de que essa atitude parece acontecer de forma muito esporádica.

Já o segundo professor assim se mostrou:

Exatamente, a gente sempre tenta explicar a eles de forma contextualizada de acordo com o que eles têm noção da realidade deles, por exemplo, esses livros trazem muita coisa de fora, cabendo a gente como se fosse uma produção, por exemplo **se a gente fosse explicar o que seria grilagem**, eles não vão entender, será que tem a ver com

grilos? Ninguém vai entender, e aos pouquinhos a gente vai explorando, é como se fosse um grilo, como se tivesse pulando de terra em terra, registrando terras sem autorização de algum órgão, tipo isso a gente vai explicando, pra ver se eles entendem, e é bom saber sobre as terras onde está localizada a escola do campo pra eu poder explicar em aula. (Grifos nossos).

Apesar das interessantes e importantes observações descritas pelo docente, vemos que o mesmo não disse se a *grilagem de terras* é um assunto abordado de forma contextualizada em sua sala de aula, apresentando este tema apenas enquanto uma possibilidade como bem fica expressa quando ele diz “se a gente fosse explicar o que seria grilagem”.

Posto isso, concluímos que, apesar de ser um traço marcante da realidade brasileira, desde o início de sua colonização em 1500 até os dias atuais, a *luta de classes* expressa no processo de *grilagem de terras* não é tratada em uma escola do campo do município de Sumé-PB que se propõe como modelo de educação contra hegemônica. Isso se torna ainda mais impactante ao observarmos que o alunado que estuda na escola em análise é filho de pais camponeses que vivem as *relações de produção* de exploração impostas pelo latifúndio, inclusive, estando a própria escola inserida em seu interior. Portanto, somos levados a acreditar que a proposta de ensino desta escola não tem o compromisso de romper com o atual sistema de exploração capitalista (como tanto anuncia), servindo na verdade para reproduzir a sua lógica que é imposta para os países semicoloniais, cuja base é o latifúndio semifeudal.

Sobre as razões para estas conclusões, elencamos as seguintes possibilidades: em primeiro lugar, por que o paradigma da *Educação Contextualizada para a Convivência com o Semiárido*, um dos fundamentos teóricos da Educação do Campo, não tem como preocupação as questões materiais tão caras a classe trabalhadora do campo brasileiro, ou seja, não se propõe a discutir o latifúndio e as suas contradições; segundo, por que a formação inicial e a formação continuada dos professores de um modo geral pouco ou nada problematizam a *questão agrária* brasileira; e, terceiro, por que na produção de material didático ainda predomina como referência a região Sudeste do país com conteúdos que se distanciam do tema objeto de nossa pesquisa. Sentido de identificarmos se os mesmos tratam da *questão agrária* e, especificamente, do tema *grilagem de terras*.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho buscou analisar de que maneira o tema *grilagem de terras* no município de Sumé-PB é abordado (ou não) no ensino de Ciências Humanas e Sociais de uma escola do campo. Diante dessa inquietação, o problema a ser investigado foi o processo de *grilagem de terras* ocorrido no município de Sumé-PB e, especificamente, se esse fato histórico é presente enquanto conteúdo escolar nos Planos de Conteúdos (Proposta Pedagógica/Proposta Curricular) da rede municipal de ensino, para desse modo entender a possibilidade desse conteúdo ser inserido nas atividades dos docentes nas escolas do município. Assim, nos surgiu a curiosidade de entender como se deu o processo da *questão agrária* no município de Sumé.

No nosso primeiro capítulo concluímos que as origens latifundiárias do Brasil, da Paraíba, do Cariri paraibano e, especificamente, do município de Sumé-PB estão ligadas diretamente com a má distribuição de terras ocorrida após a invasão colonizadora portuguesa nessa região após 1670. A terra e as riquezas materiais que ela gera sempre foram alvo de cobiça por parte das classes dominantes e, desde que os primeiros invasores colonizadores portugueses pisaram nesse chão, a distribuição de terras se deu de forma irregular, quando então os povos nativos passaram a não ter direito as terras que nelas nasceram e viveram até aquele momento e foram obrigados a conviver com novos povos e novos costumes de forma desumana, deixando de serem livres para se tornarem escravizados de seus invasores. As terras, que antes eram de todos, começam a ter donos, mas, não eram quaisquer donos, pois quem teria acesso as terras seriam, apenas, pessoas que prestassem serviços à Coroa portuguesa, invasores que muitas vezes tinham sangue dos nativos nas mãos. As terras passavam, então, a serem doadas pela Coroa portuguesa por meio de sesmarias, grandes extensões de terras no poder de umas poucas pessoas.

No segundo capítulo abordamos os conflitos por terras ocorridos no Brasil, na Paraíba e no município de Sumé-PB. Concluímos que a ocupação territorial do Cariri paraibano teve início com a invasão portuguesa que chegou a essas terras em busca de aumentar ainda mais as suas riquezas na segunda metade do século XVII (1670). Geralmente essas terras eram concedidas a homens brancos amigos e/ou parentes do rei, como também aqueles a serviço da Coroa portuguesa. Portanto, pode-se observar que, a concessão de sesmarias no território correspondente ao atual município de Sumé contribuiu sobremaneira para a formação do latifúndio nesta região e, ao mesmo tempo, para a formação de uma classe dominante que detinha patentes políticas coloniais. Em contrapartida, os que não tinham posses, ou seja, povos originários e africanos, não poderiam requerer terras e ficavam à mercê do trabalho escravo ou

servil. Assim, apesar de tanto se questionar o latifúndio no Brasil, na Paraíba e, especificamente, em Sumé, vemos que nesse último continua por existir uma má distribuição de terras voltadas a uma formação latifundiária excludente.

E, por fim, no terceiro Capítulo, constatamos que, grande parte dos alunos do território sumeense faz parte da zona rural, trabalhando nas terras conjuntamente com seus familiares, porém, não se percebem nas contradições existentes ao seu redor, enquanto camponeses, pobres que fazem parte de uma classe dominada sem direito a propriedade de terras. Assim, a educação que poderia formar uma consciência de classe para luta contra o processo de *grilagem de terras* no município de Sumé, faz parte da superestrutura do sistema capitalista, que historicamente exclui do direito a educação à classe camponesa e mais pobre da sociedade. E quando de fato oferta a educação para classe dominada é justamente para a constituição de uma força de trabalho e não para a formação de uma consciência de classe, em que os estudantes entendam a importância dos conhecimentos sobre a *grilagem de terras* e seu contexto no local onde habitam. Notamos através dos questionários aplicados junto aos dois professores que os conteúdos programáticos quase não abarcam a realidade camponesa, para piorar a situação dos alunos provenientes das zonas rurais, como foi analisado, sendo o professor, muitas vezes, responsável por trazer temáticas relacionadas a essa realidade.

Assim, compreendemos que o sistema capitalista vem tentando de todas as formas acabar com as tentativas de ensino que possibilitem uma construção reflexiva dos estudantes do ambiente em que vivem. Por isto se faz importante, necessário e urgente resistimos no sentido de rejeitarmos qualquer proposta de ensino voltada a imposição do projeto de sociedade da classe burguesa.

REFERÊNCIAS

- ALENTEJANO, Paulo. **Alerta:** grilagem de terras dispara no país. *In:* Brasil de Fato. Publicado em 05/05/2020.
- ALMEIDA, Horácio. **História da Paraíba.** João Pessoa, João Pessoa: Editora Universitária, 1997.
- ALMEIDA, Ruth Trindade de. **A arte Rupestre nos Cariris Velhos,** ed. Universitária, João Pessoa, 1979.
- ALVES, Clovis Tadeu. **A Revolução Verde na Mesorregião Noroeste do RS (1930-1970).** Dissertação (Programa de Pós- Graduação em História). Universidade de Passo Fundo. Passo Fundo, 2013.
- ALVES, Lourielson da Mota. **O poder do latifúndio no município de Sumé-PB:** a cantoria de viola (repente) como forma de resistência camponesa. Monografia – Universidade Federal de Campina Grande; Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido; Curso de Licenciatura em Educação do Campo. Sumé – PB: [s.n], 2019.
- ALVES, Luciene Andrade. **Transformações no espaço agrário Paraibano:** práticas agroecológicas e luta pela soberania alimentar das guardiãs das sementes da paixão do polo da Borborema. Dissertação – Programa de Pós-Graduação em Geografia; Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa – PB: 2020, 140 f.
- ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste:** contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Editora Atlas S.A., 1986.
- ARRUDA, Fausto. Getúlio ou a consolidação do capitalismo burocrático no Brasil - Parte III. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, ano 14, n.153, 1ª quinzena de julho 2015b. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-153/5997-getulio-ou-a-consolidacao-docapitalismo-burocratico-no-brasil>. Acesso em: 15 fev. 2020.
- ARRUDA, Fausto. Getúlio ou a consolidação do capitalismo burocrático no Brasil - Parte IV. **A Nova Democracia**, Rio de Janeiro, ano 14, n.157, 1ª quinzena de setembro 2015c. Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-157/6097-getulio-ou-a-consolidacao-docapitalismo-burocratico-no-brasil>. Acesso em: 15 fevereiro 2020.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **Formação do império americano:** da guerra contra a Espanha à guerra no Iraque. Rio de Janeiro: Ed Civilização Brasileira, 2009.
- BARBOSA, Dione Pereira. **A questão agrária no município de Monteiro-PB:** problematizações no ensino de sociologia. Dissertação. – Programa de Pós-Graduação em Sociologia em Rede Nacional (Profsocio); Universidade Federal de Campina Grande. Sumé – PB: 2020.
- BARBOSA, José Elias Borges. **As nações indígenas da Paraíba.** *In.:* IHGP. Anais do Ciclo de Debates sobre a Paraíba na Participação dos 500 anos de Brasil. João Pessoa. Secretaria de Educação e Cultura do Estado, 2000, p. 134 - 150.

BATISTA, Francisco de Assis. **Nas trilhas da resistência cotidiana: O protagonismo exercitado pelos camponeses no cariri paraibano (1900-1950)** 2010. Tese. (Doutorado em Sociologia). Universidade Federal de Campina Grande. Campina Grande, 2010.

BERCOVICI, Gilberto. A Questão Agrária na Era Vargas (1930-1964). **Revista do Instituto Brasileiro de História do Direito – IBHD**. Curitiba, Paraná, Brasil. ISSN 2675-9284. v. 1, n. 1, 2020.

BOTTOMORE, Tom (Org.). **Dicionário do pensamento marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.

BRAGA NETO, Edgar. **Fazendas e casas de taipa: a dinâmica do sistema de moradores no semiárido**. Tese (Doutorado em Sociologia da Universidade Federal do Ceará), Fortaleza, 2017.

BRASIL. Lei Nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. **Estatuto da Terra**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L4504.htm. Acesso em: 15 mai 2021.

BRASIL. Lei Nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. **Código Civil**.

BRASIL. Lei Nº 601 de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre as terras devolutas no império**. Disponível em: <https://legislacao.presidencia.gov.br/atos/?tipo=LIM&numero=601&ano=1850&ato=8350TPR9EeJRVT7f0>. Acesso em: 2020.

BRASIL. Lei Nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Lei de Terras**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm

BRASIL, CPDOC - Centro de Pesquisa e Documentação História Contemporânea do Brasil. **Herectiano Zenaide Nobrega De Albuquerque**. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/herectiano-zenaide-nobrega-de-albuquerque>. Acesso em: 26 de setembro de 2018.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. **Recenseamento Geral do Brasil: 1920**. Rio de Janeiro, 1920. v. 3, pt.3: agricultura.

BRASIL. Ministério da Política Fundiária e do Desenvolvimento Agrário/ Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. **O Livro Branco da Grilagem de Terra no Brasil**. s/d.

BRAZ, Sílvio. **Entrevista concedida aos alunos da Licenciatura em Educação do Campo**. Universidade Federal de Campina Grande, 2016.

CARDOSO, Ciro Flamarion S. **Agricultura, escravidão e capitalismo**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CANIELLO, Marcio; DUQUÉ, Ghislaine. **Agrovila ou casa no lote: A questão da moradia nos assentamentos da Reforma Agrária no Cariri paraibano**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 37, nº 4, out-dez. 2006.

CAMPOS, Miguel. **El capitalismo burocrático en el Ecuador**. Ambato: s.n., 2011.

CENSO, 2017: **Estrutura Fundiária**. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. p.47. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101773_cap2.pdf. Acesso em: 20 jul. 2021.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**: campanha de Canudos. São Paulo: Ediouro, 2003.

COGGIOLA, Osvaldo. **La Cuestión Agraria en Brasil**. Grupo de Pesquisa História e Economia Mundial Contemporâneas. Artigos. Março de 2007.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2005.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2006.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2008.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2009.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2015.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2016.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2017.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2018.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2019.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo Brasil**. Goiânia: Centro de Documentação Dom Tomás Balduino, 2020.

FERNANDES, Bernardo Mançano. **O MST e as reformas agrárias do Brasil**. In: Revista NERA Año IX N° 24 - Octubre de 2008. pp. 73-85.

GASPAROTTO, A.; TELÓ, F. (org). **Histórias de lutas pela terra no Brasil (1960-1980)**. 2ª edição. São Leopoldo: editora Oikos, 2021. 58p. Disponível em: <http://oikoseditora.com.br/obra/index/id/1124>.

GONÇALVES, Esmeraldo Lopes. “Os vaqueiros”. In: **Opara**: Formação histórica e social do submédio São Francisco. Petrolina, 1997.

GUEDES, Thais. **Acampamento Paulo Freire sofre incêndio criminoso em Sumé, na Paraíba.** 18 de dezembro de 2017. Disponível em: <https://mst.org.br/2017/12/18/acampamento-paulo-freire-sofre-incendio-criminoso-em-sume-na-paraiba/>. Acesso em: 24 de agosto de 2021.

GUIMARÃES, Alberto Passos. **Quatro séculos de latifúndio.** Editora Fulgor Biblioteca de Estudos Brasileiros, São Paulo, 1964.

HEINEN, M. **O plano nacional de reforma agrária do governo Lula.** Disponível em: <http://xa.yimg.com/kq/groups/17929366/1990100000/name/O+plano+nacional+de+reforma+agr%C3%A1ria+do+governo+lula.pdf>. Acesso em: 15 mai 2021.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.** 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Organização do Território: Estrutura Territorial e Áreas Territoriais.** Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/geociencias/organizacao-do-territorio/estrutura-territorial/15761-areas-dos-municipios.html?=&t=o-que-e>. Acesso em: 20 jul. 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Escolar de 2017.** Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

JOFFILY, Irine. **Notas sobre a Paraíba.** Brasília: Thesauru Editora, 1977.

JONES, Alberto da Silva. Propriedade legítima da terra, grilagem e desapropriação: os falsos custos da Reforma Agrária. *In: V Encontro NAIPE/USP – ECEME/CPAex.* São Paulo. Mimeo, 1997. P, 1-20.

KRAUS, Lalita. A Educação Contextualizada no Semiárido brasileiro: entre desconstrução de estereótipos e construção de uma nova territorialidade. **Revista de Geografia (UFPE)** V. 32, No. 1, 2015.

LÊNIN, V. I. **Imperialismo fase superior do capitalismo,** São Paulo, Global, 6ª ed., 1991. E em espanhol Editorial Anteo, 2ª ed., Buenos Aires, 1972.

MARX, Karl. ENGELS, Friedrich. **Manifesto do Partido Comunista.** São Paulo: Boitempo, 2010, p. 40.

MARX, Karl. **O 18 de brumário de Luís Bonaparte.** São Paulo: Boitempo, (Coleção Marx-Engels). Nélío Schneider, 2011.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política.** 2. ed. São Paulo, Martins Fontes, 1983.

MEDEIROS Irani. **Pinto do Monteiro, o brado do Cariri.** Campina Grande: EDUEP, 2007.

MOREIRA, Emília; TARGINO, Ivan. **Capítulos de geografia agrária da Paraíba.** – João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1996, 333 p.

MOTTA, Márcia Maria Menendes. A grilagem como legado. *In*: MOTTA & PIÑEIRO (Orgs.). **Voluntariado e Universo Rural**. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2002.

NASCIMENTO, TOMIRES DA COSTA E SILVA. **A questão agrária e a formação do campesinato negro no município de Sumé – PB: uma discussão com o ensino de sociologia**. Dissertação – Curso de Mestrado em Sociologia em Rede Nacional – PROFSOCIO; Universidade Federal de Campina Grande. Sumé – PB, 2020.

NERY, Djalma. **Reforma ou revolução agrária?** Blog Plantar o Futuro, 16 de janeiro de 2017.

OLIVEIRA, Edvirges Batista de. **A questão agrária no curso de Especialização em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro - ECSAB - UFCG - CDSA**. Monografia (Curso de Especialização em Educação Contextualizada para Convivência com o Semiárido Brasileiro). Universidade Federal de Campina Grande. Sumé – PB, 2020.

OLIVEIRA, S. G. **Caminhos da Reforma Agrária: O processo Histórico da Reforma Agrária no Alto Sertão Paraibano, da Luta Pela Terra a Luta Pela Terra (1985-2002)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal da Paraíba, Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, Saul Ramos de; MIRANDA, Roberto de Sousa. Luta pela terra e processo de reforma agrária no Sertão Paraibano. **Rev. C & Trópico**, v. 43, n. 2, p. xx-yy, 2019.

RODRIGUES, Luanna Louyse Martins. Disputas territoriais e justiça: um olhar sobre a violência no campo paraibano. (Dissertação) Universidade Federal de Sergipe. 2012.

SABOURIN, Eric. **Reforma agrária no Brasil: considerações sobre os debates atuais**. *In*: Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, vol. 16, no. 2, 2008, p. 151-184

SANTOS, Juvandi de Souza. **Cariri e Tarairiú? Culturas tapuias nos sertões da Paraíba – Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, PUCRS. Porto Alegre, 2009.**

SOBRINHO, A. M. **Rio do Camará: A Epopeia de (mais) um século**. Academia de Cultura Princesa do Cariri, Camalaú – PB, 1996.

SODRÉ, Nelson Werneck. **Formação Histórica do Brasil**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1962.

SOUZA, Marilsa Miranda de. **Imperialismo e Educação do Campo: uma análise das políticas educacionais no Estado de Rondônia a partir de 1990**. 405 f. Tese (Doutorado em Educação Escolar), Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras, Campus de Araraquara, 2010.

SUMÉ, Prefeitura Municipal de. **Projeto Político Pedagógico da U.M.E.I.E.F “José Bonifácio Barbosa de Andrade”**, 2017.

TAVARES, João Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Edição Fac-similar. Coleção Mossoroense, volume CCXLV, 1982.

VASCONCELLOS, Morôni Azevedo de. Grilagem de terras. **Infoescola**. Navegando e aprendendo. <https://www.infoescola.com/geografia/grilagem-de-terras/>. Acesso em: 25/01/2020.

ZORZI, Analisa; KIELING, Francisco dos Santos e WEISHEIMER, Nilson. **Desigualdade, estratificação e mobilidade social**. *In.*: Organização social e movimentos sociais rurais. (org) Gehlen e Daniel. Gustavo Mocelin. UAB/UFRGS e Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para Desenvolvimento Rural da EAD/UFRGS. – Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

APÊNDICES

Disciplina: HISTÓRIA Turma: 6º ANO 1º BIMESTRE			
Unidade Temática	Objetos de conhecimento	Habilidades da BNCC	Competências Específicas
História: tempo, espaço e formas de registros	<ul style="list-style-type: none"> • O estudo da história; O tempo histórico, calendários; Linha do Tempo; A divisão do tempo histórico em períodos. • As fontes da História; O conhecimento histórico; A colaboração de outros profissionais para o conhecimento histórico; sujeitos históricos. • As diversas formas de registros e a contribuição dos sumeenses para a construção da história local. • A origem do ser humano; O criacionismo; Evolucionismo; Os primeiros homínidos; fósseis; O Homo sapiens sapiens; Caçadores e coletores; O domínio do fogo; Agricultores e pastores, Idade dos metais; Pintura rupestre. • Da África para outros continentes; Migração para o continente americano. Descobertas sobre a presença humana na América; Os estudos de Walter Neves e Niède Guidon; Parque Nacional da Serra da Capivara; Habitantes das terras americanas; Grandes mamíferos; Caçadores e coletores; O povo de Lagoa Santa; O povo de Umu; Os povos da sambaquis; Agricultores da Amazônia; 	<p>(EF06HI01) Identificar diferentes formas de compreensão da noção de tempo e de periodização dos processos históricos (continuidades e rupturas).</p> <p>(EF06HI02) Identificar a gênese da produção do saber histórico e analisar o significado das fontes que originaram determinadas formas de registro em sociedades e épocas distintas.</p> <p>(EF06HI03) Identificar as hipóteses científicas sobre o surgimento da espécie humana e sua historicidade e analisar os significados dos mitos de fundação.</p> <p>(EF06HI04) Conhecer as teorias sobre a origem do homem americano</p>	<p>1. Valorizar e utilizar os conhecimentos historicamente construídos sobre o mundo físico, social, cultural e digital para entender e explicar a realidade, continuar aprendendo e colaborar para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva.</p> <p>2. Exercitar a curiosidade intelectual e recorrer à abordagem própria das ciências, incluindo a investigação, a reflexão, a análise crítica, a imaginação e a criatividade, para investigar causas, elaborar e testar hipóteses, formular e resolver problemas e criar soluções (inclusive tecnológicas) com base nos conhecimentos das diferentes áreas.</p> <p>5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no</p>

			mesmo espaço e em espaços variados.
--	--	--	-------------------------------------

Disciplina: HISTÓRIA Turma: 6º ANO 2º BIMESTRE			
Unidade Temática	Objetos de conhecimento	Habilidades da BNCC	Competências Específicas
A invenção do mundo clássico e o contraponto com outras sociedades	<ul style="list-style-type: none"> África: organizações políticas; Cotidiano do Antigo Egito; O império Egípcio; Periodização; Sociedade e poder; A Religiosidade egípcia; Mumificação, c Contatos entre Egito e kush; Características do Reino de Kush; Mesopotâmia: Os Sumérios e os acádios, A escrita e as leis; Os amoritas. Código de Hamurabi; Os assírios; Os caldeus; Sociedade e poder; Espaço e diversidade Cultural na América; O império Asteca: conceito e localização; A cidade de Tenochtitlán; Esporte e saúde; Características dos Maias; As cidades-Estado maias; As cidades-Estado maias; Astronomia; Os incas; As cidades incas; O kipu; indígenas das terras onde hoje é o Brasil Conhecendo os povos 	<p>(EF06HI05) Descrever modificações da natureza e da paisagem realizadas por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos indígenas originários e povos africanos, e discutir a natureza e a lógica das transformações ocorridas.</p> <p>(EF06HI06) Identificar geograficamente as rotas de povoamento no território americano.</p> <p>(EF06HI07) Identificar aspectos e formas de registro das sociedades antigas na África, no Oriente Médio e nas Américas, distinguindo alguns significados presentes na cultura material e na tradição oral dessas sociedades.</p> <p>(EF06HI08) Identificar os espaços territoriais ocupados e os aportes culturais, científicos, sociais e econômicos dos astecas, maias e incas e dos povos indígenas de diversas regiões brasileiras.</p>	<p>1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.</p> <p>3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.</p> <p>5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.</p> <p>7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.</p>

	indígenas; Troncos linguísticos; <ul style="list-style-type: none"> Os povos indígenas originários do atual território brasileiro, paraibano, sumeense e seus hábitos culturais e sociais. 		
--	---	--	--

Disciplina: HISTÓRIA Turma: 6º ANO 3º BIMESTRE			
Unidade Temática	Objetos de conhecimento	Habilidades da BNCC	Competências Específicas
Lógica de organização política	<ul style="list-style-type: none"> O conceito de Antiguidade clássica; Impactos do uso do termo Antiguidade clássica sobre outros povos; Grécia antiga: localização; O período homérico; Oikos; cidade-Estado; Colonização grega; Atenas; aristocracia; A democracia ateniense; A liderança de Péricles; Escravos; mulheres e estrangeiros; Esparta; Política em Esparta; Espartanos, periecos e hilotas; Deuses e heróis gregos; Uma religião cívica; Os jogos Olímpicos; Roma antiga; localização e povoamento; A história da fundação de Roma; O tempo dos reis; Patrícios dos, plebeus e clientes; A política no tempo da Monarquia; A República romana; Os magistrados romanos; Assembleias; As lutas sociais e as conquistas dos plebeus; Roma e suas expansões pela península e pelo Mediterrâneo; Cidadania 	<p>(EF06HI09) Discutir o conceito de Antiguidade Clássica, seu alcance e limite na tradição ocidental, assim como os impactos sobre outras sociedades e culturas.</p> <p>(EF06HI10) Explicar a formação da Grécia Antiga, com ênfase na formação da pólis e nas transformações políticas, sociais e culturais.</p> <p>(EF06HI11) Caracterizar o processo de formação da Roma Antiga e suas configurações sociais e políticas nos períodos monárquico e republicano.</p> <p>(EF06HI12) Associar o conceito de cidadania a dinâmicas de inclusão e exclusão na Grécia e Roma antigas.</p>	<p>1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.</p> <p>3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.</p> <p>4. Interpretar e expressar sentimentos, crenças e dúvidas com relação a si mesmo, aos outros e às diferentes culturas, com base nos instrumentos de</p>

	em Roma e Atenas; Escravidão e grande propriedade; A resistência à escravidão; A revolta de Espártaco; A luta pela terra; Os irmãos Graco; A ascensão dos militares; Júlio César e o Senado; Otávio e o Império; Da República ao Império.		investigação das Ciências Humanas, promovendo o acolhimento e a valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza
--	---	--	--

Disciplina: HISTÓRIA Turma: 6º ANO 4º BIMESTRE			
Unidade Temática	Objetos de conhecimento	Habilidades da BNCC	Competências Específicas
Trabalho e formas de organização social e cultural	<ul style="list-style-type: none"> • O governo do Imperador Otávio Augusto; Características do Império Romano; Alianças do imperador com elites provinciais; Exército organizado; circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo; Contribuições romanas; Latim; Engenharia romana; Direito; • A desagregação do Império; O processo de ruralização; Crise e enfraquecimento do governo imperial; A ascensão do cristianismo; A perseguição aos cristãos; Germanos: características; Germanos e a guerra; Contatos. Adaptação e exclusão; migrações e invasões no Império; Os bizantinos; A política; O governo de Justiniano; A religiosidade bizantina; Os iconoclastas; O Cisma do Oriente; Os iconoclastas; O Cisma do Oriente; Os 	<p>(EF06HI13) Conceituar “império” no mundo antigo, com vistas à análise das diferentes formas de equilíbrio e desequilíbrio entre as partes envolvidas.</p> <p>(EF06HI14) Identificar e analisar diferentes formas de contato, adaptação ou exclusão entre populações em diferentes tempos e espaços.</p> <p>(EF06HI15) Descrever as dinâmicas de circulação de pessoas, produtos e culturas no Mediterrâneo e seu significado.</p> <p>EF06HI16) Caracterizar e comparar as dinâmicas de abastecimento e as formas de organização do trabalho e da vida social em diferentes sociedades e períodos, com destaque para as relações entre senhores e servos.</p> <p>(EF06HI17) Diferenciar</p>	<p>1. Compreender a si e ao outro como identidades diferentes, de forma a exercitar o respeito à diferença em uma sociedade plural e promover os direitos humanos.</p> <p>3. Identificar, comparar e explicar a intervenção do ser humano na natureza e na sociedade, exercitando a curiosidade e propondo ideias e ações que contribuam para a transformação espacial, social e cultural, de modo a participar efetivamente das dinâmicas da vida social.</p> <p>5. Comparar eventos ocorridos simultaneamente no mesmo espaço e em espaços variados, e eventos ocorridos em</p>

	<p>muçulmanos; O islamismo; A expansão islâmica; Mediterrâneo: espaço de interação entre povos e culturas.</p> <ul style="list-style-type: none"> • Os domínios germanos; O Reino dos francos; Os carolíngios; Carlos Magno e seu Império; O Império Carolíngio; Administração do Império; A divisão do Império de Carlos Magno; • A formação da Europa medieval; Formação do Feudalismo; Juramento de fidelidade; O senhorio; A sociedade feudal; O clero; A nobreza; Os trabalhadores; O senhorio e as obrigações dos servos; Igreja e cristianismo na Idade Média; Crise no cristianismo e novas ordens religiosas; A cultura na Idade Média; A mulher na Grécia antiga, na Roma antiga e na sociedade medieval. 	<p>escravidão, servidão e trabalho livre no mundo antigo</p> <p>(EF06HI18) Analisar o papel da religião cristã na cultura e nos modos de organização social no período medieval.</p> <p>(EF06HI19) Descrever e analisar os diferentes papéis sociais das mulheres no mundo antigo e nas sociedades medievais.</p>	<p>tempos diferentes no mesmo espaço e em espaços variados.</p> <p>7. Utilizar as linguagens cartográfica, gráfica e iconográfica e diferentes gêneros textuais e tecnologias digitais de informação e comunicação no desenvolvimento do raciocínio espaço-temporal relacionado a localização, distância, direção, duração, simultaneidade, sucessão, ritmo e conexão.</p>
--	---	---	--

Componente curricular: História – 7º Ano 1º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPENTÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>O mundo moderno e a conexão entre as sociedades africanas, americanas e europeias</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Povos indígenas: saberes e técnicas, sociedade e economia; • Povos e culturas africanas: malineses, bantos e iorubas 	<p>(EF07HI01) Explicar o significado de “modernidade” e suas lógicas de inclusão e exclusão, com base em uma concepção europeia.</p> <p>(EF07HI02) Identificar conexões e interações entre as sociedades do Novo Mundo, da Europa, da África e da Ásia no contexto das navegações e indicar a complexidade e as interações que ocorrem nos Oceanos Atlântico, Índico e Pacífico.</p> <p>(EF07HI03) Identificar aspectos e processos específicos das sociedades africanas e americanas antes da chegada dos europeus, com destaque para as formas de</p>	<p>1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p> <p>2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de</p>

		organização social e o desenvolvimento de saberes e técnicas.	transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.
--	--	---	--

Componente curricular: História – 7º Ano			
2º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
Humanismos, renascimentos e o novo mundo	<ul style="list-style-type: none"> Mudanças na Europa feudal. Renascimento e Humanismo. Reforma e contrarreforma. As religiões na região do Cariri. 	(EF07HI04) Identificar as principais características dos Humanismos e dos Renascimentos e analisar seus significados. (EF07HI05) Identificar e relacionar as vinculações entre as reformas religiosas e os processos culturais e sociais do período moderno na Europa e na América.	3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários.

Componente curricular: História – 7º Ano			
3º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
A organização do poder e as dinâmicas do mundo colonial americano	<ul style="list-style-type: none"> Estado Moderno, absolutismo e mercantilismo; As grandes navegações e perigos enfrentados; Conquista e colonização espanhola da América; América portuguesa e processo de colonização. 	(EF07HI07) Descrever os processos de formação e consolidação das monarquias e suas principais características com vistas à compreensão das razões da centralização política. (EF07HI17) Discutir as razões da passagem do mercantilismo para o capitalismo. (EF07HI06) Comparar as navegações no Atlântico e no Pacífico entre os séculos XIV e XVI. (EF07HI08) Descrever as formas de organização das sociedades americanas no tempo da conquista com vistas à compreensão dos mecanismos de alianças, confrontos e resistências.	5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da

		<p>(EF07HI09) Analisar os diferentes impactos da conquista europeia da América para as populações ameríndias e identificar as formas de resistência.</p> <p>(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.</p> <p>(EF07HI11) Analisar a formação histórico-geográfica do território da América portuguesa por meio de mapas históricos.</p> <p>(EF07HI12) Identificar a distribuição territorial da população brasileira em diferentes épocas, considerando a diversidade étnico-racial e étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática).</p>	produção historiográfica.
--	--	---	---------------------------

Componente curricular: História – 7º Ano			
4º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
Lógicas comerciais e mercantis da modernidade	<ul style="list-style-type: none"> • Africanos no Brasil. • Europeus disputam o mundo Atlântico: • A formação do território da América portuguesa. 	<p>(EF07HI13) Caracterizar a ação dos europeus e suas lógicas mercantis visando ao domínio no mundo atlântico.</p> <p>(EF07HI14) Descrever as dinâmicas comerciais das sociedades americanas e africanas e analisar suas interações com outras sociedades do Ocidente e do Oriente.</p> <p>(EF07HI15) Discutir o conceito de escravidão moderna e suas distinções em relação ao escravismo antigo e à servidão medieval.</p> <p>(EF07HI16) Analisar os mecanismos e as dinâmicas de comércio de escravizados em suas diferentes fases, identificando os agentes responsáveis pelo tráfico e as regiões e zonas africanas de procedência dos escravizados.</p> <p>(EF07HI10) Analisar, com base em documentos históricos, diferentes interpretações sobre as dinâmicas das sociedades americanas no período colonial.</p>	7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

Componente Curricular: História – 8º ANO			
1º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS

<p>O mundo contemporâneo: o Antigo Regime em crise</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Iluminismo • Revolução Inglesa; • Revolução Industrial; • Revolução Francesa; • Rebeliões na América portuguesa: as conjurações, mineira e baiana; • Ligas Camponesas e Revolta de Quebra Quilos. 	<p>(EF08HI01) Identificar os principais aspectos conceituais do iluminismo e do liberalismo e discutir a relação entre eles e a organização do mundo contemporâneo</p> <p>(EF08HI02) Identificar as particularidades político-sociais da Inglaterra do século XVII e analisar os desdobramentos posteriores à Revolução Gloriosa.</p> <p>(EF08HI03) Analisar os impactos da Revolução Industrial na produção e circulação de povos, produtos e culturas.</p> <p>(EF08HI04) Identificar e relacionar os processos da Revolução Francesa e seus desdobramentos na Europa e no mundo.</p>	<p>1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p> <p>2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.</p>
--	--	--	---

Componente Curricular: História – 8º ANO

4º Bimestre

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
	<ul style="list-style-type: none"> Independência nova e as demandas dos Estados Unidos. 	(EF08HI05) Estabelecer relações causais entre as ideologias raciais e determinismo, no contexto das	questionamentos, hipóteses, argumentos e tecnologias digitais de informação e comunicação em relação a documentos

Componente Curricular: História - 9º ano

1º Bimestre

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE APRENDIZAGEM	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Configurações do mundo no século XIX.</p> <p>Da República no Brasil e os processos históricos até a metade do século XX</p> <p>Os processos de independências nas Américas</p>	<p>na América do Sul.</p> <ul style="list-style-type: none"> Primeira República espanhola e suas características. O processo de independência da América Latina no século XIX. Primeira República brasileira e a questão da independência das Américas no período republicano do pós-abolição. Os movimentos sociais e a emancipação negra afro-brasileira. Elemento de resistência de comunidades indígenas na América Latina. A resistência dos povos indígenas de São Domingos e sua emergência da vida urbana e a segregação trabalhismo protagonismo político. A questão indígena durante a República (até 1964). Anarquismo e protagonismo feminino. História política de Sumé: Formação social local. São João: história e valorização da cultura Nacional e participação sociedade brasileira período permanências preconceitos violências indígenas e 	<p>pelos europeus, procedentes do continente africano durante o imperialismo e analisar os impactos sobre as comunidades locais, na forma de organização e exploração econômica e política da emergência da República no Brasil.</p> <p>Contextualizar aspectos das relações entre os Estados Unidos e a América Latina do século XIX.</p> <p>Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar seus impactos negativos para os povos indígenas originários e populações locais na resistência ao imperialismo na África e Ásia.</p> <p>Identificar as tensões e significados dos discursos civilizatórios, avaliando seus impactos negativos para os povos indígenas originários e populações locais nas Américas.</p> <p>Identificar e explicar os efeitos culturais e sociais em diferentes escalas (nacional, regional, local).</p> <p>Identificar e explicar as lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964) e das populações afrodescendentes.</p> <p>Analisar o processo de transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX no contexto das mudanças de abordagens em relação ao tema.</p> <p>Relacionar as finalidades dos políticos, a atuação de estereótipos sociais sobre as populações indígenas e nas</p>	<p>sujeitos, culturas e povos com relação a acontecimentos históricos e relações de poder, processos, sistemas e estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p> <p>2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica.</p> <p>3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito.</p> <p>6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p>

		Américas.	
Componente curricular: História – 8º ANO			
3º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
O Brasil no século XIX	<ul style="list-style-type: none"> • Primeiro Reinado; • Período Regencial; • Segundo Reinado; • Lei de Terras; • Territórios; • Fronteiras; • O campo e a cidade; • As origens das religiões afro-brasileiras. • Abolição, imigração e indigenismo no Império. 	<p>EF08HI15) Identificar e analisar o equilíbrio das forças e os sujeitos envolvidos nas disputas políticas durante o Primeiro e o Segundo Reinado.</p> <p>(EF08HI16) Identificar, comparar e analisar a diversidade política, social e regional nas rebeliões e nos movimentos contestatórios ao poder centralizado.</p> <p>(EF08HI17) Relacionar as transformações territoriais, em razão de questões de fronteiras, com as tensões e conflitos durante o Império.</p> <p>(EF08HI18) Identificar as questões internas e externas sobre a atuação do Brasil na Guerra do Paraguai e discutir diferentes versões sobre o conflito.</p> <p>(EF08HI19) Formular questionamentos</p>	<p>5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.</p> <p>6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p>

		<p>sobre o legado da escravidão nas Américas, com base na seleção e consulta de fontes de diferentes naturezas. (EF08HI20)</p> <p>Identificar e relacionar aspectos das estruturas sociais da atualidade com os legados da escravidão no Brasil e discutir a importância de ações afirmativas. (EF08HI21)</p> <p>Identificar e analisar as políticas oficiais com relação ao indígena durante o Império. (EF08HI22)</p> <p>Discutir o papel das culturas letradas, não letradas e das artes na produção das identidades no Brasil do século XIX.</p>	
--	--	--	--

Componente Curricular: História - 9º ano			
2º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE APRENDIZAGEM	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
Totalitarismo e conflitos mundiais	<ul style="list-style-type: none"> • O mundo em conflito: a Primeira Guerra Mundial • A questão da Palestina • A Revolução Russa 	<p>(EF09HI10) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.</p> <p>(EF09HI11) Identificar as especificidades e os desdobramentos mundiais da</p>	<p>1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo.</p> <p>2. Compreender a historicidade no</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • A crise capitalista de 1929 • Ascensão do fascismo e do nazismo • Segunda Guerra Mundial • O colonialismo na África As guerras mundiais, a crise do colonialismo e o advento dos nacionalismos africanos e asiáticos • A Organização das Nações Unidas (ONU) e a questão dos Direitos Humanos. 	<p>Revolução Russa e seu significado histórico. (EF09HI12) Analisar a crise capitalista de 1929 e seus desdobramentos em relação à economia global. (EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).</p>	<p>tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p>
--	--	---	---

BIBLIOGRAFIAS

BOULOS Júnior, Alfredo. **História, Sociedade & Cidadania. Manual do Professor. 9º ano: ensino fundamental: anos finais**, 4ª edição, São Paulo: FDT, 2018.

CAMPOS, Flavio de, Regina CLARO e Miriam DOLHNIKOFF. **História: escola e democracia. Manual do professor, 9º ano: ensino fundamental: anos finais** .1. ed., São Paulo. Moderna, 2018.

Componente Curricular: História - 9º ano
3º Bimestre

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE APRENDIZAGEM	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Modernização, Ditadura civil-militar e redemocratização: o Brasil após 1946</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O Brasil da Era JK e o ideal de uma nação moderna: a urbanização e seus desdobramentos em um país em transformação • Os anos 1960: revolução cultural? • O processo de redemocratização • A Constituição de 1988 e a emancipação das cidadanias (analfabetos, indígenas, negros, jovens etc.) • A história recente do Brasil: transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais. • Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira • Os protagonismos da sociedade civil e as alterações da sociedade brasileira. • A questão da violência contra populações marginalizadas. • O Brasil e suas relações internacionais na era da globalização. 	<p>(EF09HI07) Identificar e explicar, em meio a lógicas de inclusão e exclusão, as pautas dos povos indígenas, no contexto republicano (até 1964), e das populações afrodescendentes.</p> <p>(EF09HI08) Identificar as transformações ocorridas no debate sobre as questões da diversidade no Brasil durante o século XX e compreender o significado das mudanças de abordagem em relação ao tema.</p> <p>(EF09HI09) Relacionar as conquistas de direitos políticos, sociais e civis à atuação de movimentos sociais.</p> <p>(EF09HI17) Identificar e analisar processos sociais, econômicos, culturais e políticos do Brasil a partir de 1946.</p> <p>(EF09HI18) Descrever e analisar as relações entre as transformações urbanas e seus impactos na cultura brasileira entre 1946 e 1964 e na produção das desigualdades regionais e sociais.</p> <p>(EF09HI19) Identificar e compreender o processo que resultou na ditadura civil-militar no Brasil e discutir a emergência de questões relacionadas à memória e à justiça sobre os casos de violação dos direitos humanos.</p> <p>(EF09HI21) Identificar e relacionar as demandas indígenas e quilombolas como forma de contestação ao modelo desenvolvimentista da ditadura.</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 5. Analisar e compreender o movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações. 6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica. 7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.

		(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.	
Componente Curricular: História - 9º ano 4º Bimestre			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE APRENDIZAGEM	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
História Recente	<ul style="list-style-type: none"> • A Guerra Fria: confrontos de dois modelos políticos • A Revolução chinesa e as tensões entre China e Rússia • A Revolução cubana e as tensões entre Estados Unidos da América e Cuba • As experiências ditatoriais na América Latina • Os processos de descolonização na África e na Ásia • O Fim da Guerra Fria e o processo de globalização • Políticas econômicas na América Latina • As pautas dos povos indígenas no século XXI e suas formas de inserção no debate local, regional, nacional e internacional • Brasil no século XXI: questões econômicas e sociais 	<p>(EF09HI15) Discutir as motivações que levaram à criação da Organização das Nações Unidas (ONU) no contexto do pós-guerra e os propósitos dessa organização.</p> <p>(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.</p> <p>(EF09HI22) Discutir o papel da mobilização da sociedade brasileira do final do período ditatorial até a Constituição de 1988.</p> <p>(EF09HI23) Identificar direitos civis, políticos e sociais expressos na Constituição de 1988 e relacioná-los à noção de cidadania e ao pacto da sociedade brasileira de combate a diversas formas de preconceito, como o racismo.</p> <p>(EF09HI24) Analisar as transformações políticas, econômicas, sociais e culturais de 1989 aos dias atuais, identificando questões prioritárias para a promoção da cidadania e dos valores democráticos.</p> <p>(EF09HI25) Relacionar as transformações da sociedade brasileira aos protagonismos da sociedade civil após 1989.</p> <p>(EF09HI26) Discutir e analisar as causas da violência contra populações marginalizadas (negros, indígenas, mulheres,</p>	<ol style="list-style-type: none"> 1. Compreender acontecimentos históricos, relações de poder e processos e mecanismos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais ao longo do tempo e em diferentes espaços para analisar, posicionar-se e intervir no mundo contemporâneo. 2. Compreender a historicidade no tempo e no espaço, relacionando acontecimentos e processos de transformação e manutenção das estruturas sociais, políticas, econômicas e culturais, bem como problematizar os significados das lógicas de organização cronológica. 3. Elaborar questionamentos, hipóteses, argumentos e proposições em relação a documentos, interpretações e contextos históricos específicos, recorrendo a diferentes linguagens e mídias, exercitando a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos, a cooperação e o respeito. 4. Identificar interpretações que expressem visões de diferentes sujeitos, culturas e povos com relação a um mesmo contexto histórico, e posicionar-se criticamente com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários. 5. Analisar e compreender o

		<p>homossexuais, camponeses, pobres etc.) com vistas à tomada de consciência e à construção de uma cultura de paz, empatia e respeito às pessoas.</p> <p>(EF09HI27) Relacionar aspectos das mudanças econômicas, culturais e sociais ocorridas no Brasil a partir da década de 1990 ao papel do País no cenário internacional na era da globalização.</p> <p>(EF09HI28) Identificar e analisar aspectos da Guerra Fria, seus principais conflitos e as tensões geopolíticas no interior dos blocos liderados por soviéticos e estadunidenses.</p> <p>(EF09HI29) Descrever e analisar as experiências ditatoriais na América Latina, seus procedimentos e vínculos com o poder, em nível nacional e internacional, e a atuação de movimentos de contestação às ditaduras.</p> <p>(EF09HI32) Analisar mudanças e permanências associadas ao processo de globalização, considerando os argumentos dos movimentos críticos às políticas globais.</p> <p>(EF09HI33) Analisar as transformações nas relações políticas locais e globais geradas pelo desenvolvimento das tecnologias digitais de informação e comunicação.</p> <p>(EF09HI34) Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região.</p> <p>(EF09HI35) Analisar os aspectos relacionados ao fenômeno do terrorismo na contemporaneidade, incluindo os movimentos migratórios e os choques entre diferentes grupos e culturas.</p>	<p>movimento de populações e mercadorias no tempo e no espaço e seus significados históricos, levando em conta o respeito e a solidariedade com as diferentes populações.</p> <p>6. Compreender e problematizar os conceitos e procedimentos norteadores da produção historiográfica.</p> <p>7. Produzir, avaliar e utilizar tecnologias digitais de informação e comunicação de modo crítico, ético e responsável, compreendendo seus significados para os diferentes grupos ou estratos sociais.</p>
--	--	---	--

		(EF09HI34) Discutir as motivações da adoção de diferentes políticas econômicas na América Latina, assim como seus impactos sociais nos países da região.	
--	--	--	--

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 6º ANO 1º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>O sujeito e seu lugar no mundo;</p> <p>Conexões e escalas;</p> <p>Formas de representação e pensamento espacial;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Lugar, paisagens e suas modificações; Tipos de paisagens; Espaço Geográfico; Paisagens Locais: o espaço sumeense; Cartografia; Orientação espacial e representação do espaço geográfico; Cartografia: evolução histórica; Representações cartográficas; 	<p>(EF06GE01) Comparar modificações das paisagens nos lugares de vivência e os usos desses lugares em diferentes tempos.</p> <p>(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes paisagens por diferentes tipos de sociedades, com destaque para os povos originários.</p> <p>(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano, a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à</p>

		industrialização. (EF06GE08) Medir distâncias na superfície pelas escalas gráficas e numéricas dos mapas.	biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.
--	--	---	---

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 6º ANO 2º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
Natureza, ambiente e qualidade de vida; Conexões e escalas;	<ul style="list-style-type: none"> • Dinâmica da Terra; • Camadas da Terra; • Litosfera; • Biosfera; • Hidrosfera; • Relevos e seus agentes modificadores; • Ciclo hidrológico; • Bacias hidrográficas; 	<p>(EF06GE03) Descrever os movimentos do planeta terra e sua relação com a circulação geral da atmosfera, o tempo atmosférico e os padrões climáticos.</p> <p>(EF06GE04) Descrever o ciclo da água comparando o escoamento superficial no ambiente urbano-rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento</p>

	<ul style="list-style-type: none"> • Oceanos e mares; • Águas subterrâneas; 	<p>e sua localização no modelado da superfície terrestre e da cobertura vegetal.</p> <p>(EF06GE05) Relacionar padrões climáticos, tipos de solos, relevo e formações vegetais.</p>	<p>geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p>
--	---	---	---

<p align="center">Componente Curricular: GEOGRAFIA - 6º ANO 3º BIMESTRE</p>			
<p align="center">UNIDADE TEMÁTICA</p>	<p align="center">OBJETOS DE CONHECIMENTO</p>	<p align="center">HABILIDADES DA BNCC</p>	<p align="center">COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS</p>
<p>Mundo do Trabalho;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● O Espaço Rural; 	<p>(EF06GE02) Analisar modificações de paisagens por diferentes tipos de sociedade, com destaque para os povos originários.</p> <p>(EF06GE04) Descrever o ciclo</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da</p>

<p>Natureza, ambiente e qualidade de vida;</p> <p>Conexões e escalas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> ● O Espaço Urbano; ● Áreas de proteção da Natureza e da Cultura; 	<p>da água, comparando o escoamento superficial no ambiente urbano e rural, reconhecendo os principais componentes da morfologia das bacias e das redes hidrográficas e a sua localização no modelo da superfície terrestre e da cobertura vegetal.</p> <p>(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização;</p> <p>(EF06GE07) Explicar as mudanças na interação humana com a natureza a partir do surgimento das cidades.</p> <p>(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos, bem como suas</p>	<p>ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p> <p>4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.</p> <p>5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.</p>
---	---	---	--

		<p>vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares;</p> <p>(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo;</p> <p>(EF06GE13) Analisar consequências, vantagens e desvantagens das práticas humanas na dinâmica climática (ilha de calor etc.).</p>	
--	--	--	--

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 6º ANO			
4º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
Natureza, ambiente e qualidade de vida;	<ul style="list-style-type: none"> ● Cadeias produtivas e agricultura; ● A produção Industrial; ● Comércio e circulação de 	<p>(EF06GE06) Identificar as características das paisagens transformadas pelo trabalho humano a partir do desenvolvimento da agropecuária e do processo de industrialização;</p> <p>(EF06GE09) Elaborar modelos tridimensionais, blocos-diagramas e perfis topográficos e de vegetação, visando à</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p>

<p>Conexões e escalas;</p>	<p>mercadorias e informação;</p>	<p>representação de elementos e estruturas da superfície terrestre.</p> <p>(EF06GE10) Explicar as diferentes formas de uso do solo (rotação de terras, terraceamento, aterros etc.) e de apropriação dos recursos hídricos, bem como suas vantagens e desvantagens em diferentes épocas e lugares;</p> <p>(EF06GE11) Analisar distintas interações das sociedades com a natureza, com base na distribuição dos componentes físico-naturais, incluindo as transformações da biodiversidade local e do mundo;</p> <p>(EF06GE12) Identificar o consumo dos recursos hídricos e o uso das principais bacias hidrográficas no Brasil e no mundo, enfatizando transformações nos ambientes urbanos;</p>	<p>4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.</p> <p>5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.</p>
----------------------------	----------------------------------	--	--

**Componente Curricular: GEOGRAFIA - 7º ANO
1º BIMESTRE**

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
------------------	-------------------------	---------------------	--------------------------

<p>O sujeito e o seu lugar no mundo;</p> <p>Conexões e Escalas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Organização e formação do Território Brasileiro; • Organização e formação do Território Paraibano; • Diversidade Étnica do Brasil e da Paraíba. • Diversidade Étnica do Brasil e da Paraíba; • População brasileira. 	<p>(EF07GE01) Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.</p> <p>(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.</p> <p>(EF07GE03) Selecionar argumentos que reconheçam as territorialidades dos povos indígenas originários, das comunidades remanescentes de quilombos, de povos das florestas e do cerrado, de ribeirinhos e caiçaras, entre outros grupos sociais do campo e da cidade, como direitos legais dessas comunidades.</p> <p>(EF07GE04) Analisar a distribuição territorial da população brasileira, considerando a diversidade étnico-cultural (indígena, africana, europeia e asiática), assim como aspectos de renda, sexo e idade nas regiões brasileiras.</p>	<p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p> <p>4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.</p>
---	--	---	---

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 7º ANO			
2º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Conexões e escalas;</p> <p>Mundo do trabalho;</p> <p>Formas de representação e pensamento Espacial;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • O rural e o urbano do Brasil conexões e contrastes. • Características dos espaços rural e urbano. • Interdependência entre o rural e o urbano. • Contrastes no campo e reforma agrária. • Crescimento e problemas urbanos. • A estrutura econômica brasileira. • Agricultura; • Pecuária; • Extrativismo; • Indústria; • Comércio e serviços. • Regiões brasileiras: • Características naturais, mapas temáticos e históricos e aspectos socioeconômicos. 	<p>(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.</p> <p>(EF07GE08) Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.</p> <p>(EF07GE01) Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.</p> <p>(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do</p>

		as tensões históricas e contemporâneas.	raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.
--	--	---	--

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 7º ANO			
3º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Conexões e escalas;</p> <p>Formas de representação e pensamento Espacial;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Região Nordeste; • Aspectos naturais; • População; • Estrutura e organização econômica; • Regiões brasileiras; • A Região Sudeste; • A Região Sul; 	<p>(EF07GE01) Avaliar, por meio de exemplos extraídos dos meios de comunicação, ideias e estereótipos acerca das paisagens e da formação territorial do Brasil.</p> <p>(EF07GE02) Analisar a influência dos fluxos econômicos e populacionais na formação socioeconômica e territorial do Brasil, compreendendo os conflitos e as tensões históricas e contemporâneas.</p> <p>(EF07GE08) Estabelecer relações entre os processos de industrialização e inovação tecnológica com as transformações socioeconômicas do território brasileiro.</p> <p>(EF07GE09) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais.</p> <p>(EF07GE10) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras.</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p> <p>7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</p>

--	--	--	--

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 7º ANO			
4º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Formas de representação e pensamento espacial;</p> <p>Natureza, ambiente e qualidade de vida;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Região centro-oeste: • Aspectos populacionais, socioeconômicos, culturais, naturais do centro-oeste. • Região Norte: aspectos populacionais, socioeconômico, culturais e naturais da região norte. 	<p>(EF07GE09) Interpretar e elaborar mapas temáticos e históricos, inclusive utilizando tecnologias digitais, com informações demográficas e econômicas do Brasil (cartogramas), identificando padrões espaciais, regionalizações e analogias espaciais.</p> <p>(EF07GE10) Elaborar e interpretar gráficos de barras, gráficos de setores e histogramas, com base em dados socioeconômicos das regiões brasileiras.</p> <p>(EF07GE11) Caracterizar dinâmicas dos componentes físico-naturais no território nacional, bem como sua distribuição e biodiversidade (Florestas Tropicais, Cerrado, Caatingas, Campos Sulinos e Matas de Araucária).</p> <p>(EF07GE12) Comparar unidades de conservação existentes no Município de residência e em outras localidades brasileiras, com base na organização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.</p> <p>5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.</p>

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 8º ANO			
1º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>O sujeito e o seu lugar no mundo;</p> <p>Conexões e escalas;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Distribuição da população mundial e deslocamentos populacionais; • Diversidade e dinâmica da população mundial e Local; • Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial; 	<p>(EF08GE01) Descrever as rotas de dispersão da população humana pelo planeta e os principais fluxos migratórios em diferentes períodos da história, discutindo os fatores históricos e condicionantes físico-naturais associados à distribuição da população humana pelos continentes.</p> <p>(EF08GE02) Relacionar fatos e situações representativas da história das famílias do Município em que se localiza a escola, considerando a diversidade e os fluxos migratórios da população mundial.</p> <p>(EF08GE03) Analisar aspectos representativos da dinâmica demográfica, considerando características da população (perfil etário, crescimento vegetativo e mobilidade espacial).</p> <p>(EF08GE06) Analisar a atuação das organizações mundiais nos processos de integração cultural e econômica nos contextos americano e africano, reconhecendo, em seus lugares de vivência, marcas desses processos.</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p> <p>4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo</p>

			uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.
--	--	--	---

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 8º ANO 2º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
O sujeito e o seu lugar no mundo; Mundo do trabalho;	<ul style="list-style-type: none"> • Os diferentes contextos e os meios técnicos e tecnológicos na produção; • Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial na América Latina; • Regionalização do espaço mundial; • Desenvolvimento socioeconômico; • Blocos econômicos; 	<p>(EF08GE13) Analisar a influência do desenvolvimento científico e tecnológico na caracterização dos tipos de trabalho e na economia dos espaços urbanos e rurais da América e da África.</p> <p>(EF08GE15) Analisar a importância dos principais recursos hídricos da América Latina (Aquífero Guarani, Bacias do rio da Prata, do Amazonas e do Orinoco, sistemas de nuvens na Amazônia e nos Andes, entre outros) e discutir os desafios relacionados à gestão e comercialização da água.</p>	<p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.</p> <p>6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>

		<p>(EF08GE16) Analisar as principais problemáticas comuns às grandes cidades latino-americanas, particularmente aquelas relacionadas à distribuição, estrutura e dinâmica da população e às condições de vida e trabalho.</p> <p>(EF08GE17) Analisar a segregação socioespacial em ambientes urbanos da América Latina, com atenção especial ao estudo de favelas, alagados e zona de riscos.</p>	<p>7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</p>
--	--	---	---

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 8º ANO			
3º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Formas de representação e pensamento Espacial;</p> <p>Natureza, ambientes e qualidade de vida;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Cartografia: anamorfose, croquis e mapas temáticos da América e África; • Escala gráfica; • Meios de transportes e redes; • Territórios; • América espanhola e América portuguesa; 	<p>(EF08GE18) Elaborar mapas ou outras formas de representação cartográfica para analisar as redes e as dinâmicas urbanas e rurais, ordenamento territorial, contextos culturais, modo de vida e usos e ocupação de solos da África e América.</p> <p>(EF08GE19) Interpretar cartogramas, mapas esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas com informações geográficas acerca da África e América.</p> <p>(EF08GE20) Analisar características de países e grupos de países da América e da África no que se refere aos aspectos</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>4. Desenvolver o pensamento espacial, fazendo uso das linguagens cartográficas e iconográficas, de diferentes gêneros textuais e das geotecnologias para a resolução de problemas que envolvam informações geográficas.</p> <p>6. Construir argumentos com base em informações geográficas, debater e defender ideias e pontos de vista que respeitem e promovam a consciência socioambiental e o respeito à biodiversidade e ao outro, sem preconceitos de qualquer natureza.</p>

		<p>populacionais, urbanos, políticos e econômicos, discutir as desigualdades sociais e econômicas e as pressões sobre a natureza e suas riquezas (sua apropriação e valoração na produção e circulação), o que resulta na espoliação desses povos.</p>	
--	--	--	--

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 8º ANO			
4º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>O sujeito e o seu lugar no mundo;</p> <p>Natureza, ambientes e qualidade de vida;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Identidades e interculturalidades regionais: Estados Unidos da América, América espanhola e portuguesa e África; • Diversidade ambiental e as transformações nas paisagens na América Latina; • Geopolítica e ordem econômica mundial; 	<p>(EF08GE21) Analisar o papel ambiental e territorial da Antártica no contexto geopolítico, sua relevância para os países da América do Sul e seu valor como área destinada à pesquisa e à compreensão do ambiente global.</p> <p>(EF08GE22) Identificar os principais recursos naturais dos países da América Latina, analisando seu uso para a produção de matéria-prima e energia e sua relevância para a cooperação entre os países do Mercosul.</p> <p>(EF08GE23) Identificar paisagens da América Latina e associá-las, por meio da cartografia, aos diferentes povos da região, com base em aspectos da geomorfologia, da biogeografia e da climatologia.</p> <p>(EF08GE24) Analisar as principais características produtivas dos países latino-americanos (como exploração mineral na Venezuela; agricultura de alta especialização e exploração mineira no Chile; circuito da carne nos pampas argentinos e no Brasil; circuito da cana-de-açúcar em Cuba; polígono industrial do sudeste</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.</p>

		brasileiro e plantações de soja no centro-oeste; maquiladoras mexicanas, entre outros).	
--	--	---	--

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 9º ANO			
1º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>O sujeito e o seu lugar no mundo;</p> <p>Formas de representação e pensamento espacial;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Integração mundial, globalização e mundialização; • Divisão do mundo em Ocidente e Oriente; • Intercâmbios históricos e culturais entre os continentes. • Analisar o processo de Globalização e sua representação no espaço geográfico. • Refletir sobre a dinâmica das informações e dos meios de transportes na Globalização. 	<p>(EF09GE01) Analisar criticamente de que forma a hegemonia europeia foi exercida em várias regiões do planeta, notadamente em situações de conflito, intervenções militares e/ou influência cultural em diferentes tempos e lugares.</p> <p>(EF09GE02) Analisar a atuação das corporações internacionais e das organizações econômicas mundiais na vida da população em relação ao consumo, à cultura e a mobilidade.</p> <p>(EF09GE03) Identificar diferentes manifestações culturais de minorias étnicas como forma de compreender a multiplicidade cultural na escala mundial, defendendo o princípio do respeito às diferenças.</p> <p>(EF09GE04) Relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais.</p> <p>(EF09GE05) Elaborar e interpretar gráficos de barras e de setores, mapas temáticos e esquemáticos (croquis) e anamorfozes geográficas para analisar, sintetizar e apresentar dados e informações sobre diversidade, diferenças e desigualdades sociopolíticas e geopolíticas mundiais.</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p> <p>7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com</p>

		(EF09GE06) Comparar e classificar diferentes regiões do mundo com base em informações populacionais e socioambientais representadas em mapas temáticos e com diferentes projeções cartográficas.	base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.
--	--	--	---

**Componente Curricular: GEOGRAFIA - 9º ANO
2º BIMESTRE**

UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
Formas de representação e pensamento espacial; Conexões e escalas;	<ul style="list-style-type: none"> • Europa; • Formação histórico-cultural, hegemonia política e econômica; • Blocos econômicos Europeus. 	<p>(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização.</p> <p>(EF09GE06) Associar o critério de divisão do mundo em Ocidente e Oriente como o sistema colonial implantado pelas potências europeias.</p> <p>(EF09GE07) Analisar os componentes físico-naturais da Eurásia e os determinantes históricos-geográficos de sua divisão</p>	<p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p>

		<p>em Europa e Ásia.</p> <p>(EF09GE08) Analisar as transformações territoriais, considerando os movimentos de fronteiras, tensões e conflitos e múltiplas regionalidades na Europa, na Ásia e na Oceania.</p> <p>(EF09GE09) Analisar características de países e grupos de países europeus, asiáticos e da Oceania em seus aspectos populacionais, urbanos, políticos e econômicos, e discutir suas desigualdades sociais e econômicas e pressões sobre seus ambientes físico-naturais.</p>	<p>5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.</p>
--	--	---	--

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 9º ANO			
3º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Conexões e escalas;</p> <p>Mundo do trabalho;</p>	<ul style="list-style-type: none"> • Ásia: Formação territorial e características naturais; • População e economia asiática. • Oriente Médio: População e conflitos; • Recursos minerais e energéticos. 	<p>(EF09GE04) Relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais.</p> <p>(EF09GE07) Analisar os componentes físico-naturais da</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>3. Desenvolver autonomia e senso crítico para compreensão e aplicação do raciocínio geográfico na análise da ocupação humana e produção do espaço, envolvendo os princípios de analogia, conexão, diferenciação, distribuição, extensão, localização e ordem.</p> <p>5. Desenvolver e utilizar processos, práticas e procedimentos de investigação</p>

		<p>Eurásia e os determinantes histórico-geográficos de sua divisão em Europa e Ásia</p> <p>(EF09GE08) Analisar as transformações territoriais, considerando os movimentos de fronteiras, tensões e conflitos e múltiplas regionalidades na Europa, na Ásia e na Oceania.</p>	<p>para compreender o mundo natural, social, econômico, político e o meio técnico-científico e informacional, avaliar ações e propor perguntas e soluções (inclusive tecnológicas) para questões que requerem conhecimentos científicos da Geografia.</p>
--	--	---	---

Componente Curricular: GEOGRAFIA - 9º ANO 4º BIMESTRE			
UNIDADE TEMÁTICA	OBJETOS DE CONHECIMENTO	HABILIDADES DA BNCC	COMPETÊNCIAS ESPECÍFICAS
<p>Conexões e escalas;</p> <p>Mundo do Trabalho;</p>	<ul style="list-style-type: none"> Oceania e Regiões Polares: relevo e Hidrografia, - Clima e Vegetação. Oceania e Regiões Polares: população e economia e aspectos Culturais. Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial; Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas; 	<p>(EF09GE04) Relacionar diferenças de paisagens aos modos de viver de diferentes povos na Europa, Ásia e Oceania, valorizando identidades e interculturalidades regionais.</p> <p>(EF09GE05) Analisar fatos e situações para compreender a integração mundial (econômica, política e cultural), comparando as diferentes interpretações: globalização e mundialização.</p> <p>(EF09GE10) Analisar os</p>	<p>1. Utilizar os conhecimentos geográficos para entender a interação sociedade/natureza e exercitar o interesse e o espírito de investigação e de resolução de problemas.</p> <p>2. Estabelecer conexões entre diferentes temas do conhecimento geográfico, reconhecendo a importância dos objetos técnicos para a compreensão das</p>

		<p>impactos do processo de industrialização na produção e circulação de produtos e culturas na Europa, na Ásia e na Oceania.</p> <p>(EF09GE13) Analisar a importância da produção agropecuária na sociedade urbano-industrial ante o problema da desigualdade mundial de acesso aos recursos alimentares e à matéria-prima.</p>	<p>formas como os seres humanos fazem uso dos recursos da natureza ao longo da história.</p> <p>7. Agir pessoal e coletivamente com respeito, autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, propondo ações sobre as questões socioambientais, com base em princípios éticos, democráticos, sustentáveis e solidários.</p>
--	--	--	---